



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 08ª REGIÃO FISCAL – SRRF 08

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MARÇO/2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 08ª REGIÃO FISCAL – SRRF 08

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012, Portaria CGU nº 133/2013 e Norma de Execução CGU nº 01/2013.

São Paulo, março / 2013.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPEP – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC – Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX – Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento

FAPI – Ficha de Auditoria de Importação
FDI – Ficha de Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT – Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF08 – Superintendência Regional da RFB na 8ª Região Fiscal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Espera por Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 150/2012)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ	16
QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	126
QUADRO 3 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	129
QUADRO 4 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	132
QUADRO 5 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	132
QUADRO 6 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	136
QUADRO 7 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	141
QUADRO 8 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	141
QUADRO 9 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	143
QUADRO 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” e CPGF).....	144
QUADRO 11 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	147
QUADRO 12 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	147
QUADRO 13 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ.....	149
QUADRO 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....	149
QUADRO 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	150
QUADRO 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES	151
QUADRO 17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	156
QUADRO 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	166
QUADRO 19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	183
QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	186
QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	187

QUADRO 22 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	189
QUADRO 23 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	193
QUADRO 24 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	195
QUADRO 25 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	197
QUADRO 26 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	204
QUADRO 27 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	208
Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	210
Declaração do Contador de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.....	216

SUMÁRIO

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 119/2012

<u>Título</u>	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO	8
Item 1: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	15
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	18
1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	28
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	32
1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada.....	56
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade.....	77
Item 2: Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	79
2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada.....	80
2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos.....	84
2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício	95
2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada	100
Item 3: Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	124
3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ.....	125
Item 4: Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	128
4.1 - Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada	129
4.2 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira.....	132
Item 5: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	135
5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	136
Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	145
6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade	146
6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários.....	156
Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	184
7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	185
7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros.....	186
Item 8: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	192

8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras	193
8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água	195
Item 9: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	196
9.1 - Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno.....	197
9.2 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno	207
9.3 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	208
9.4 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.....	210
Item 10: Informações Contábeis.....	211
10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade	212
10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão	216

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil em São Paulo/8ª RF – SRRF08 e aquelas referentes às 30 Unidades Gestoras que integram a sua estrutura organizacional, conforme previsto no Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 150, de 2012.

Os seguintes Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, **não são aplicáveis aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme Item b da página 59 da referida DN:**

- *3.3 - Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal;*
- *5.6 - Informações sobre a gestão de precatórios;*
- *11.3 - Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;*
- *11.4 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas;*
- *11.5 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora); e*
- *11.6 - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.*

Os seguintes Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, **são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central:**

- *3.1 - Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade;*
- *3.4 - Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade;*
- *3.5 - Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU;*

- **4.1** - *Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada;*
- **4.3** - *Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira (no Relatório de Gestão das Superintendências da RFB constarão, deste Item, os Quadros A 4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação e A 4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação);*
- **5.5** - *Informações sobre Renúncia Tributária;*
- **8.1** - *Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ; e*
- **29 da Parte B do anexo II da DN TCU nº 119/2012** - *Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.*

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, **5.1** - *Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos*, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações porque durante o exercício de 2012, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Em relação ao **Item 6** - *Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados*, do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, a Unidade Jurisdicionada presta as seguintes informações:

- **Item 6.1.5 - Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)**

Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais, não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.

O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

- **Item 6.1.6 - Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)**

Segundo dados da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Corregedoria-Geral da RFB, não existem atualmente casos de acumulação indevida.

- Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento, por parte da UJ, dos Quadros da Portaria TCU nº 150/2012, **A 6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos** e **A 6.8 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão**.
- A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por Região Fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, os Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, **A 6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU** e **A 6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU**, somente constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.
- Não existe consulta no Sisac para apurar a tempestividade do registro em relação ao seu prazo legal, conforme solicitado no Quadro, da Portaria TCU nº 150/2012, **A 6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac** e, por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento dos Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, **A 6.12 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU** e **A 6.13 - Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registr.o**
- Segundo instruções da CGU, a RFB não deve preencher os Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, **A 6.14 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada**, **A 6.15 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência de Concurso Público** e **A 6.16 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos**, pois não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria da RFB.
- Na Prestação de Contas do Exercício de 2011, em razão de uma interpretação equivocada, foram apresentados números relativos à substituição de terceirizados que não executavam atividades típicas da carreira de auditoria da RFB, mas sim atividades de secretariado, apoio administrativo, auxiliar de escritório e recepcionista.
- Quanto ao item 17 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão designado para apresentar informações sobre este item) expediu Ofício-Circular nº 15/2012/SEGEP-MP, de 10/09/2012, solicitando que todos os órgãos do Ministério da Fazenda, entre outros, incluíssem em seus Relatórios de Gestão informações acerca do processo gradual de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU nº 1.520/2006-Plenário). Com relação ao tema, o Relatório de Gestão do Órgão Central desta UJ informa que não possui postos terceirizados que descumpram o disposto no Decreto nº 2.271/1997, que normatiza a contratação de serviços

pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

- Com relação aos Itens e Quadros a seguir mencionados, os mesmos não foram preenchidos por inexistirem as informações pertinentes a serem prestadas:
- **Quadro A.5.1** – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.
- **Subitem 5.3** – Transferência de Recursos.
- **Quadro A.5.3** – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.
- **Quadro A.5.4** – Resumo dos instrumentos de Transferência Celebrados pela UJ nos últimos exercícios.
- **Quadro A.5.5** – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.
- **Quadro A.5.6** – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasse.
- **Quadro A.5.7** – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.
- **Quadro 5.9** – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (Conta Tipo B).
- **Quadro 10.1** – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício.
- **Quadro A10.2** – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.
- **Subitem 11.1** – Outras informações consideradas relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA RFB NO EXERCÍCIO

“A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão do Ministério da Fazenda, é responsável por 67,5% da arrecadação nacional, possui aproximadamente 25 mil servidores e é constituída por 571 unidades administrativas, com atuação em todo o território nacional, nas áreas de administração tributária (tributos internos e contribuições previdenciárias) e aduaneira.”

Neste contexto, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/8ª Região Fiscal é parcela relevante e, por este motivo, parte das realizações relatadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB, notadamente no que se refere ao seu Planejamento Estratégico, são aqui transcritas.

“No decorrer de 2012, foi finalizada a formulação da Estratégia da Secretaria da Receita Federal do Brasil para o quadriênio 2012-2015, que teve início em 2011. Em um esforço ímpar de gestão, a RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o novo ciclo: a Cadeia de Valor, o Mapa Estratégico, o Painel de Desempenho e o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A Cadeia de Valor foi referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais,

dentre as quais citamos: reestruturação da Intranet da RFB; vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização; vinculação das Competências Individuais Específicas da RFB aos Macroprocessos e Processos e Mapeamento de Processos.

Quanto ao Mapa Estratégico, representação gráfica de como a instituição pretende cumprir a sua Missão e alcançar a sua Visão de Futuro, a grande novidade foi a sua construção baseada na Cadeia de Valor. A partir desta e tendo como pano de fundo um cenário futuro de referência, os administradores identificaram os processos mais críticos nos quais a Receita deve concentrar esforços para fazer frente às demandas dos próximos quatro anos, dando origem às escolhas estratégicas (Objetivos Estratégicos) presentes no Mapa Estratégico.

O Painel de Desempenho é igualmente uma representação gráfica, que mostra os Indicadores Estratégicos eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, grande parte está disponível para apuração e teve, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião, metas estabelecidas para o ano de 2012.

Entre os indicadores disponíveis para apuração, alguns são desdobráveis, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

A execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pela Alta Administração, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de ‘cestas’ de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2011, foram realizadas em 2012 onze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB, sendo oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais e três reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais e regionais, para avaliações, discussões e deliberações a respeito dos objetivos e dos indicadores estratégicos e, eventualmente, de algumas iniciativas estratégicas.

Em julho 2012 foi criada a Coordenação de Processos Institucionais (Cproc), conhecida internamente como Escritório de Processos. A criação do Escritório é parte de uma iniciativa estratégica institucional, que visa promover a governança da arquitetura de processos da RFB, articulando estratégia, processos e gestão da mudança; fomentar a cultura de gestão por processos na RFB; definir a metodologia e participar da definição de ferramentas de apoio ao gerenciamento de processos; e fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades organizacionais da RFB.”

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SRRF08

Adequação da infraestrutura

Visando à melhoria e à adequação da infraestrutura da 8ª Região Fiscal, em consonância com o objetivo estratégico “Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais”, foram inaugurados os prédios da DRF/Piracicaba, da ARF/Pindamonhangaba, do CAC/Campinas, do CAC/Praça Ramos de Azevedo, do edifício para o Serviço de Fiscalização da DRF/Ribeirão Preto e do Escritório do Simples Nacional.

Tais iniciativas, além de contribuir para o indicador “Nível de adequação das instalações físicas das unidades”, também trouxeram conforto para os servidores e contribuintes.

Atendimento ao Contribuinte e Educação Fiscal

Na área de atendimento foi concluído o Projeto Folheteria, com a atualização e desenvolvimento de folhetos orientativos destinados aos contribuintes, tanto para atendimentos presenciais quanto para atendimentos pelo Portal e-Cac. Foram impressos cerca de 2 milhões de folhetos para distribuição no âmbito da 8ª RF.

Em 17/05/2012 foi assinado convênio da RFB com o Governo do Estado de São Paulo, para o deferimento do CNPJ na Junta Comercial, uma medida para reduzir o prazo para a abertura de empresas e liberar recursos humanos para a Receita Federal. A partir da formalização do convênio foram demandadas alterações nos sistemas corporativos e essa nova modalidade de atendimento iniciou-se em 11/03/2013.

Foi realizado o convênio ACESSA São Paulo com o objetivo de capacitar os monitores do e-Poupatempo e do ACESSA São Paulo para orientar os contribuintes nas demandas de serviços a distância da RFB. E, nesse sentido, foram realizados treinamentos de monitores de 53 postos do ACESSA São Paulo na capital. Essa iniciativa visa aumentar o número de atendimentos a distância, a redução de atendimentos presenciais e a ampliação da capilaridade da oferta de serviços prestados à sociedade, uma vez, que onde há um ponto de atendimento do ACESSA SP ou do Poupatempo, haverá também o atendimento aos serviços a distância da RFB.

Foram produzidos vídeos para o treinamento de servidores e para esclarecimentos ao cidadão sobre os principais serviços prestados pela Receita. O vídeo “Regras de Bagagem” teve grande repercussão na mídia e foi incluído no sítio da RFB e em aplicativo para celulares.

Na área do PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp para a inclusão de uma disciplina com conteúdos da Educação Fiscal.

Área de Gestão de Pessoas

Visando desenvolver ações destinadas à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida dos servidores da 8ª RF foi implementado o **Programa Qualidade de Vida** e, em 2012, foram realizados, em São Paulo, 8 eventos, com palestras, tais como Mapas Mentais, Educação Financeira do Banco Central, O Foco define a Sorte, Desafios da Aposentadoria.

Por intermédio desse programa, 15 Unidades descentralizadas da 8ª RF implantaram a ginástica laboral voltada à saúde e ao bem estar dos servidores, visando à melhoria do rendimento funcional e da qualidade do processo produtivo.

Através do Programa de Inteligência Emocional, cujo foco é a capacitação comportamental e desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais, foram treinados 711 servidores no ano de 2012 no âmbito da 8ª Região Fiscal.

Outro treinamento que visa desenvolver competências fundamentais foi o treinamento MIDAS - Módulo Interativo de Desenvolvimento de Atitudes e Sinergia. O curso tem como objetivos a formação do espírito de equipe e o desenvolvimento do espírito de cooperação entre as principais chefias da 8ª RF. Em 2012, participaram desse treinamento cerca de 210 servidores da 8ª RF.

Área de Gestão

O Projeto Consolidação da implantação do e-Processo, avançou mais uma etapa, com a implementação de consultas e relatórios gerenciais, tendo sido realizada a capacitação desses recursos para 44 servidores da 8ª RF, no 2º semestre de 2012

Outra frente do projeto foi a digitalização do passivo de processos físicos, em papel, totalizando mais de cinquenta e quatro milhões de imagens digitalizadas no ano de 2012.

Área de Cobrança

O projeto Roteirização de Isenção de IPI e IOF, graças à ferramenta e-Processo, implantou um Grupo regional para análise dos processos de isenção de IPI e IOF, com objetivo de uniformização dos critérios de análise, assegurando isonomia e impessoalidade para a sociedade, aumento da efetividade na prestação do serviço de análise dos processos de isenção de IPI e IOF para a sociedade e redução do tempo entre a protocolização do pedido e a análise do processo.

Área de Fiscalização

As iniciativas desenvolvidas em 2012 visaram, fundamentalmente, aprimorar a qualidade do lançamento e suas garantias. Para tanto, foram oferecidos cursos de capacitação a todos os supervisores de equipes de fiscalização. Os valores lançados totalizaram R\$ 57.794.494.594,56, para uma meta anual de R\$ 44.748.318.543,64, atingindo o percentual de 129%.

Área Aduaneira

A pesquisa e a seleção de contribuintes para fiscalização em zona secundária relativas à revisão aduaneira para as unidades do interior de São Paulo foi centralizada. Outra novidade foi a quebra de jurisdição de fiscalização na 8ª Região Fiscal. O resultado foi a abertura de procedimentos fiscais com maior crédito tributário e o aumento da presença fiscal.

Na área de repressão, a grande operação de 2012 foi a “Pouso Forçado”, deflagrada em diversos aeroportos de São Paulo. Em cumprimento a Mandados de Busca e Apreensão, foram retidas dez aeronaves estrangeiras em situação irregular no País.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 1: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada
(Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			
Denominação Abreviada: SRRF08			
Código SIORG: 003163	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170133
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0117-71	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3315-5103	(011) 3315-5104	(011) 3315-5105
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Av. Prestes Maia, 733 – 12º andar, Cep 01031-905 – São Paulo - SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011. Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010. Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Carta de Serviços ao Cidadão Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU) Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU) RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguai/Brasileiro RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguai RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador Manual de Despacho de Importação Manual de Despacho de Exportação Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2012			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170134	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba - DRF/ARA
170135	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru - DRF/BAU
170136	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas - DRF/CPS
170137	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente - DRF/PPE
170138	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto - DRF/RPO
170139	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto - DRF/SJR
170141	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - DRF/STS
170142	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba - DRF/SOR
170143	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté - DRF/TAU
170144	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos - DRF/GUA

170145	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira - DRF/LIM
170146	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco - DRF/OSA
170147	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André - DRF/SAE
170148	Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Viracopos - ALF/VCP
170150	Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - ALF/GRU
170168	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Santos - ALF/STS
170259	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo - IRF/SPO
170261	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - DRF/SBC
170262	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos - DRF/SJC
170287	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília - DRF/MRA
170312	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo - Derat/SPO
170313	Delegacia Especial da RFB de Instituições Financeiras em São Paulo - Deinf/SPO
170318	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá - DRF/JUN
170320	Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac/SPO
170321	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - DRF/PCA
170322	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara - DRF/AQA
170323	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - DRF/FCA
170385	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Fiscalização em São Paulo - Defis/SPO
170533	Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo -ALF/SPO
170551	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri - DRF/BRE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170134	00001
170135	00001
170136	00001
170137	00001
170138	00001
170139	00001
170141	00001
170142	00001
170143	00001
170144	00001
170145	00001
170146	00001
170147	00001
170148	00001
170150	00001
170168	00001
170259	00001
170261	00001
170262	00001
170287	00001
170312	00001
170313	00001
170318	00001
170320	00001
170321	00001
170322	00001
170323	00001
170385	00001
170533	00001
170551	00001

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011, e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar , coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores , observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari;
- Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
- Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri;
- Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
- Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação – Coget;
- Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.

- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis;
- Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
- Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
- Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
- Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
- Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
- Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
- Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
- Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas as 15 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ's) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	15
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	55
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	362
TOTAL	571

Ao longo deste Relatório de Gestão, será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

Os marcos institucionais da RFB estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade, profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2012, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
Intensificar a divulgação das ações da RFB	
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas, que são propostas selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2012 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas *Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Fortalecer a comunicação institucional	*Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema Atos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais – Wikijur *Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal SISCOMEX
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Sistemas Integrados do MCT

Dos 27 (vinte e sete) projetos estratégicos institucionais 12 (doze) tem previsão de encerramento em 2013, 8 (oito) em 2014, 2 (dois) em 2015 e 2 (dois) em 2016. No ano de 2012 foram encerrados 3 (três) projetos: Wikijur, Macroprocessos de Mercadorias Apreendidas e Intranet.

Para determinar do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 55 (cinquenta e cinco) indicadores estratégicos. Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 29 (vinte e nove) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação do resultados da Instituição no ano de 2012 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o item 2.4 que apresenta a análise de cada um dos indicadores disponíveis, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos. Dos indicadores com análise de resultados temos 67,5% deles com resultados dentro do esperado, 10% com resultados pouco abaixo do esperado, 5% com resultados muito abaixo do esperado e 17,5% com resultados muito acima do esperado.

1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

1. ASSESSORAMENTO DIRETO

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECRETARIAS

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF's, as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as

atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

1.1 - Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

1.2 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

Obs.: a) As Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's são subordinadas às Delegacias da Receita Federal - DRF's.

b) As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF, são subordinadas às DRF's, ALF's ou às IRF's - Classe Especial.

2 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - DERAT

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária - Derat, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de atendimento e interação fisco-contribuinte, de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

3 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização - Defis, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

4 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - DEINF

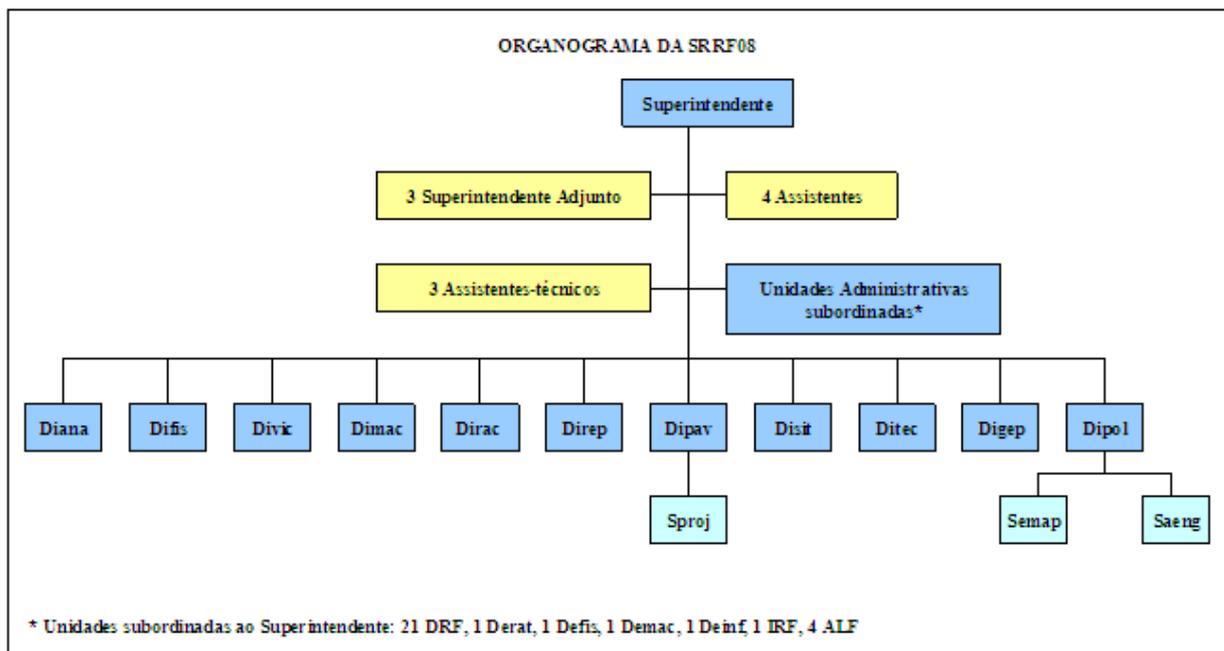
À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras - Deinf, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuando-se os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador e ainda, em relação

aos contribuintes definidos por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, desenvolver as atividades de tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e atendimento ao contribuinte, tecnologia e segurança da informação, programação e logística e gestão de pessoas.

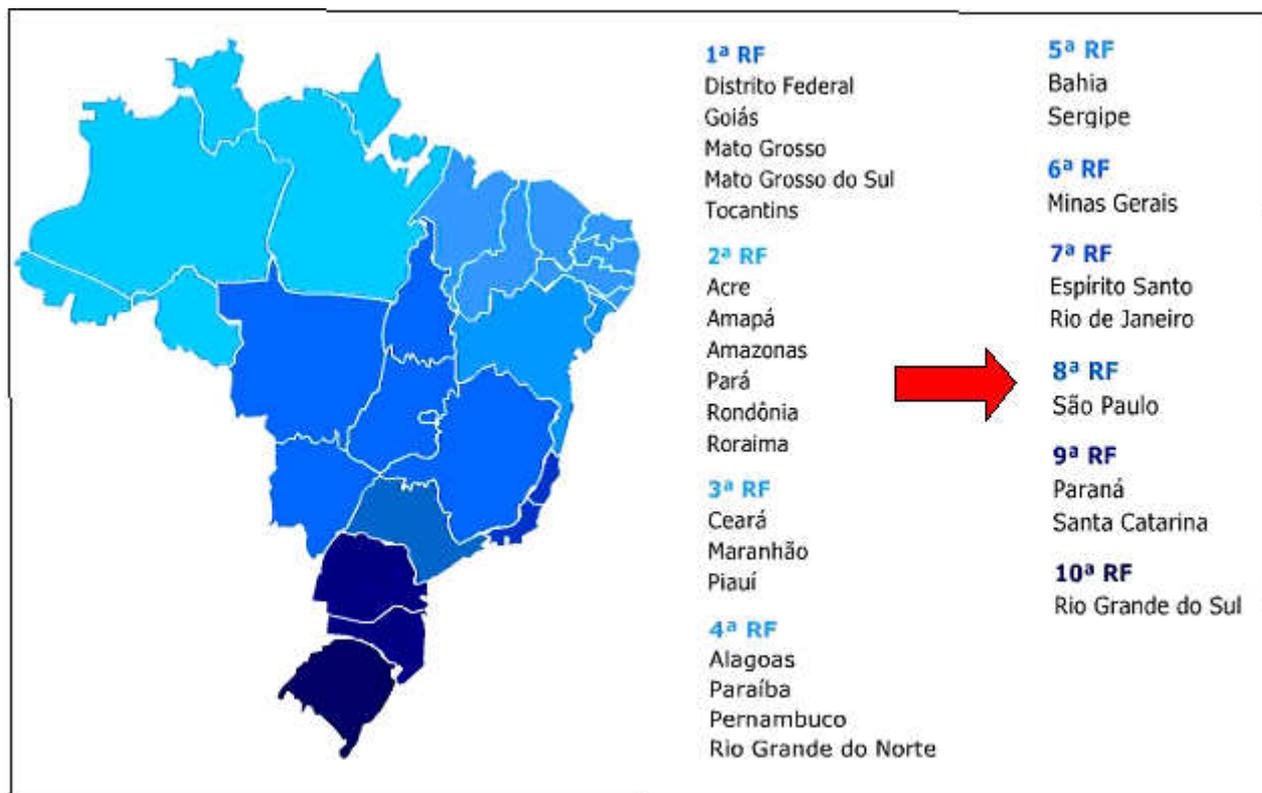
5 - DELEGACIAS ESPECIAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUENTES - DEMAC

Às Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac compete, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, em relação aos contribuintes de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e aos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, desenvolver as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização e ainda, desenvolver as atividades de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

Organograma da SRRF08



Unidades Descentralizadas

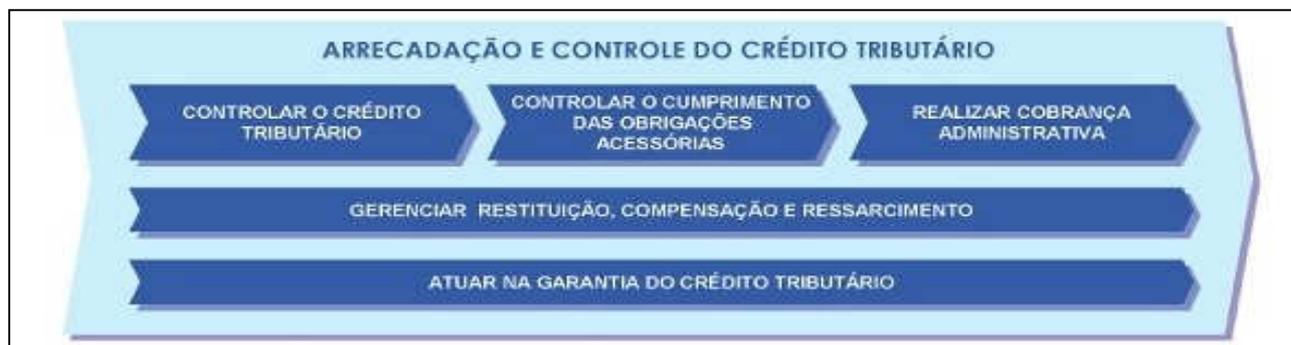


Unidades Gestoras da SRRF08	
UNIDADES GESTORAS SUBORDINADAS DIRETAMENTE À SRRF08	QUANTIDADE
Delegacias da Receita Federal (DRF)	21
Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacia da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacia Especial de Maiores Contribuintes (Demac)	1
Inspetoria da Receita Federal Classe Especial (IRF)	1
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	4
UNIDADES SUBORDINADAS ÀS DRF da 8ª RF	
Agências da Receita Federal (ARF)	64
Inspetoria da Receita Federal (IRF)	1
TOTAL DE UNIDADES SUBORDINADAS À SRRF	95

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2012 foram arrecadados R\$ 1,0 trilhão (um trilhão de reais) em pouco mais de 264 milhões de documentos de arrecadação, utilizados para extinção dos créditos tributários, resultantes do processamento de cerca de 11,3 milhões de declarações (DCTF). A Rede Arrecadadora manteve-se em 2012 com 28 instituições financeiras.

Redução dos custos com a Rede Arrecadadora:

Em dezembro de 2012 as tarifas pagas aos agentes arrecadadores foram unificadas e reduzidas para R\$ 0,40 (quarenta centavos) por documento de arrecadação. Esta redução permitirá uma economia anual estimada em cerca de R\$162 milhões.

Darf Numerado:

Em abril de 2012, iniciou-se a arrecadação com novo padrão de código de barras no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Nesse novo padrão, o documento de arrecadação recebe um número no momento de sua geração/impressão. Tal padrão permitirá ampliar a utilização do código de barras no Darf, reduzindo custos e erros de digitação.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Foi implementado no ano de 2012 o Programa de Omissos Pessoa Física, no qual foram identificados e intimados por meio de processamento eletrônico os contribuintes obrigados a entrega de Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, que incidiram em um dos critérios de obrigatoriedade de entrega, tais como auferimento de rendimentos tributáveis acima do limite, operações em renda variável, entre outros, e que não apresentaram as respectivas declarações.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

- Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a outubro/2012, 1,53 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 19,8 bi de créditos em cobrança;

- Do total cobrado neste ano, foram recebidos em espécie R\$ 395 milhões (1,75% do total cobrado), foram parcelados R\$ 706,8 milhões (3,13%) e extintos por compensação R\$ 161,3 milhões (0,72%), totalizando R\$ 1,26 bilhões de créditos recuperados (5,60% do total de crédito tributário cobrado);

- Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 79.122 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2012. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 115 milhões em pagamentos; R\$ 203 milhões em parcelamentos; e R\$ 8,9 milhões foram objeto de retificação;

- Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União;

- De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida da exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN, MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário; e

- Foi desenvolvido, em parceria com o Ministério da Previdência e o INSS, o sistema Malha para a Declaração de Contribuições Previdenciárias (GFIP), que visa identificar fraudes relacionadas a retificação de valores, concessão de benefícios indevidos e reduções indevidas do número de vínculos empregatícios. Da mesma forma está sendo implantado, brevemente, o programa malha Declaração de Débitos da Pessoa Jurídica (DCTF), que visa identificar a omissão de informações e fraudes tributárias.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2012 foram recepcionados 1.046.038 PER/DCOMP, sendo 632.870 declarações de compensação, 307.962 pedidos de restituição, 63.505 pedidos de ressarcimento e 41.701 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 74 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 185.479 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2012, foram emitidas 262.755 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, sendo 97.466 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 4.219 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 161.070 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 5 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 78.677 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1 bilhão. Do total de processos, 78,81% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 62.010 processos, totalizando R\$ 964 milhões. Foi devolvido pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 41.193 processos, correspondendo a cerca de R\$ 53,3 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de R\$ 12,7 bilhões para pagamento de restituição de 11 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- publicação da 1ª etapa do material: “perguntas e respostas”, com enfoque didático às questões formuladas pelas unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens; e

- Seminário Nacional, com a participação da PGFN - objetivando disseminar os novos conceitos legais e operacionais de controle de bens, os novos sistemas e, sobretudo, principalmente, voltado à sensibilização dos Servidores para criação de nova cultura do processo de garantia do crédito tributário na instituição.

Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas - com os créditos tributários dos sujeitos passivos – às unidades descentralizadas, para a realização do arrolamento de bens;

- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia , COMPROVI, de gestão da Sufis; e

- disponibilização de sistema informatizado - para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contagil, de gestão a cargo da Sufis.

Iniciativas de natureza gerencial:

- criação do Índice de Crédito Tributário Garantido (ICTG), que medirá a relação entre montante de bens arrolados e passivo tributário a ser garantido.

Como consequência das iniciativas mencionadas, observa-se fortalecimento das medidas para garantia do crédito tributário e que houve aumento do ICTG do início para final do ano de 2012, e basicamente houve superação da meta proposta por todas regiões fiscais, conforme tabela 1:

Tabela 1: Apuração do ICTG						META
Região Fiscal	ICTG - 1º trim/2012	ICTG – 2º trim/2012 (*)	TOTAL DÉBITOS	Arrolamentos até 30/09/2012 (em R\$)	ICTG – 3º trim/2012 (*)	2012
1ª	8,4%	13,5%	11.388.243.757,61	1.971.635.014,80	17,3%	11,4%
2ª	2,1%	2,2%	10.388.685.449,02	267.720.025,70	2,6%	5,1%
3ª	1,0%	1,2%	5.708.067.695,43	70.255.038,00	1,2%	2,1%
4ª	2,1%	2,4%	9.107.801.116,06	837.311.175,70	9,2%	4,0%
5ª	3,4%	4,6%	13.137.216.613,83	617.068.661,70	4,7%	6,4%
6ª	4,8%	6,6%	23.076.111.393,08	1.586.944.969,60	6,9%	7,0%
7ª	4,1%	4,3%	56.795.473.662,37	2.506.748.301,30	4,4%	7,1%
8ª	5,4%	7,2%	182.579.887.582,03	13.773.181.331,90	7,5%	6,4%
9ª	7,0%	13,5%	19.764.892.770,20	3.004.970.338,10	15,2%	10,0%
10ª	7,9%	9,5%	10.915.386.095,01	1.154.890.224,10	10,6%	10,9%
Brasil	5,1%	6,8%	342.861.766.134,64	25.790.725.080,90	7,5%	6,9%

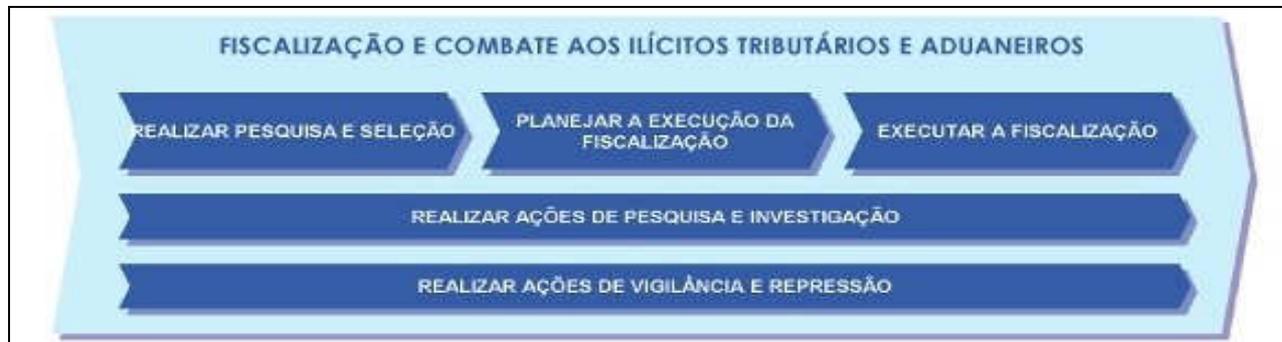
Indicador = Arrolamentos já realizados /Total Débitos

(*) Para fins de comparação, foi considerado o total de débitos inicialmente levantados em janeiro/2012

Também observa-se que houve aumento expressivo dos valores de bens arrolados ao longo do ano de 2012, em comparação com o ano anterior, conforme tabela 2, demonstrando expectativa de consolidação para o ano de 2013.

Bens Arrolados – Acumulado (em reais)			
Região Fiscal	Até 2011	Até 2012	Variação (%)
1ª	1.243.719.184,20	2.085.627.836,30	67,7
2ª	199.940.374,10	274.567.633,00	37,3
3ª	57.627.924,60	284.090.599,90	393,0
4ª	192.565.636,50	841.984.435,40	337,2
5ª	358.853.299,70	955.939.989,90	166,4
6ª	1.103.698.243,70	1.844.102.739,20	67,1
7ª	2.095.164.829,20	2.563.068.740,90	22,3
8ª	11.528.512.861,50	14.710.845.678,00	27,6
9ª	1.653.748.227,40	3.527.408.422,20	113,3
10ª	893.394.998,60	1.206.638.894,00	35,1
Brasil	19.327.225.579,50	28.294.274.968,80	46,4

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do 'Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a

serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização, cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período.

Para o ano de 2012, a meta definida foi 85%, alcançando o resultado de 80,19%, representando 94,4% da meta estipulada.

Em 2012, foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar conhecimento para as equipes de pesquisa e seleção da área aduaneira, visando a mitigar as diferenças de estrutura entre as diferentes regiões fiscais do país, apontadas por levantamento prévio.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do ‘Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS’, resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do ‘Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM’, que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 99,2% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 98,36%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2012, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações.

A avaliação desse processo é realizada por meio do '*Indicador Global da Fiscalização – IGF*', resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF*, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2012 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 85,60%, com alcance desdobrado de 81,7% para o IDF; 110,3% para o ICT e 91,9% para o IPC.

No ano de 2012, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 115,8 bilhões, superando em 10,3% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2012, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2012 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;

- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, no combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação- Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

I - à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;

II - ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;

III - ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2012, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a instituição, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 8,60 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros;
- Em 2012 foram realizados procedimentos fiscais em decorrência de ações de pesquisa e investigação que apontaram indícios de interesse fiscal em 525 contribuintes;

- Durante o ano foram realizadas inúmeras operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações, as mercadorias apreendidas alcançaram a cifra de aproximadamente R\$ 100 milhões, número que pode ser considerado satisfatório no contexto dos resultados atingidos ao longo dos últimos anos;
- A partir de solicitações das Delegacias da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelas dívidas tributárias, em regra já existentes, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pelas DRF e a execução das dívidas já existentes. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, de um grupo econômico com atuação em diversas unidades da federação, principalmente Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e com uma dívida bilionária junto à Fazenda Nacional. A Justiça determinou a indisponibilidade dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas neste esquema até o montante de R\$ 500 milhões.

Foi um ano marcado por um cenário de crise econômica mundial, restrições orçamentárias e movimentos paredistas, não apenas na RFB, mas também em órgãos parceiros. Estes últimos merecem atenção especial pois, dada a característica de nosso processo finalístico, calcado em parcerias com órgãos externos, provocaram a necessidade de ajustarmos nossa atuação com o adiamento de diversas ações planejadas para o ano. Ainda assim, no ano 2012 a atividade de pesquisa e investigação resultou em 20 operações de impacto, contabilizando-se aqui apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 370 mandados de busca e apreensão e realizadas 140 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2012, nos possibilitou também a apreensão de cerca de 12 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países.

Um dado relevante, que corrobora a consolidação do modelo de realização das ações de Pesquisa e Investigação, calcado na execução de trabalhos em regime de “força tarefa” com outros órgãos públicos, são as condenações obtidas. Há registros de 40 condenações em 1ª Instância em 2012, referentes a operações deflagradas entre 2003 e 2008, verificando-se desde 2009 um certo aumento das condenações decorrentes das investigações realizadas com a participação da Receita Federal, o que eleva significativamente a percepção de risco por parte dos contribuintes.

Em um ano marcado pela comemorada reformulação da Lei de Lavagem de Dinheiro, conduzimos diversas iniciativas na intenção de marcar a firme posição da RFB em reforçar a atuação do Estado brasileiro na prevenção e combate a tão danoso crime.

Demos início à implantação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro na RFB, fruto de acordo assinado entre a instituição e Secretaria Nacional de Justiça- SNJ. A implantação desta estrutura, voltada para a utilização de modernas soluções tecnológicas na investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, trará excepcional ganho na capacidade investigativa da

Receita Federal, proporcionando resultados mais rápidos e efetivos nas investigações e fiscalizações que realiza.

Homologamos o treinamento, modalidade EaD, em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, mecanismo que permitirá o aumento da capacidade da RFB de transmitir a seus servidores o conhecimento básico necessário para que atuem na luta contra tal crime e delitos conexos.

Iniciamos também o Projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que tem como escopo a definição de sistemática (rotinas, procedimentos e sistemas informatizados) voltada à identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, as quais possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB.

Ainda num ano em que o tema “Lavagem de Dinheiro” esteve bastante presente na RFB, fomos distinguidos pela ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro com a autorização para utilização, em nossos treinamentos na área, do selo de qualidade daquela organização. Tal distinção foi fruto do reconhecimento do trabalho que temos realizado no âmbito do programa de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB.

No campo da cooperação internacional, conduzimos um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Na mesma linha de atuação, prestamos assessoria técnica à Direção Geral de Impostos Internos – DGII de El Salvador, consolidando a atividade de Inteligência Fiscal brasileira como referência na América Latina.

Realizamos diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de segurança no âmbito da RFB, tais como a retomada da campanha de divulgação de seu Manual de Segurança Institucional, a atualização e realização do treinamento EAD no tema, inclusive para novos integrantes da Carreira AFRFB, assim como a capacitação de servidores para atuarem como tutores e/ou multiplicadores.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2012, a Receita Federal realizou 2.680 ações de vigilância e repressão; algumas contaram com a participação de outros órgãos, tais como: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro, dentre outros, em ações conjuntas ou sendo apoiadas por eles.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2012. Merecem destaque aquelas relacionadas com o Projeto Armamento Institucional, envolvendo treinamento e cautela de pistola em calibre .40 e equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; a renovação da frota de veículos; as aquisições de coletes balísticos; e o Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção - tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2012, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) bateu os recordes históricos e somou R\$ 2,02 bilhões.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembarçou 3,67 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas podem ser destacadas as iniciativas de mapeamento dos processos, disponibilização na internet dos Manuais de Importação e Exportação para o público externo e atualizações nos manuais internos. Esses Manuais têm como objetivo uniformizar procedimentos e orientar os importadores e exportadores nas atividades relativas ao despacho, sendo útil também aos transportadores, depositários e demais intervenientes. Implementou também o exame de qualificação técnica para Despachantes Aduaneiros (previsto no RA, art. 810, § 1º, inciso VI). Como consequência dessas ações, espera-se redução de erros por parte dos intervenientes e maior eficiência nos procedimentos aduaneiros relacionados ao despacho.

Efetou melhorias no SISCOMEX, sistema utilizado para processar a importação e exportação, com a disponibilização do sistema na plataforma Web aos operadores de comércio exterior, proporcionando mais facilidade e comodidade em sua utilização, e a criação do Cadastro Aduaneiro de Intervenientes no Comércio Exterior - Módulo de Despachantes e Ajudantes de Despachantes.

Elaborou integralmente e publicou atos normativos associados ao despacho; dentre eles destacam-se as instruções normativas que dispõem sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel e sobre procedimentos de habilitação prévia de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Ao longo do ano de 2012, a RFB empenhou esforços para mapear os processos dos regimes aduaneiros com vistas ao seu aprimoramento. No caso do regime Admissão Temporária, por exemplo, iniciou-se a concepção de um novo modelo que contempla as necessidades de controle aduaneiro e fluidez do processo, combinadas com os aperfeiçoamentos solicitados pelo setor privado. Como consequência, será publicada uma nova Instrução Normativa em 2013.

Houve melhorias também nas Instruções Normativas referentes ao regimes aduaneiros especiais de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro - e de entreposto industrial sob controle informatizado - Recof.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 14,4 milhões de remessas postais internacionais e processou 4,7 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 51 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 18,7 milhões de passageiros no ano de 2012.

Para facilitar a regularização voluntária dos bens pelo viajante, foi lançado o aplicativo “VIAJANTES NO EXTERIOR”, de disponibilização gratuita, para uso em dispositivos móveis.

Iniciou-se o mapeamento dos processos, e projetos importantes foram desenvolvidos durante o ano; dentre eles estão o e-DBV - Declaração eletrônica de Bens e Valores; o novo modelo de controle de bagagem acompanhada e a criação de um novo sistema para controle de remessas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

O processo “Gerenciar riscos operacionais aduaneiros” tem vital importância para o desenvolvimento do Comércio Exterior, e a Receita Federal tem focado grandes esforços no seu aprimoramento. Foi implementado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros – CERAD, ao qual compete, entre outras atividades, coordenar, orientar e executar estudos e pesquisas com vistas à seleção fiscal aduaneira de zona primária e à determinação de áreas de risco aduaneiro.

Dentre várias ações iniciadas, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, e, ao longo do ano de 2012, deu grande avanço para implementar o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2012, foram elaboradas pela Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri Medidas Provisórias tratando de temas diversos, dentre os quais destacamos a que institui o Programa INOVAR-AUTO e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações; a que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; e a que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

A Sutri participou da elaboração de Decretos Legislativos, dos quais destacamos o que regulamenta o Programa de Inclusão Digital e o que dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel.

Em 2012, foi encaminhado pelo Ministro da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República o Decreto que aprova o novo Regulamento do Imposto de Renda (RIR). Também já se encontra na Casa Civil da Presidência da República uma atualização do Regulamento Aduaneiro (RA) em fase final de revisão.

Além do novo RIR e do RA, estão sendo atualizados todos os Regulamentos, numa parceria da Coordenação-Geral de Tributação com as Divisões de Tributação das Regiões Fiscais. O Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o Regulamento da Contribuição Previdenciária já estão em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda na RFB, sofrendo as últimas revisões pela Cosit e pelas respectivas Disit responsáveis, encontram-se atualmente o novo Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins e a atualização do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

No ano de de 2012, as DRJ julgaram em torno de 71.000 processos, o que significa uma redução de aproximadamente 21% em comparação com o ano de 2011, quando foram julgados aproximadamente 90.000 processos. Porém, em termos de créditos tributários, foram julgados em 2012 cerca de R\$ 59 bilhões, representando o mesmo montante julgado em 2011, com 85% dos créditos mantidos em 2012, superior aos resultados atingidos em 2011 que foi de 78% dos créditos mantidos.

Foram implantadas em todas as DRJ as ferramentas de *webconference*, possibilitando a realização de sessões de julgamentos não presenciais. Julgadores localizados em cidades distintas poderão participar da mesma sessão de julgamento, conectados por meio desse aplicativo.

E, por fim, em 2012, as DRJ desenvolveram projetos específicos com vistas à melhora do desempenho de suas atividades, bem como à formalização da melhoria de seus procedimentos. Destacamos o desenvolvimento dos projetos “Triagem das impugnações por assunto” e “Reforma do contencioso administrativo”, gerenciados pelas DRJ Ribeirão Preto e Florianópolis, respectivamente.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Foi realizado, em 2012, o acompanhamento dos processos acima de R\$ 5 milhões que ainda não tiveram a diligência concluída, com a atualização da situação desses processos e o repasse dessa informação aos Superintendentes de cada região fiscal. Esse acompanhamento permitiu concluir que a maioria dos processos levantados inicialmente tiveram suas diligências concluídas ou que foram adotadas providências necessárias para a conclusão das mesmas.

Também em 2012 foi reestruturada e ampliada a participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento, mediante a formação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de DRJs, atingindo-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento de 55 sessões de julgamento (33 das 1ª, 2ª e 3ª Seções do CARF e 22 da CSRF);

II) Cada sessão acompanhada dá origem a um Boletim de Decisões Administrativas publicado na Intranet. Até o mês de novembro de 2012, foram publicados 42 boletins; e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Foram também publicados 56 boletins de decisões administrativas (das 3 Seções do CARF e das 3 Turmas da CSRF). Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

Foram realizados levantamentos do acervo do CARF por faixa de valores, tributo e por maiores litigantes (processos acima de R\$ 100 milhões). Este trabalho possibilitou a identificação das teses tributárias discutidas pelos grandes litigantes, bem como a localização da concentração dos maiores valores de créditos tributários em litígio, a fase dos processos acima de R\$ 100 milhões e o tempo em cada atividade.

No que se refere ao acompanhamento das matérias judiciais relevantes e da evolução da jurisprudência emanada do Poder Judiciário, tocantes à matéria tributária e aduaneira, destacam-se os seguintes trabalhos:

a) Elaboração e divulgação de boletins de decisões judiciais. Em 2012, 10 boletins de decisões judiciais foram divulgados por correio eletrônico aos interessados e disponibilizados na Intranet da RFB.

b) Envio de matérias para acompanhamento especial no âmbito da PGFN. Foram encaminhados diversos temas à Divisão Nacional de Acompanhamento Especial Judicial e Estratégia de Defesa da PGFN, para avaliação da possibilidade de acompanhamento especial nacional e elaboração de defesa mínima.

c) Atualização e divulgação da relação de Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida e de Recursos Especiais repetitivos.

d) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Atos Declaratórios da PGFN.

e) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Súmulas Vinculantes do STF e das Súmulas aprovadas pelo STJ.

f) Consolidação e atualização da relação de matérias tributárias de interesse da RFB nas quais a PGFN não irá mais contestar/recorrer, por força do disposto nos arts. 1º e 2º da Portaria PGFN nº 294/2010, e que, por força do Parecer PGFN/CDA nº 2.025/2011, justificam a dispensa de constituição e de cobrança administrativa de créditos por parte da RFB.

g) Envio de subsídios para a defesa da Fazenda Nacional (PGFN) por meio de encaminhamento de informações prestadas em mandados de segurança cadastrados no Sicaj.

h) Levantamentos de Mandados de Segurança no Sicaj para agilização da realização do crédito tributário.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

Destacamos em 2012 a elaboração de mais de 80 Consultas cadastrados no SCI, mais de 1080 atos internos armazenados na Nova Intranet, mais de 1700 atos alimentados no Sijut e a publicação de 3 Pareceres Normativos. Também em 2012, foram respondidas 2.856 consultas pelas 10 Regiões Fiscais da RFB.

Foram também elaboradas diversas Instruções Normativas da RFB, das quais destacamos a que dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação; a que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições); a que estabelece procedimentos para habilitação aos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e a que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Na área de educação fiscal, com o advento da Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012, que disciplinou atividades e definiu de diretrizes e público alvo, e, principalmente, institucionalizou o representante da mencionada área (educação fiscal) em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal, observou-se o incremento no número de eventos de educação fiscal: mais de 12.000 eventos em todo o Brasil.

O Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal encontra-se em sua 3ª edição, demonstrando a importância do resgate de nossa história.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2012, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais:

-Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

-Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e Aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2012, e poderiam ter entregues mais se não houvesse a forte restrição de ordem orçamentária.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;

- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

Em relação ao ano de 2011, verifica-se um importante incremento no volume de atendimento por todos os canais de atendimento da Receita Federal com menor tempo médio de espera, apesar do menor quantitativo de atendentes.

- 19 milhões de atendimentos presenciais, com tempo médio de espera de 11m32s;
- Por meio do Portal e-CAC foram acessados 65,2 milhões de serviços - o atendimento a distância ocorreu de forma satisfatória, destacando-se que a maior parte dos serviços do Portal e-CAC implementados com certificado digital, conferiu mais segurança às transações;
- As instituições conveniadas realizaram mais de 10 milhões de atendimentos de CPF;
- atendimento telefônico (146) recebeu mais de 8,6 milhões de ligações no ano de 2012; e
- Concomitantemente, vários projetos foram implementados, gerando melhorias na prestação de serviços pela Receita Federal, como, por exemplo:
 - sistema Visão Integrada do Atendimento (VIA);
 - implantação do Atendimento Integrado com a Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - nova versão do Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SAGA);
 - e a utilização do Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (Siscac), agora na plataforma web (Siscac Web); e
 - Outro ponto positivo foi o início do trabalho de melhoria na comunicação com o contribuinte. A publicação do Manual de correspondências será a primeira etapa de um trabalho de efetiva melhoria nessa comunicação.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir ouvidoria;
- Gerir canais de interação com o cidadão; e

- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

No que se refere ao indicador TME15 (Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos), a média do período indica que 94% dos serviços tiveram tempo médio de espera abaixo de quinze minutos.

Em 2012, o sítio da Receita teve mais de 2,58 bilhões de páginas visitadas, número 4% maior que o registrado em 2011.

Os indicadores do atendimento e da educação fiscal foram atingidos por todas as Regiões Fiscais.

1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada



1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2012, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e dos superintendentes regionais e tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

b) Promover Melhoria nos Processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2012, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas quatro oficinas de mapeamento de processos, que capacitaram, em nível básico, 39 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Várias iniciativas relacionadas a mapeamento de processos e a projetos de melhoria e inovação em processos estão em andamento, desde o segundo semestre de 2012.

c) Gerir Portfólio de Projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos;
- Gerenciar os projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida; e
- Realizar a execução dos projetos ou iniciativas estratégicas.

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Como novidade do processo de priorização em 2012, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de ‘cestas’ de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

A partir da priorização foram selecionadas 27 Projetos Estratégicos Institucionais, sendo que três deles foram encerrados ainda em 2012 (Projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet).

Uma iniciativa que se destacou em 2012 foi a migração da carteira de Projetos Estratégicos Institucionais para o Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólio – Clarity, que ocorreu com a capacitação dos novos usuários, com realização de ‘workshops’ para capacitação dos gerentes e migração dos projetos.

Houve, também, a realização de três turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados cerca de 320 servidores em todo o Brasil, além de apoio para realização de dois treinamentos similares, um na Secretaria Executiva, ministrado para todo o Ministério da Fazenda com cerca de 100 servidores capacitados, e outro na SRRF07, onde foram capacitados cerca de mais 100 servidores.

Além disso, houve a realização de dois seminários em Gerenciamento de Projetos no ano de 2012, um no mês de Maio e outro em Novembro, com participação de cerca de 100 pessoas em cada evento.

d) Prospectar Inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

O Canal de Inovação, por meio do ambiente Tempestade de Ideias, ainda em fase de teste, permitirá a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir Relações Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;

- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 – 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal-Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos, além de participar, na qualidade de porta-voz da RFB, dos diversos fóruns de discussão que objetivam promover a harmonização tributária e administrativa. Destaca-se a atuação junto ao CONFAZ, com participação em 15 dos 27 Grupos de Trabalho da COTEPE/ICMS.

O Encontro Nacional de Administradores Tributários – Enat, realizado anualmente e coordenado pela RFB, tem-se consolidado como um dos principais eventos de cooperação e integração do País, envolvendo as três esferas de governo.

Em 2012, no âmbito do VIII Enat, várias ações foram negociadas, cabendo destacar a possibilidade de acesso, pelos municípios conveniados, à contabilidade das empresas no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a assinatura de protocolo criando Grupo de Trabalho para analisar as principais questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações. Foram constituídos 11 grupos de trabalho dos quais 3 foram finalizados.

Ressalte-se, também, a conclusão de protocolo para a implantação do Portal Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, que reduzirá os entraves burocráticos relacionados ao Processo de Registro de Empresas e Negócios. O Portal Redesim garantirá a entrada única de dados e de documentos. Cabe destacar a construção do Portal do ITR, como facilitador no trabalho de descentralização da fiscalização e da cobrança desse imposto.

O Portal do ITR juntamente com o Repositório Nacional da Nfe-Serviço, esse articulado com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, são importantes vetores na realização do primeiro eixo do Plano ‘Municípios Fortes, Brasil Sustentável’ do Governo Federal.

A Cocif tem trabalhado, em articulação com as áreas operacionais da RFB, na racionalização de recursos e procedimentos, com o intuito de facilitar o atendimento de convênios celebrados pela RFB.

Regra geral, os convênios celebrados pela RFB são por tempo indeterminado, mas, como os contratos dos convenientes com o Serpro são por prazo determinado, exigia-se abertura de demanda no SCD - Sistema de Controle de Demandas para que o Serpro continuasse prestando as informações.

Em 2012 este procedimento foi alterado. No caso de simples renovação contratual entre o conveniente e o Serpro, a RFB não mais abrirá demandas.

No 2º semestre de 2012 iniciou-se o trabalho de padronização de fornecimento de informações às administrações tributárias estaduais e municipais, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2013.

Sempre com a visão no objetivo estratégico "Fortalecer as relações institucionais", a Cocif faz a interlocução no caso de demandas de órgãos externos nacionais, com convênios celebrados, que envolvam mais de uma área operacional da RFB, e acompanha a execução, em articulação com as áreas operacionais.

Foram atendidos neste formato o IBGE, onde o uso dos dados econômico-fiscais fornecidos pela RFB ajuda a melhorar a qualidade da produção estatística oficial, além de reduzir custos; e o Sebrae, parceiro na prestação de serviços para o desenvolvimento de sistemas informatizados para implantação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

c) Gerir Comunicação Institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição através da modernização dos veículos de que dispõe.

Nesse sentido podemos destacar no ano de 2012 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é uma dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Os benefícios recairão sobre o público externo que terá à sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Essa uniformização permite que a “palavra” da instituição para a sociedade seja única e ao mesmo tempo eficaz.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição através dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que, as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas, com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares, em *stricto sensu*, abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar (de que são espécies a investigação patrimonial e a sindicância patrimonial); a análise em sede de juízo de admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores; e a apuração do cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sob o rito ordinário ou sumário, ou de Sindicância Acusatória. O PAD (Procedimento Administrativo Disciplinar) englobará tanto a espécie do processo administrativo disciplinar, em seus dois ritos legais, quanto a espécie da sindicância acusatória, visto todos terem a mesma natureza e seguirem idêntica instrumentalização.

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos PADs em curso e aos servidores neles acusados; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de

caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90. Conforme disciplinado internamente pela Portaria Coger nº 219/06, a atividade compreende o emprego dos mais diversos procedimentos investigatórios e instrumentos preliminares de coleta de informações (internas e externas) acerca do fato denunciado, seguido de um parecer conclusivo, propondo à autoridade competente a instauração de PAD ou o arquivamento do feito, em função de terem sido confirmados ou não os indícios de materialidade e de autoria de possível infração disciplinar.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de juízo de admissibilidade, evitando-se a instauração de sede disciplinar, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e Gerir Riscos Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” têm como principal atuante a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de

assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, bem como o atendimento e controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias continuadas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e metodologia de gestão de risco, os estudos e prospecção de melhores práticas e métodos em Gestão de Riscos, e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de orçamento, os recursos disponíveis para a RFB passaram de R\$ 800 milhões para R\$ 1,4 bilhão. Após dois árduos anos de plantio, 2013 pode ser considerado um ano de colheita, em que a RFB terá reais possibilidades de investimento na sua estrutura.

Desde 2007, o orçamento da RFB para as despesas de custeio e investimento ficou estagnado no patamar de R\$ 800 milhões, valor bem aquém das necessidades essenciais para o desempenho das atividades básicas da RFB. Considerando que a maioria das despesas sofre incremento de valor, no mínimo, pelos índices inflacionários, o seu orçamento deveria ter sido elevado em, pelo menos, 30%, que foi a inflação acumulada neste período.

Além disso, a criação da RFB, em 2007, ocasionou de imediato, o aumento do quantitativo de servidores, cidadãos e contribuintes nos prédios da RFB e do volume de atividades até então desempenhadas, com reflexos diretos na elevação das despesas, mas sem uma maior disponibilização de créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA. Não bastassem estes fatores, foram realizados investimentos à luz do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - PMATA entre os anos de 2005 e 2006, aplicados em grande parte na aquisição de bens permanentes (veículos, lanchas, helicópteros, escâneres, etc.), porém, sem a correspondente elevação das despesas de custeio no orçamento dos anos subsequentes, já que foram necessários gastos com serviços de manutenção, contratação de serviços terceirizados, dentre outros.

Diante deste cenário, foi empreendido, desde 2010, um programa de ações para reversão desse quadro. A primeira e principal delas foi o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, até então esquecido no momento das negociações para obtenção de mais recursos orçamentários, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão. Como resultado de um longo processo de negociação com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o objetivo de recomposição das fontes orçamentárias do Fundaf e sua vinculação à LOA da RFB foi alcançado, o que representou um importante passo na gestão orçamentária, com prognósticos positivos para a LOA da RFB em 2013.

b) Realizar Gestão Contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Ordinárias Anual Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2012 foi de profissionalização das equipes de programação e logística das Regiões Fiscais da RFB, com base no paradigma de que a gestão contábil é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios, reafirmando que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e fiscais.

As setoriais de contabilidade passara a utilizar a premissa de geração contínua de geração de informações gerenciais a partir da escrituração contábil, levando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar Governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;

- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No que diz respeito à Governança de TI, a RFB recebeu a pontuação de 0,48, o que corresponde ao estágio Intermediário. Já em 2012, houve um salto de qualidade: o iGovTI da RFB passou para 0,69, o que atribui à Instituição o nível aprimorado de Governança de TI. Na área de Gestão de Contratos, o reconhecimento veio de fora. Foram dois os elogios feitos pelo TCU a respeito do contrato com o Serpro.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação. Tanto assim que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação da RFB, para o período de 2012 a 2015, foi construído com a participação das demais áreas usuárias e das Regiões Fiscais.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 300 mil acionamentos na Central de Serviços. Nesta área, foi elaborado o trabalho Modelo GSERV - Modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, que recebeu o Prêmio Schöntag 2012. Também com o objetivo de buscar uma melhora da satisfação do usuário, foi realizado trabalho conjunto com a Oracle para identificar os sistemas que utilizam as ferramentas da empresa e as interações existentes entre os diversos aplicativos. Isso possibilitou que fosse traçado um panorama a respeito e propostas soluções de melhoria.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Entre eles, merecem destaque o novo Siscomex, o Leilão Eletrônico, a nova Intranet, o novo Sítio da RFB e a APP, que disponibiliza serviços ao cidadão através de dispositivos móveis. Além disso, houve um grande esforço organizacional na Gestão das Demandas de Desenvolvimento de Aplicações Corporativas, com a criação do Portfólio de Produtos de TI e incremento no planejamento.

Ainda nessa área, a contratação da Fábrica de Software abriu grandes possibilidades de desenvolvimento, permitindo que novos aplicativos possam ser priorizados sem onerar a escassa mão de obra de nossos prestadores de serviço. Outro avanço há muito almejado diz respeito à regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Interno, que abre novas frentes de desenvolvimento de sistemas, aproveitando a expertise dos desenvolvedores que temos nos quadros da RFB e com a garantia de qualidade, manutenção e continuidade dos aplicativos desenvolvidos.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Segurança da Informação, diversas capacitações foram realizadas, com o objetivo de manter a equipe constantemente alinhada com os Objetivos Estratégicos da RFB. Um avanço importante realizado em 2012 foi a evolução das chaves de certificado digital, que passaram de 1.024 bits para 2.048. Outra melhoria realizada foi a revisão das políticas de segurança aplicadas às estações de trabalho, servidores de rede e usuários do Ambiente Informatizado da RFB, com incremento dos níveis de segurança e adaptações necessárias à implantação dos sistemas operacionais Windows 7 (estações de trabalho) e Windows 2008 (equipamentos servidores).

d) Gerir Infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;

- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Infraestrutura, houve uma grande expansão da utilização dos recursos de videoconferência, com a licitação de mais de 400 equipamentos visando fortalecer sobremaneira a Comunicação Institucional na RFB em 2013. Além disso, foi firmado contrato de manutenção, suporte e garantia com a fornecedora IBM, para os produtos Lotus Notes e Lotus Notes Sametime, garantindo à RFB o aprimoramento e utilização de novos recursos em termos de ferramentas de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

Já dentro do programa de atualização permanente do parque tecnológico, buscando adequar permanentemente a infraestrutura tecnológica às necessidades institucionais, foram entregues neste ano 92 equipamentos servidores de rede, adquiridos em 2011.

Outra grande evolução na área de Infraestrutura de TI realizada neste ano foi a criação do NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e do NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais".

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;

- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Com relação ao corpo gerencial da RFB, em 2012 foram realizados 31 Processos Simplificados de Seleção para dirigentes em unidades descentralizadas locais da RFB, conforme Portaria RFB nº 1987/12, com o preenchimento efetivo de 29 vagas, o que representa uma renovação de quase 20% dos delegados e inspetores-chefes da RFB.

Outro ponto de destaque foi a operacionalização de dois grandes concursos, um interno de remoção, e outro externo, público, nos quais foram ofertadas 200 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal da RFB e 750 vagas de Analista-Tributário.

b) Reconhecer e Valorizar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012 tivemos ainda a implantação do Espaço do Servidor e do Portal de Educação Corporativa na Intranet, que marcam uma nova etapa no relacionamento com os servidores da RFB. Os dois espaços foram concebidos a partir do ponto de vista das principais necessidades de informação dos servidores. Nesse sentido, o projeto buscou apresentar os conteúdos de maneira amigável, tanto na disposição das informações quanto na linguagem adotada, de modo a facilitar o acesso às informações pelos servidores.

Em seu segundo ano de existência o Programa de Preparação para Aposentadoria – Caminhos - contou com aproximadamente 500 participantes, dos quais 54,5% concluíram todas as etapas previstas. Do quantitativo restante, 40,8% chegaram a participar de 50% das atividades. Para 2013 pretendemos trabalhar na expansão do Programa.

c) Administrar e Avaliar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;

- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB deu continuidade ao processo de amadurecimento das informações cadastrais do seu quadro de servidores como ferramenta de gestão para tomada de decisões do seu corpo gerencial.

Desenvolvimentos dos novos módulos do Sief-RH, com inovações da estruturação, tabulação e inteligência na gestão dos bancos de dados dinâmicos da área de gestão de pessoas foram os maiores destaques na estrutura de administração de pessoas da RFB.

d) Capacitar e Desenvolver Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar Proeduc;
- Executar Proeduc;
- Acompanhar e Avaliar Ações de C&D;
- Programa de Formação Profissional - PFP; e
- Gerir Competências.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Gestão de Pessoas, um dos marcos foi a consolidação do novo modelo de capacitação por competências, com a instituição dos Programas Nacionais de Capacitação - PNC, que consiste em um conjunto articulado de ações de capacitação, transformando-se num instrumento estratégico, uma vez que permitem reduzir as principais lacunas de competências e favorecer o desempenho dos servidores.

Dentre os PNC geridos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep, destacamos o Programa de Desenvolvimento Gerencial - DGR, instituído com o objetivo de desenvolver de forma continuada as competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB, abrangendo as dimensões organizacionais, comportamentais e técnicas. Até o presente momento, aproximadamente 2.000 gerentes participaram e concluíram alguns dos diversos eventos de formação do Programa, cerca de metade do corpo gerencial da RFB, dos diversos níveis gerenciais.

Tendo em vista que o desenvolvimento dos servidores é um dos principais meios de se atingir os objetivos estratégicos, dado que o capital humano é o principal recurso da instituição, os números comprovam a eficácia dos esforços desenvolvidos pela Cogep nesse sentido. Em 2012 foram realizadas 3.610 ações de capacitação em todo o Brasil, com aproximadamente 18.000 servidores capacitados, atingindo as metas estabelecidas com um grau de amplitude de 70,18% e um grau de aprofundamento de 34,57 horas de capacitação por servidor. Os investimentos em desenvolvimento de servidores ultrapassaram 18 milhões de reais.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de sedimentação dos manuais e rotinas operacionais, bem como a capacitação dos novos auditores nas diversas unidades regionais de programação e logística. Além disso, a performance das unidades administrativas passa a ser parte de um rol de indicadores operacionais para aferição do nível de eficiência e de aderência aos modelos de gestão de logística da RFB.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;

- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB quebrou uma série de paradigmas históricos no que diz respeito ao modelo de gestão do patrimônio e obras, com amadurecimento do projeto Agencia Modelo, que oferece vantagens e agilidades sem precedentes no processo de obras de engenharia na RFB, e que será expandido em 2013 para outros tipos de unidade administrativa.

O Plano PILAR de intervenção em obras críticas de construção e reforma de unidades da RFB promoveu maior agilidade, maior nível de aderência aos níveis de serviço e de qualidade e forneceu subsídios para a elaboração do Plano de Engenharia de 2013, o qual é diretamente vinculado aos objetivos estratégicos e diretrizes da RFB para o ciclo de 2012-2015.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, em dezembro de 2012, ocorreu encerramento do Projeto Estratégico Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadoria Apreendida - AMMA, com a entrega de todos os produtos previstos no escopo original, com custo menor do que o esperado;

O Sistema de Leilão Eletrônico - SLE, a legislação e a minuta de Edital-Padrão foram aperfeiçoados para permitir a participação de pessoas físicas. O 1º leilão eletrônico misto ocorreu em 6 de dezembro de 2012, e houve outros cinco certames destinados a ambas as clientelas. Com esta iniciativa, com um maior número de contribuintes tendo acesso aos leilões promovidos RFB, espera-se democratizar a participação dos licitantes e ampliar a competitividade.

O SLE foi reconhecido internacionalmente: obteve o 1º lugar na última edição do concurso de inovação de administração tributária promovido pelo Centro Interamericano de Administraciones Tributarias - Ciat, cuja finalidade foi identificar e reconhecer práticas inovadoras.

Foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA. A nova página de Mercadorias Apreendidas foi implantada na Intranet, estando sob constante atualização. Também foram realizados dois Mutirões de Destruição, que totalizaram a

destruição de mais de 10 mil toneladas, o que corresponde a mais de R\$ 415 milhões em autuações fiscais.

Foram arrecadados mais de R\$ 204 milhões em leilões de mercadorias apreendidas.

Houve redução de cerca de 34% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 15% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia).

Mais de R\$ 150 milhões em bens apreendidos foram incorporados a órgãos públicos, e mais de R\$ 118 milhões foram doados a entidades sem fins lucrativos;

Também foi iniciado o mapeamento do processo de trabalho "Gerir mercadorias apreendidas", em alinhamento com as diretrizes repassadas em treinamento realizado pela Copav.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de continuidade do projeto relacionado com a Tabela de temporalidade, instrumento com o qual se determina o prazo de permanência de um documento em um arquivo e sua destinação após este prazo, pois existem documentos que devem ser guardados por mais tempo como os relacionados às áreas contábil, fiscal, financeira e pessoal. Trata-se de um projeto de grande porte, transversal e que envolve diversos órgãos externos à RFB e ao Ministério da Fazenda.

A Tabela de temporalidade documental deve ser vista como um documento institucional e normativo, servindo de suporte para questões que se referem a períodos de permanência de documentos no arquivo da mesma. Os processos de arquivamento que não estejam orientados por uma TTD, necessitam frequentemente de novas reorganizações, pois o crescimento em volume passa a não ter limites, ser descontrolado e desordenado.

São inúmeras as vantagens da aplicação de uma TTD, como por exemplo, diminuição da ocupação do espaço físico, agilidade na recuperação da informação, definições de responsabilidade para com a gestão dos processos de arquivamento, diminuição com custos operacionais, controle geral da massa documental e eficácia sobre a gestão documental.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil; e
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;

- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 2: Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações
(Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

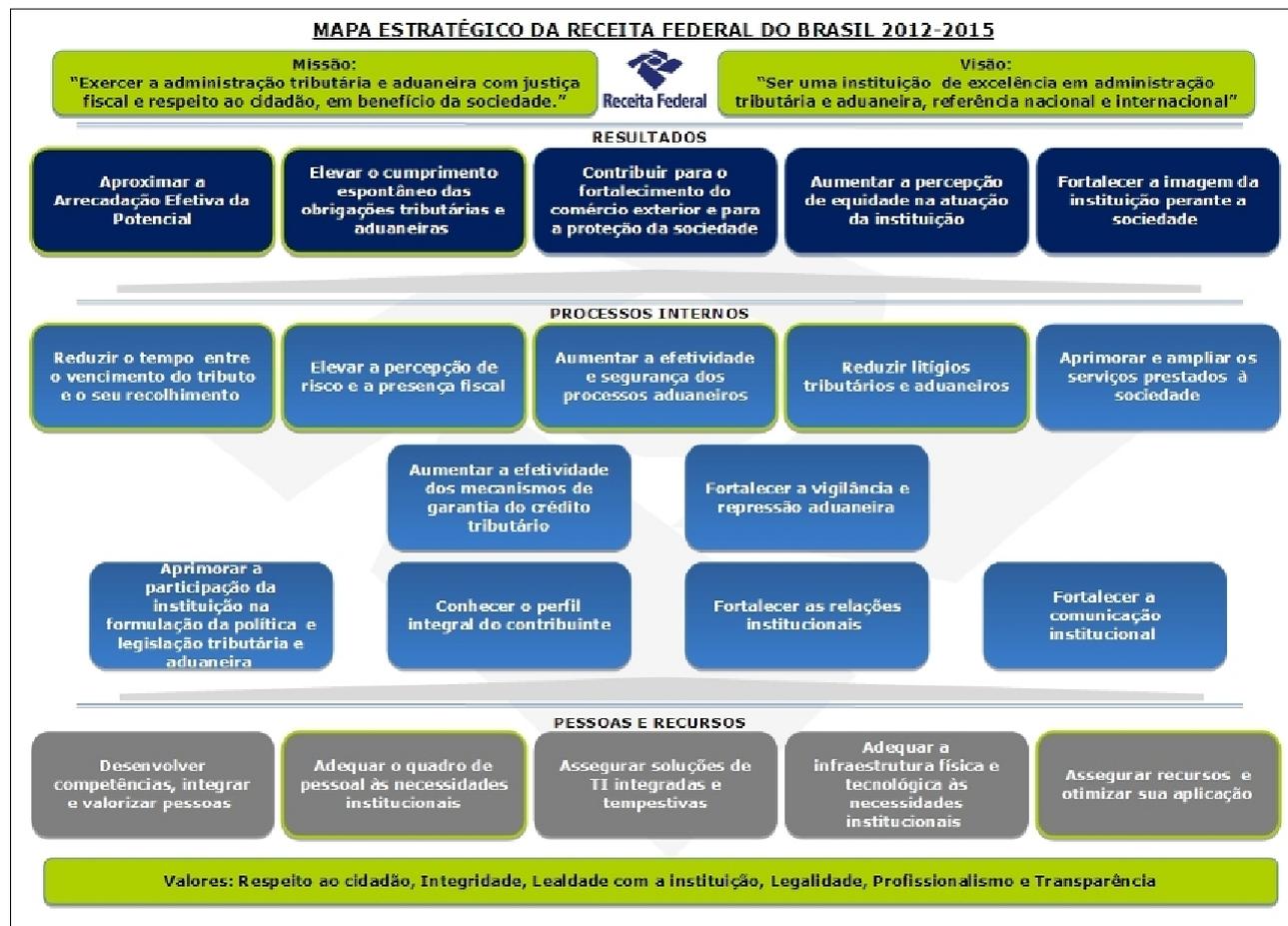
A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2012 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- 6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.

11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

14) Conhecer o perfil integral do contribuinte - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

15) Fortalecer as relações institucionais - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

16) Fortalecer a comunicação institucional - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

No decorrer de 2012, a **Cadeia de Valor** foi referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais, entre as quais pode-se destacar: A reestruturação da Intranet da RFB, projeto gerenciado pela Ascom; que, entre outras modificações, passou a dispor os temas de acordo com os Macroprocessos e Processos; A vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização; trabalho gerenciado pela Copav; A vinculação das Competências Individuais Específicas da RFB aos Macroprocessos e Processos; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Cogep e Copav; A estruturação do Índice RFB; trabalho gerenciado pela Copav; A estruturação do Plano de Contribuição; trabalho gerenciado pela Copav; Levantamento de custos dos processos da RFB; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Copol e Copav

Diferentemente do Mapa estratégico do ciclo de planejamento anterior, o atual **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores (ver item 2.4) que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O **Painel de Desempenho**, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 55 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 46 estão disponíveis para apuração e tiveram, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião, metas estabelecidas para o ano de 2012. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global da arrecadação		
Eleva o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Número de eventos de sensibilização em educação fiscal com participação da RFB	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento	
Eleva a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global de fiscalização (IGDF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice de cobertura da fiscalização aduaneira	
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior				
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente	Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC	Grau de fluidez no despacho de exportação	Grau de fluidez no despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a eficiência dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido					
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira				
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira	Número de estudos setoriais				
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global do acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	Índice de integração de informações nos cadastros				
Fortalecer as relações institucionais	Índice de integração do cadastro com os estados	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB					

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento		
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Grau de adequação da lotação		
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de integração de soluções informatizadas		
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)	Nível de adequação do ambiente informatizado as novas ferramentas	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização. Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas - AMMA	Implantar na RFB ferramenta destinada à realização de licitação na modalidade leilão, permitindo a alienação realizada por meio da Rede Mundial de Computadores a usuários portadores de certificado digital válido.
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto: - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o

	<p>período das obras.</p> <p>- Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP.</p> <p>- Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.</p>
*Melhoria da intranet	Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur	Implementar o Sistema Wikijur (Wikipédia dos regulamentos) e o Sigi (Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento e Integração).
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal

	IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Siscomex	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.

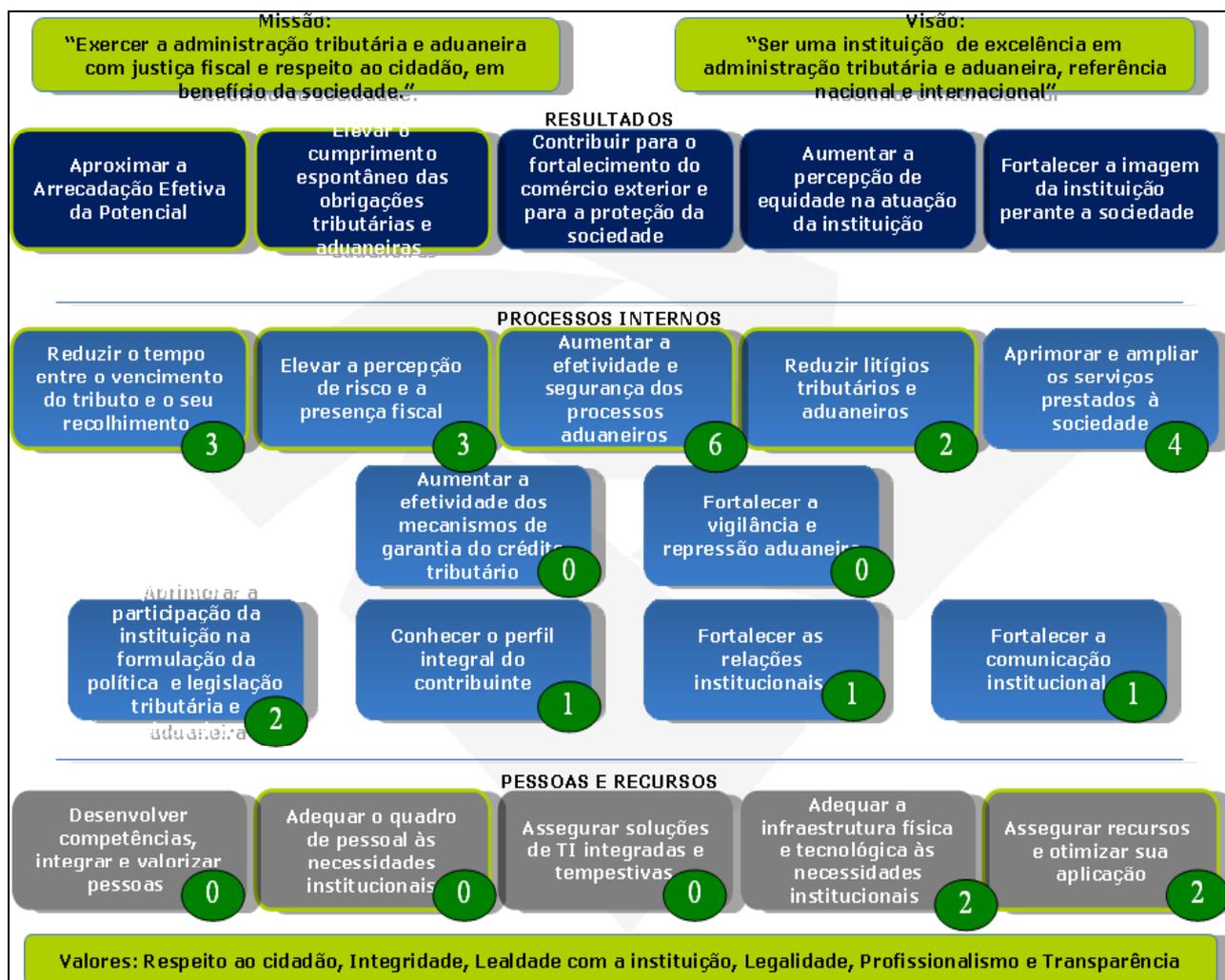
*SIC - Sistemas Integrados do MCT

Coordenar os projetos de integração e controle do CT e dos créditos públicos acompanhados e administrados pelos respectivos entes públicos envolvidos [RFB, PGFN e PGF].

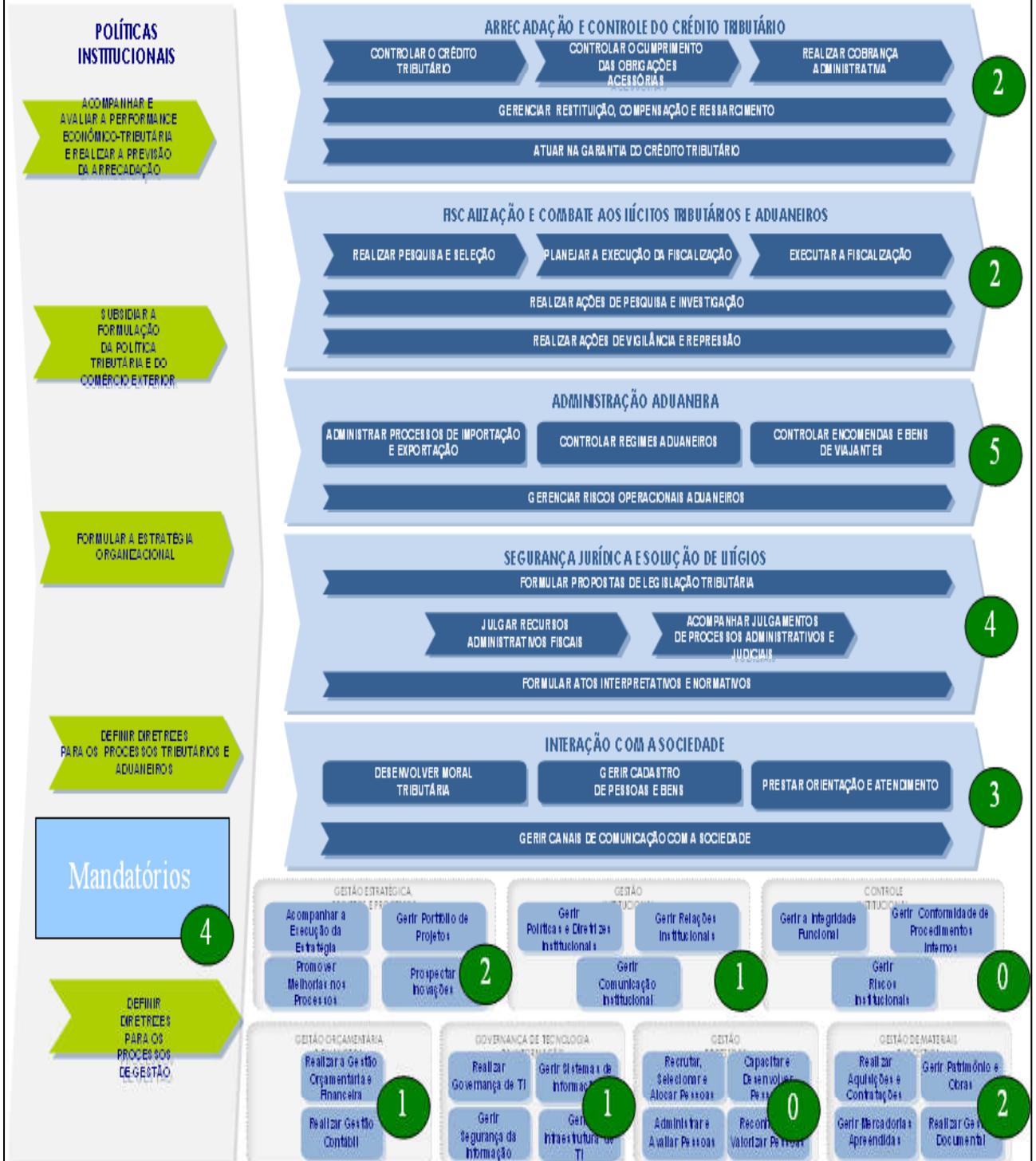
* Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram: a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo estratégico; e por Macroprocesso.



Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012



Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Banner do Mapa Estratégico;
- Banner da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com Mapa Estratégico (imagem referente ao mês de janeiro); e

MISSÃO

“Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”



Receita Federal

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

1 - Confraternização Universal

- Notas no Informativo Interno da Receita Federal do Brasil (Informe-se). Como exemplo, na imagem a seguir, apresentamos a 1ª nota publicada em 05/01/2012):

The screenshot shows the 'Informe-se' website header with the logo and title 'Informe-se Informativo Interno da Receita Federal do Brasil'. A search bar is visible in the top right. Below the header, there are navigation tabs for 'Página Inicial', 'Edições Anteriores', and 'Sobre o Informe-se'. A breadcrumb trail indicates the current page is 'Edição nº 101 - 5/1/2012'. The main content area features a large headline: 'Mapa Estratégico para 2012-2015 está pronto'. Below the headline, a short paragraph states that the RFB has completed its strategy formulation for 2012-2015, involving various administrative levels. A small thumbnail image of the strategic map is shown to the right of the text. A 'Leia mais...' link is provided at the bottom of the article preview.

Fonte: Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - 05/01/2012

Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.

The screenshot shows the 'Receita Federal INTRANET' interface. At the top right, there is a link for 'Acessibilidade'. Below the header, there are navigation tabs for 'Página Inicial', 'Espaço do Servidor', 'TV Receita', 'Canal da Inovação', and 'Educação C'. A search bar contains the text 'RAE' and a 'Buscar' button. Below the search bar, a message asks if the user found what they were looking for and suggests using 'Busca Avançada'. The search results section is titled 'Resultados da busca — 46 itens atendem ao seu critério.' and includes a link to an RSS feed. A list of search results follows, including links to '3ª RAE Nacional 2012', '1ª RAE N - 2012', '2ª RAE Nacional de 2012', 'Apresentações COPAV na 1ª RAE N', 'Pauta da 3ª RAE Nacional 2012', and 'Pauta da 2ª RAE Nacional de 2012'.

No exercício de 2012, os seguintes fatores, dentre outros, geraram dificuldades à realização e/ou retardaram o cronograma de cumprimento de projetos e objetivos estratégicos, tais como:

Restrições orçamentárias, financeiras e contingenciamento

- Indisponibilidade orçamentária e/ou financeira para execução de algumas atividades e projetos;
 - a) limitação de diárias (40 diárias no ano) impedindo novos deslocamentos e gerando atraso no cumprimento de cronograma de projetos. Como medida para minimizar o impacto da restrição, cita-se a distribuição de ferramentas de especificação e homologação à distância para equipes; e
 - b) Inadequação das instalações físicas das unidades - devido a cortes sucessivos de orçamento, a instituição se depara com uma situação de inadequação física, deterioração generalizada das suas instalações físicas, comprometendo o cumprimento de suas atividades.

Incompatibilidade de agendas

Devidos a outras atividades, dificuldade no estabelecimento de agenda comum para planejar, avaliar, decidir e executar o encaminhamento de projetos que tenham produtos a serem utilizados, em comum, com outros órgãos públicos.

Necessidade Recomposição dos Quadros de pessoal

Dificuldade para a formação de equipes de trabalho devido à contínua diminuição do quadro de pessoal do órgão, principalmente devido a aposentadorias, sobrecarregando as equipes existentes.

Limitação de mão de obra dos prestadores de serviço

O Serpro e a Dataprev não possuem capacidade operacional para atender, simultaneamente, a todas as demandas geradas pelas diversas áreas técnicas da RFB, no prazo considerado adequado. Como medida para minimizar este impacto, a partir de critérios técnicos de priorização das demandas, procura-se compatibilizar os recursos disponíveis dos prestadores de serviço com os projetos prioritários da RFB.

Termo de Ajuste de Conduta nº 1.30.012.000011/2004-06

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre Dataprev e Ministério Público Federal, para migração dos sistemas previdenciários para plataforma baixa restringem ou impede algumas melhorias de sistema, até a conclusão da migração.

Alteração da legislação

Necessidade de alterações legais e normativas.

Por intermédio da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, o Ministério da Fazenda aprovou o novo Regimento Interno da RFB. Esse normativo contemplou algumas mudanças pontuais e outras mais significativas, destacando-se:

- a reestruturação da Coordenação-Geral da Administração Aduaneira, necessária para o

aprimoramento do desempenho da RFB, cumprindo de forma mais adequada as atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério da Fazenda;

- a criação da Coordenação Operacional Aduaneira, da Coordenação Técnica Aduaneira, da Divisão de Suporte e Infraestrutura Aduaneira, da Divisão de Sistemas Aduaneiros, do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, da Divisão de Processamento Comercial, da Gerência de Fiscalização e Controle de Intervenientes, da Divisão de Normas e Procedimentos Aduaneiros e da Divisão de Valoração Aduaneira e Origem de Mercadorias;
- A reestruturação da Coana também contribuiu, em 2012, e contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos da RFB previstos em seu Mapa Estratégico, nos próximos exercícios;
- a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais, vinculada à Copav, conhecida como Escritório de Processos.

No âmbito da 8ª Região Fiscal foram confeccionados 10.000 calendários para distribuição a cada um de seus servidores, divulgando o Mapa Estratégico da RFB e seus componentes: Missão, Visão e Objetivos, a Cadeia de Valor. Esse instrumento de comunicação foi utilizado para também veicular uma mensagem regional de sensibilização com foco na melhoria dos processos de trabalho – “8ª Região Fiscal - Agenda de Qualidade e Efetividade”.

2012

Janeiro

Missão:
 “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade.”

Visão:
 “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1 ☾	2	3	4	5	6	7
8	9 ○	10	11	12	13	14
15	16 ☽	17	18	19	20	21
22	23 ●	24	25	26	27	28
29	30	31 ☾				

1 - Confraternização Universal

 Lua Nova
 Lua Crescente

 Lua Cheia
 Lua Minguante

8ª Região Fiscal
Agenda de Qualidade e Efetividade

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RFB PARA O PERÍODO 2012-2015								
UNIDADES DA 8ªRF	SEDE		Agências, IRF e CAC (***)			TOTAL POR UNIDADE		
	Kit-Divulgação (*)	Mapa Estratégico	Kit-Divulgação (*)	Mapa Estratégico	Cadeia de Valor	Kit-Divulgação (*)	Mapa Estratégico	Cadeia de Valor
ALF-AEROPORTO DE SAO PAULO	1	22	2			3	22	0
ALF-AEROPORTO DE VIRACOPOS	1	22				1	22	0
ALF-PORTO DE SANTOS	1	22				1	22	0
ALF-SÃO PAULO	1	22	1	8	8	2	30	8
IRF-SAO PAULO	1	22	1			2	22	0
DEFIS-SAO PAULO	1	24	1			2	24	0
DEINF-SAO PAULO	1	24				1	24	0
DEMAC-SAO PAULO	1	24				1	24	0
DERAT-SAO PAULO	1	24	10	1	1	11	25	1
DRF-BARUERI	1	23		1	1	1	24	1
DRF-CAMPINAS	1	23	3			4	23	0
DRF-GUARULHOS	1	23	1	1	1	2	24	1
DRF-JUNDIAÍ	1	23	3	1	1	4	24	1
DRF-LIMEIRA	1	23	5	1	1	6	24	1
DRF-OSASCO	1	23	2	1	1	3	24	1
DRF-PIRACICABA	1	23	4	1	1	5	24	1
DRF-RIBEIRÃO PRETO	1	23	3	1	1	4	24	1
DRF-SANTO ANDRÉ	1	23	2	1	1	3	24	1
DRF-SANTOS	1	23	4	1	1	5	24	1
DRF-S BERNARDO DO CAMPO	1	23	1	1	1	2	24	1
DRF-S JOSE DOS CAMPOS	1	23	3	1	1	4	24	1
DRF-SOROCABA	1	23	5	1	1	6	24	1
DRF-ARACATUBA	1	22	5	1	1	6	23	1
DRF-ARARAQUARA	1	22	2	1	1	3	23	1
DRF-BAURUR	1	22	4	1	1	5	23	1
DRF-FRANCA	1	22	3	1	1	4	23	1
DRF-MARLIA	1	22	4	1	1	5	23	1
DRF-S JOSE DO RIO PRETO	1	22	4	1	1	5	23	1
DRF-Taubate	1	22	5	1	1	6	23	1
DRF-PRESIDENTE PRUDENTE	1	22	3	1	1	4	23	1
UNIDADES DESCENTRALIZADAS	30	681	81	29	29	111	710	29
SRRF - 8ª REGIÃO FISCAL	21					21	0	0
TOTAL DA 8ªRF	51	681	81	29	29	132	710	29

(*) O Kit-Divulgação é composto por 1 calendário, 1 cartaz com o Mapa Estratégico e 1 cartaz com a Cadeia de Valor. Está prevista a distribuição de 1 Kit-Divulgação para cada Alfândega, Delegacia, Inspeção Especial, Agência, Inspeção e CAC localizado fora de sede de Delegacia.

2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se em análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, que dão subsídios para a tomada de decisões, e na realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis.

De uma forma geral o Mapa Estratégico da RFB apresentou resultado muito bom no segundo semestre de 2012. Nenhum objetivo apresentou comportamento muito abaixo do esperado. Somente o objetivo estratégico Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade indica situação de alerta.

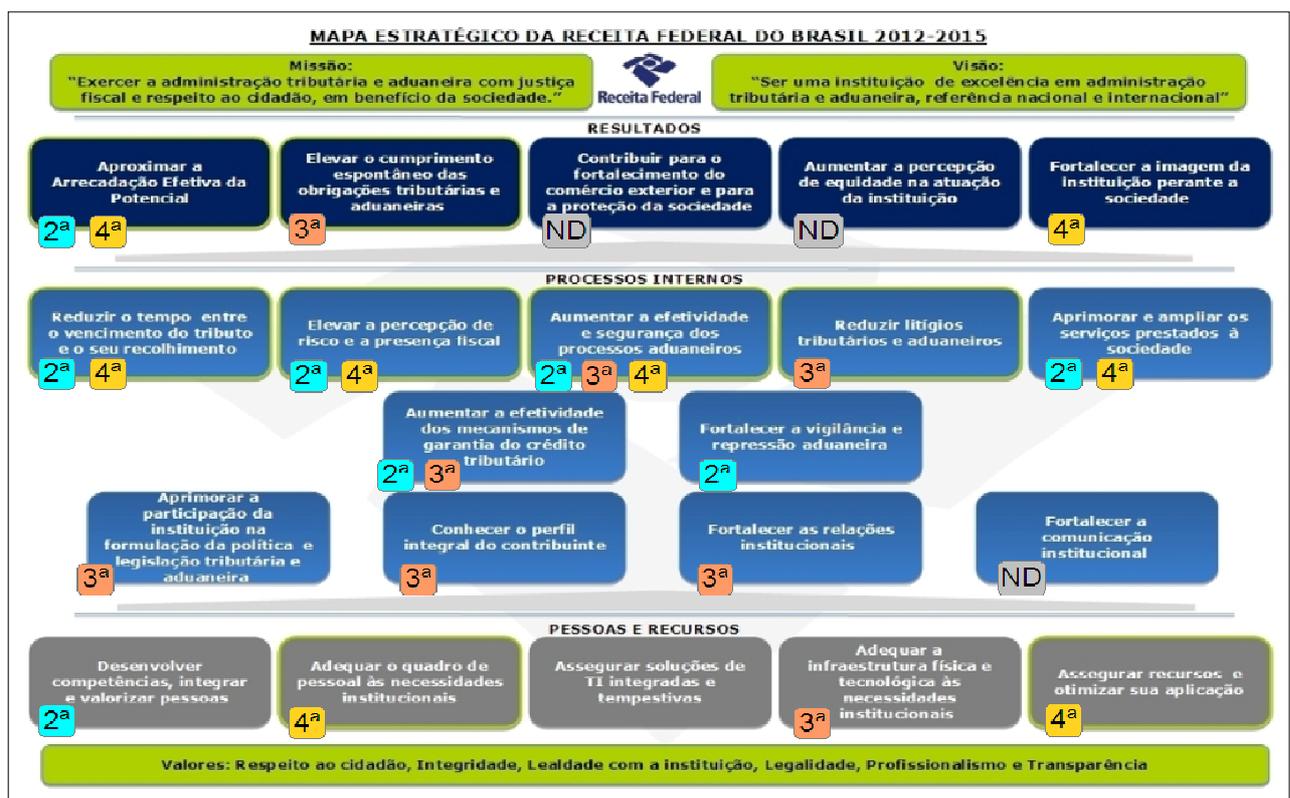
Para uma análise mais aprofundada dos resultados da instituição, do que ocorreu no ano de 2012 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo:

- Total de Indicadores Estratégicos – 55;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 9 (3 na perspectiva Resultados e 6 na Processos Internos), a saber: Índice de atingimento da arrecadação potencial, Índice de fortalecimento do comércio exterior, Índice de percepção de equidade, Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício, Índice de recuperação da cobrança, Tempo médio de contencioso de primeira instância, Índice de litigância administrativa, Grau de fluidez no despacho de exportação, Índice de integração de informações nos cadastros;
- Indicadores Estratégicos disponíveis, mas fora do período de apuração – 2 (1 na perspectiva Resultados e 1 na Processos Internos), a saber: Percepção da RFB pelo público externo, nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB;
- Indicadores Estratégicos disponíveis, dentro do período de apuração – 41 (6 na perspectiva Resultados; 28 na Processos Internos; 7 na perspectiva Pessoas e Recursos), a saber: Índice de realização da meta global da arrecadação, Índice de adimplência do crédito tributário, Índice de adimplência das obrigações acessórias, Números de eventos de sensibilização com educação fiscal com participação da RFB, Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação, Índice de inserções positivas da RFB na mídia, Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes, Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento, Indicador global de desempenho da seleção (IGDS), Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF), Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF), Índice de cobertura da fiscalização aduaneira, Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação, Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior, Índice de solução de consultas, Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso, Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos, Índice de variação da litigância judicial, Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15), Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente, Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC, Grau de fluidez no despacho de importação, Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação, Índice de crédito tributário garantido, Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira, Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira, Número de estudos setoriais, Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM), Índice de integração do cadastro com os estados, Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias, Grau de cobertura dos convênios, Grau de ativação de convênios, Grau de inserção internacional, Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento, Grau de adequação da lotação, Índice de integração de soluções informatizadas, Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF), Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA), Nível de execução orçamentárias e financeira das despesas de custeio, Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimento.

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2011, foram realizadas, com referência ao ano de 2012, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas;
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas (O item 2.4 a seguir contém a análise de cada um dos indicadores disponíveis).

Abaixo, podem ser identificados, no Mapa Estratégico, em quais RAE Nacionais os Objetivos Estratégicos foram analisados.

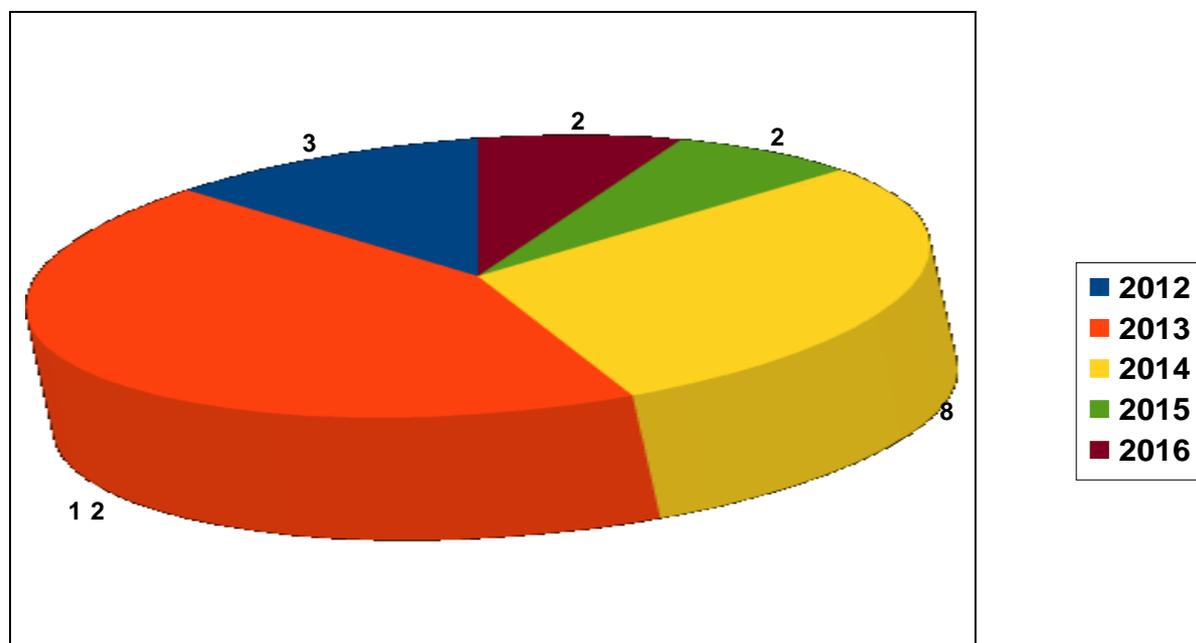


Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status "Disponível" foram marcados como "ND" e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o objetivo estratégico selecionado para discussão; e
- Não há indicação da 1^a RAE Nacional, pois esta reunião teve como pauta exatamente a finalização da construção da Estratégia.

Apresentamos a seguir a Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais no que se refere à Previsão de Encerramento, Percentual Executado e Status.

Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2013, porém muitos deles (25%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2013, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues em 2014. Os projetos Wikijur, Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Intranet foram encerrados em 2012.

Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

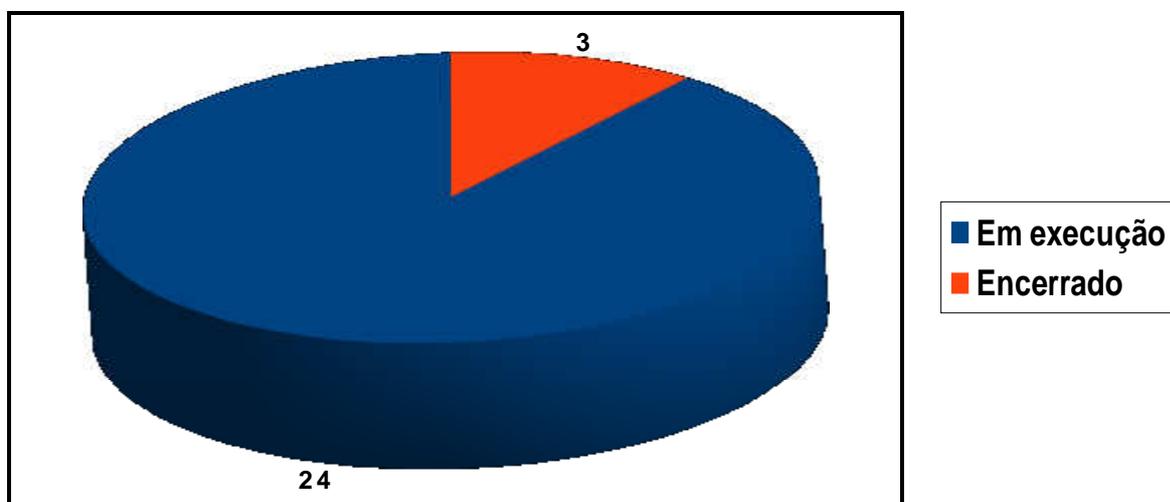
	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	01/01/12	01/07/16	15%
	SCC – Pis/Cofins	Suara	07/07/08	31/01/13	98%
	SCC – Reintegra	Suara	19/09/11	03/07/13	68%
	SIC – MCT	Suara	07/01/08	06/02/14	82%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	19/03/14	38%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	13/02/13	62%
Fiscalização e combate aos ilícitos	Sped Integração	Sufis	01/06/09	19/03/13	70%

tributários e aduaneiros	Sped – EFD Social	Sufis	01/07/10	18/02/14	10%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	18/10/13	60%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	20/12/13	75%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	28/06/13	50%
	Siscomex Carga	Suari	01/03/04	31/12/15	35%
	Programa Portal Siscomex	Suari	01/11/12	23/12/15	5%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	28/06/13	79%
	Wikijur	Sutri	18/02/11	30/10/12	100%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	01/12/14	10%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	25%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	17/11/11	31/12/14	7%
	Redesim	Suara	05/07/11	28/06/14	34%
	m-RFB	Sucor	01/03/12	30/06/13	5%
Gestão	Mercadorias Apreendidas	Sucor	04/01/10	31/12/12	100%
	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/12/14	50%
	Seg. da Inform.	Sucor	20/03/09	31/12/12	65%
	Intranet	Ascom	01/03/11	28/09/12	100%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	29/04/13	75%
	e-Processo	Suara	27/02/06	26/12/13	85%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	14/11/16	9%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Os projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet foram encerrados em 2012. Os programas Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos encontram-se em fase de execução.

Regionalmente, em 2012, foram realizados dois Seminários com a participação dos gestores das Unidades descentralizadas da 8ª Região Fiscal, Chefias e Assessorias da Superintendência, além de participantes e palestrantes convidados.

De 31/05 a 01/06 foi realizado o Seminário de Integração e Avaliação Estratégica da 8ª RF, dentre outros temas, buscou reforçar as parcerias e trazer uma visão diferenciada da avaliação estratégica em outros órgãos e empresas como a Sefaz/SP, Secretaria de Finanças do Município de São Paulo e da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Um segundo encontro de administradores realizado no mesmo período foi o Seminário Planejamento com um novo olhar sobre a administração pública no qual foram abordados temas e proferidas palestras relacionados ao controle interno, interação com a sociedade, gestão corporativa, condicionantes do trabalho cooperativo, indicadores estratégicos e boas práticas de gestão.

Além dos citados eventos, a SRRF08 realizou 7 reuniões gerenciais com as Chefias e Assessorias da Superintendência, tratando de diversos temas de gestão, além da avaliação dos resultados dos indicadores estratégicos com desdobramento regional os quais serão abordados no subitem 2.4.

2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada

Na RFB existe uma sistemática nacional de avaliação de indicadores institucionais que considera o desempenho como satisfatório quando o atingimento da meta anual é superior ou igual a 80% e inferior a 130%. Todavia, o indicador “Índice de realização da meta global de arrecadação” possui regra diferenciada, considerando-se satisfatório o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 100% e inferior a 130%.

Indicador: **Índice de realização da meta global de arrecadação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,46%	96,86%	95,35%	95,07%	94,20%	93,62%	93,46%	93,13%

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.

- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X}) \times 100]$.
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Este índice reflete a função precípua do Fisco, de prover recursos para o Estado, e vincula-se ao objetivo de aproximar a arrecadação efetiva da potencial. Para a 8ª Região Fiscal, a meta de arrecadação no ano de 2012, das Receitas Administradas pela RFB, foi estipulada em R\$ 429,842 bilhões, porém, o valor efetivamente auferido atingiu R\$ 400,425 bilhões, o que representa 93,13% da meta estipulada.

De todas as regiões fiscais, a 8ª Região Fiscal responde por mais de 40% do montante arrecadado no país, percentual este que repete o padrão dos últimos anos. Deve-se observar que a grande maioria das regiões fiscais também não atingiu a meta de 100% da arrecadação prevista, consequência de um ambiente difícil e desafiador para a economia brasileira.

Pontos críticos:

A seguir estão os principais motivos que contribuíram para esse resultado negativo:

- a) a reclassificação do estoque de pagamentos relativos aos parcelamentos da lei 11.941/09, acumulados desde sua origem até o mês de maio/2012, da rubrica Pagamento Unificado pela RFB para outras rubricas, o que levou a primeira a apresentar forte registro de arrecadação negativa (R\$ 16,96 bilhões no mês de julho por conta exclusivamente da reclassificação do estoque de valores). Importante observar que, embora grande parcela desse valor tenha sido reclassificada para outras rubricas pertencentes à Receita Administrada pela RFB, uma parte não desprezível foi reclassificada para o Passivo Financeiro e Receitas não Administradas pela RFB (R\$ 1,37 bilhão), não sendo, portanto, contabilizada em favor do cumprimento da previsão de arrecadação do período;
- b) o acréscimo de valores à previsão da rubrica Outras Receitas Administradas pela RFB, com vistas a compatibilizar a previsão de arrecadação às necessidades de caixa do Governo Federal expressas por meio do decreto 7.680/2012 e alterações posteriores, o que impediu um melhor desempenho em termos globais;
- c) a redução a zero dos recolhimentos de IRPJ e CSLL efetuados com base em estimativa mensal de diversas empresas, particularmente não financeiras, frustrando as expectativas de incremento de arrecadação dessas rubricas;
- d) a não realização do ganho potencial de arrecadação por conta das alterações de alíquotas do IOF incidente sobre a entrada de moeda estrangeira, juntamente com a redução das alíquotas incidentes sobre as operações de crédito contratadas por pessoas físicas, visando estimular o consumo, o que impediu a plena realização das projeções de arrecadação do imposto; e

e) diminuição dos pagamentos relativos ao imposto incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras, particularmente em fundos e títulos de renda fixa, o que está relacionado à retração das taxas de juros que tem sido praticada pelo Banco Central do Brasil, aliada a momentos de “pouca euforia” nas bolsas de valores.

Indicador: **Índice de adimplência do crédito tributário**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	95,80	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	Abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,30%	95,80%	96,20%	95,80%	95,90%	95,90%	95,70%	95,70%	95,80%	95,60%	95,70%	96,30%

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual:

Implementado em 2012, este índice vincula-se ao objetivo da RFB de elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras. As apurações deste índice são realizadas após findo o prazo da entrega, pelos contribuintes, das declarações DCTF e GFIP e suas cargas nos sistemas. Além disso, é necessário aguardar a disponibilização da informação do batimento das declarações GFIP entregues com os efetivos recolhimentos.

A 8ª Região Fiscal alcançou o resultado de 96,30%, superando a meta estabelecida de 95,80%. Assim como para o indicador de adimplência das obrigações acessórias, a obtenção de um bom resultado neste índice de adimplência do crédito tributário deveu-se à conjugação de esforços de várias áreas da RFB, dentre as quais destacamos: a) fiscalização, promovendo a presença fiscal junto aos contribuintes; b) educação fiscal, demonstrando a importância da arrecadação tributária para a vida dos cidadãos; e c) arrecadação e cobrança, agilizando a análise das situações que estejam acarretando a diminuição no recolhimento dos tributos devidos.

Pontos críticos:

Por ser um indicador novo, ainda sem uma série histórica definida, verifica-se que esse índice parte de patamar bastante elevado, sendo incerta a margem que haveria para seu crescimento.

Indicador: **Índice de adimplência das obrigações acessórias**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
NI	NI	97,21%	97,48%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

Este indicador tornou-se disponível no terceiro trimestre de 2012, após a entrada em operação do Sistema Omissos, sendo que a 8ª Região Fiscal obteve, no 3º e 4º trimestres, os resultados de 97,21% e 97,48%, respectivamente, superando a meta estipulada em 97%.

Por ser um indicador recente, ainda não há uma série histórica que permita uma análise comparativa com períodos anteriores.

Indicador: **Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	1678	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
999	2290	3345	4211

- **Finalidade:** Aferir o esforço para os eventos de educação fiscal integralmente realizados ou com participação da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

O Programa Nacional de Educação Fiscal avançou sensivelmente na 8ª Região Fiscal, podendo ser considerado atualmente consolidado na Região, ainda que enfrentando as dificuldades de recursos humanos, comuns a todos na Instituição. Tal avanço deve-se ao fato de a maioria das atividades ter sido realizada sempre em parceria com duas ou mais unidades jurisdicionadas.

A 8ª Região Fiscal conseguiu ultrapassar em 150% a meta estipulada para o ano de 2012. Esse resultado, em parte, também se deve à alteração na forma de apuração do índice, que, por orientação da COAEF, passou a computar as inserções na mídia externa.

Dentre as diversas linhas de ação, em 2012, foram destaques positivos nessa área:

- Prosseguimento do projeto Melhoria do atendimento: Integração RFB-Universidade;
- Participação em Feiras e Exposições (Bienal Internacional do Livro, Feira do Estudante CIEE, Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação e Acessibilidade, Feira do Jovem Empreendedor Joseense, Feira do Livro em Ribeirão Preto);
- Colaboração na criação e implantação de observatórios sociais nos municípios de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Suzano, São Sebastião;
- Gravação da peça teatral "A Bela e a Fera - o Empório do Fisco" para distribuição em todas as unidades jurisdicionadas a partir de 2013;
- Realização de visitas guiadas à RFB;
- Fortalecimento de parcerias institucionais: Secretaria de Fazenda do Estado; Secretaria de Educação do Estado; CGU, CENTRESAF, CRC, CONDECA, CMDCA, UNIFESP, diversas universidades;
- Assinatura de acordo de Cooperação Técnica com a UNIFESP para implantação de disciplina optativa de Educação Fiscal nos cursos da Universidade, a partir de 2013;
- Convênio com Metrô SP para veiculação de informações na TV Minuto e nos murais nas áreas de circulação; e
- Atuação dos Universitários no Controle Social no terceiro Setor.

Indicador: **Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	83,80	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
82,00%	82,00%	82,00%	82,00%	81,00%	81,00%	82,00%	82,00%	82,00%	82,00%	82,00%	82,00%

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal atingiu 82% neste índice, ficando muito próxima da meta estipulada para este indicador, que foi de 83,80%. Uma vez que este índice visa medir o grau de cumprimento espontâneo da obrigação tributária por parte dos importadores, tal resultado sinaliza que todos os esforços da RFB no sentido de coibir os ilícitos aduaneiros estão produzindo resultados satisfatórios.

Indicador: **Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	30,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
17,60%	29,40%	41,50%	49,60%

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal reduziu em quase 50% o valor de seu estoque de compensações pendentes, tomando-se como base os valores de 31/12/2011, atingindo o melhor resultado dentre as regiões fiscais. Com isso, a meta foi superada em 65%.

Em virtude da concentração, nesta região, de grande quantidade de pedidos de compensação de valor elevado, os esforços das Unidades jurisdicionadas para análise das maiores faixas de valores contribuiu para esse bom desempenho.

A fim de garantir o cumprimento do indicador em 2013, com a diminuição do estoque regional, serão necessárias iniciativas voltadas a estimular a cooperação das Unidades do interior, para trabalhar documentos de valores mais significativos das Unidades que concentram os maiores estoques de declarações de compensações pendentes.

Indicador: **Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	Jun	jul	ago	set	out	nov	dez
87,15%	84,97%	81,98%	83,35%	83,27%	83,39%	83,42%	83,50%	77,76%	79,84%	82,46%	72,84%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF x 0,5) + (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês IFGED x 0,5), sendo IQSF =R2 e IFGED = S1 a S5.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal atingiu o patamar de 72,84% no IGDS - Indicador Global de Desempenho da Seleção, ficando 7,35 p.p. abaixo da média de todas Regiões Fiscais, que alcançou 80,19%. Esse indicador é composto por dois indicadores: Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização e Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês.

O IQSF - Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização indica o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período e contribui com um peso de 50% na formação do IGDS. A meta para este indicador é de 90%, sendo que a 8ª Região Fiscal alcançou o resultado de 86,02%.

O IFGED - Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês indica a formação e garantia de estoque de dossiês de seleção, de forma ponderada, por tipo de contribuinte e contribui com um peso de 50% na formação do IGDS. Em 2012 a meta foi de 80%, a 8ª Região Fiscal atingiu 59,67%, ficando 11,18 p.p. abaixo do índice nacional que foi de 70,85%.

Indicador: **Indicador global da fiscalização (IGF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	Jun	jul	ago	set	out	nov	dez
5,60%	10,60%	19,90%	26,20%	32,80%	39,97%	44,20%	47,80%	52,60%	59,20%	67,10%	81,50%

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal atingiu o patamar de 81,5%, no IGF - Indicador Global da Fiscalização, ficando 5% abaixo da média de todas Regiões Fiscais, que alcançou 85,6%. Esse indicador é composto por três indicadores: Indicador de Desempenho da Fiscalização, Indicador de Cumprimento de Meta de Fiscalização e Indicador de Presença Fiscal.

O IDF - Indicador de Desempenho da Fiscalização indica o desempenho da fiscalização, de forma ponderada, por tipo de contribuinte, sob o foco do cumprimento de metas quantitativas da fiscalização. Esse indicador contribui com um peso de 70% na formação do IGF. Nesse aspecto, o desempenho da fiscalização na 8ª RF chegou a 78%, enquanto que o Brasil, média de todas Regiões Fiscais, teve um desempenho melhor que a 8ª RF em 4,7%, ficando com 81,7%.

O ICT – Indicador do Crédito Tributário aponta o desempenho da fiscalização sob o foco do cumprimento de metas de créditos lançados. Esse indicador pesa 5% na composição do IGF. A 8ª RF teve um desempenho extraordinário nos valores lançados na fiscalização, ultrapassando sua meta em 29,2%. Os 129,2% alcançados pela 8ª RF, ficaram 17% na frente do atingimento da metas, em nível nacional.

O IPF – Indicador de Presença Fiscal tem como objetivo apontar o nível de presença fiscal sobre um universo de contribuintes de interesse. Esse indicador, cujo peso na formação do IGF foi atribuído em 25%, contribui de forma desfavorável para o IGF da 8ª RF, pois depende do número de servidores para garantir a presença fiscal desejável, mas como a 8ª RF tem o pior grau de lotação

da RFB, fica praticamente impossível alcançar a média nacional. Nesse indicador a 8ª RF atingiu 81,8%, enquanto que o Brasil alcançou 91,9%, ou seja, abrindo uma diferença negativa de 12,3%.

Indicador: **Índice de cobertura da fiscalização aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	3,66	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
0,83%	1,54%	1,82%	2,73%

- **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objeto de fiscalização a posteriori, no período indicado.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)] x 100,

onde:

Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro;

Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.

- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal atingiu 74,59% da meta definida para este indicador no ano de 2012. Esse resultado foi um pouco acima do resultado nacional, que ficou em 72,33%, mas inferior ao resultado alcançado em 2011, que atingiu 96,51% da meta proposta.

Este indicador depende da quantidade de Auditores-Fiscais alocados para atividades de fiscalização externa na zona secundária. Apesar do nº de AFRFB ter saltado de 105, em 2011, para 128, em 2012, o que representa um aumento de 21,90%, o nº de horas aplicadas à fiscalização aduaneira diminuiu cerca de 13,04%, passando de 56.486, em 2011, para 49.120, no ano seguinte. Isto ocorreu porque, tanto nas Unidades exclusivamente aduaneiras quanto nas Delegacias mistas, os Auditores-Fiscais além de executarem a fiscalização aduaneira, realizaram outras atividades como habilitação, vigilância e repressão, apreensão e perdimento de mercadorias.

Uma vez que a quantidade de horas efetivamente utilizada na fiscalização aduaneira foi menor, as fiscalizações sem resultado, portanto menos complexas, foram praticamente encerradas na sua integralidade, enquanto que as fiscalizações mais complexas e com perspectivas de resultados tiveram seus prazos de encerramento dilatados.

Importante destacar que a IRF/SPO, unidade especializada na fiscalização aduaneira e responsável por grande parte do resultado na área de fiscalização aduaneira, sofreu redução tanto do nº de auditores-fiscais quanto de horas alocadas, representando cerca de 27% a menos da mão-de-obra comparando-se com o ano de 2011. Isso se deveu ao aumento da carga de habilitação aduaneira em cerca de 68%, no comparativo com 2011, porque as habilitações passaram a ser realizadas na jurisdição dos contribuintes. Além disso, as habilitações ordinárias aumentaram 71,30%, passando de 115, em 2011, para 197, em 2012. Apesar desse tipo de habilitação representar, em números absolutos, bem menos que o quantitativo de habilitações simplificadas, cujo montante, em 2012, atingiu 2.334 habilitações, aquela é uma atividade que consome muito mais mão-de-obra.

Outra importante Unidade especializada da 8ª Região Fiscal que teve reduzida a quantidade de AFRFB e de horas aplicadas à fiscalização aduaneira foi a DEMAC/SPO, pois o nº de horas passou de 15.016, em 2011, para 10.511, em 2012, uma redução de 30%.

Apesar do resultado inferior ao obtido em 2011, o crédito tributário lançado saltou de 1,809 bilhões de reais para 2,085 bilhões, o que representa um incremento da ordem de 15%.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	33,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	Mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
28,49%	28,92%	28,28%	26,43%	25,51%	25,49%	25,91%	26,00%	26,05%	26,25%	26,37%	26,51%

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Este indicador, em razão da seleção para conferência (parametrização) das DI no Sistema Siscomex ser nacional, não tem plena governabilidade da região fiscal.

Além disso, a RFB está implantando o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro – Cerad, para exercer o gerenciamento de riscos no despacho aduaneiro de forma nacional, visando melhorar a parametrização, contando com especialistas e usando ferramentas avançadas de TI.

Na 8ª Região Fiscal, complementarmente, está em elaboração um projeto regional de gerenciamento de riscos aduaneiros, com objetivo de atingir as especificidades locais, mesmo que, neste indicador, o seu grau de influência seja pequeno.

Todavia, na 8ª RF, a amplitude da parametrização no despacho de importação é limitada pela quantidade de servidores disponíveis nas Unidades descentralizadas, que já é insuficiente para as atividades aduaneiras ordinárias.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
88,61%	88,36%	82,08%	83,40%

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Em 2012, o desempenho da 8ª Região Fiscal foi de 83,40% ficando próximo da meta proposta de 90%, todavia essa marca ficou abaixo da média nacional que foi de 87,39%.

Como esse indicador se propõe a aferir muito mais a qualidade da programação da fiscalização que sua execução, é importante destacar que, nos últimos anos, a 8ª Região Fiscal saiu de um resultado de 66,33% em 2008 para 83,40% em 2012.

Observações:

Esta 8ª Região Fiscal continua buscando a melhoria da programação da fiscalização, inclusive com o início da programação de fiscalização unificada, abrangendo os tributos internos e aduaneiros, nas Delegacias mistas, ou seja, aquelas com competência em tributos internos e aduaneiros.

Indicador: **Índice de solução de consultas**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	65,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
32,10%	45,30%	55,07%	64,00%

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas / (acervo de consultas aguardando solução + número de consultas recebidas no período).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

O resultado desse indicador depende da capacidade da Disit – Divisão de Tributação da SRRF08 de atender a demanda de dúvidas sobre a legislação tributária e aduaneira.

Ao final de 2012 foi alcançado cerca de 98% da meta graças ao esforço adicional de todas as chefias, que além de suas atribuições administrativas, atuaram como pareceristas.

Considerando que essa atividade exige mão-de-obra altamente qualificada, o maior ponto crítico está na reposição dos quadros, já que nesta Divisão a faixa etária média é uma das maiores da SRRF08. Assim, estão sendo gestadas ações de capacitação para os novos pareceristas, oriundos do último concurso interno de remoção e que entrarão em exercício na Disit ao longo de 2013, visando acelerar a "curva de aprendizagem" e alcançar mais rapidamente a produtividade de um parecerista experiente.

Indicador: **Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE	POLARIDADE	META	ANÁLISE
-------------	------------	------------	------	---------

	MEDIDA			
Suara/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
89,00%	89,20%	91,90%	90,70%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

Este indicador visa refletir o empenho da RFB em reduzir litígios tributários e aduaneiros e aprimorar o controle do estoque de créditos tributários. A 8ª Região Fiscal atingiu o resultado de 90,70%, superando a meta proposta em 0,70 p.p.

No decorrer de 2012, várias Unidades descentralizadas reduziram sensivelmente os seus estoques de processos em valores e quantidades de débitos pendentes de análise. No geral, a 8ª Região Fiscal reduziu em 14,10% o estoque pendente de análise e em 30,67% em quantidade de débitos, com o apoio do Sistema Opjud criado para aprimorar o gerenciamento dos créditos tributários sub judice e implantado nas Unidades da 8ª Região Fiscal a partir de 2011.

Indicador: **Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
30,59%	77,87%	79,99%	50,57%	75,45%	85,13%	70,11%	89,13%	88,00%	91,50%	91,22%	86,48%

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Este indicador tem como principal objetivo permitir uma avaliação da agilidade do atendimento, uma vez que permite identificar quais os serviços possuem o tempo de espera mais elevado, ou seja, superior à meta estabelecida. Dessa forma, apresenta-se como mais um importante instrumento de gerenciamento efetivo da área de atendimento.

Pelos resultados atingidos, mensalmente, percebe-se uma sensível melhora de desempenho desse índice a partir do mês de maio/2012, atingindo-se a meta proposta (80%) na maioria dos meses seguintes.

Pontos críticos:

O não atingimento da meta fixada em alguns meses deveu-se, entre outros fatores: a) pela redução do número de atendentes por motivo de férias, rodízio e treinamentos em conjunto; b) simultaneidade de cobrança com outras ações da RFB com alto impacto no atendimento, por exemplo, exclusão do Simples Nacional, inclusão e retorno ao Simples Nacional no mês de janeiro; e c) pendência de consolidação de parcelamentos especiais.

A ampliação dos serviços atendidos via e-CAC ainda não tem resultado na redução do atendimento presencial.

Os serviços previdenciários continuam sendo atendidos, prioritariamente, de forma presencial e respondem pelos tempos médios de atendimento mais elevados e, conseqüentemente, por tempo médio de espera elevado. Na 8ª Região Fiscal, em 2012, os serviços previdenciários representaram 14,6% do atendimento presencial e 48,4% do atendimento com tempo médio superior a 30 minutos.

Indicador: **Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Dias	Negativa	673,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
735,00	686,00	625,00	602,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Este indicador reflete a preocupação da RFB em aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade. Em 31/12/2011, o tempo médio de estoque de restituições pendentes da 8ª Região Fiscal era de 841 dias. Pelo resultado alcançado ao final de 2012, a meta de redução estabelecida pelas Unidades Centrais foi superada, atingindo-se 112% da mesma, resultado do esforço empreendido pelas Unidades descentralizadas da 8ª Região Fiscal.

Importante destacar que esse desempenho sofreu a concorrência do indicador das compensações pendentes, uma vez que é a mesma mão-de-obra que executa as duas atividades, ou seja, a análise das compensações e das restituições. E como as compensações envolvem crédito tributário, a 8ª Região Fiscal priorizou o cumprimento do índice de redução do valor de estoques das compensações pendentes.

Indicador: **Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	23000000	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2.016.253	3.598.858	5.468.284	7.950.887	10.477.899	12.541.034	14.474.496	16.499.608	18.175.341	20.172.693	21.802.098	23.233.065

- **Finalidade:** Mensurar a quantidade de serviços acessados por meio do Portal e-CAC.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de serviços acessados no Portal e-CAC.
- **Fonte dos Dados:** Estatísticas de serviços do portal e-CAC.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal conseguiu cumprir as metas estabelecidas. Até dezembro de 2012 foram realizados 23.233.065 acessos ao Portal e-CAC, o que representou o atingimento de 101,01% da meta estabelecida de 23.000.000 de acessos. Comparativamente ao ano de 2011, cujo quantitativo de acessos foi de 21.928.736, houve um incremento de 6% no total de acessos. E tomando-se como base o ano de 2010, cujo número de acessos ao e-CAC foi de cerca de 11.008.000, houve um acréscimo de 111,06%.

Importante destacar que as DRFs estão desenvolvendo várias atividades para aumento da utilização do Portal e-CAC, através de ampliação do autoatendimento na própria Unidade ou através do e-Poupatempo e ACESSA São Paulo, palestras em faculdade e órgãos de classe, confecção de folhetos e vídeos sobre os serviços existentes no Portal e-CAC e contratação de estagiários para apoiar a triagem de atendimentos na Unidade, visando orientar e direcionar o contribuinte para o autoatendimento.

Pontos críticos:

Essa situação indica que os contribuintes estão aderindo ao Portal e-CAC conforme os serviços são ampliados e os meios de acesso facilitados; contudo a quantidade de serviços com atendimento presencial ficou praticamente estável, caindo, apenas, de 6.300.000 para 6.078.000 (redução de 3,92%).

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	84,47	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
80,98%	83,43%	84,05%	79,98%	81,01%	81,61%	84,00%	85,25%	83,21%	84,62%	81,38%	84,26%

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Este indicador tem como principal objetivo permitir uma avaliação da agilidade da RFB no despacho aduaneiro de importação.

A meta deste índice foi praticamente atingida com 99,75%, apesar do aumento da seleção de DI para o canal vermelho, em virtude da operação nacional Maré Vermelha, que tinha por objetivo intensificar o combate à falsificação e à contrafação, realizada em 2012, tendo o seu início em 19/03, se prolongando ao longo de 2012 e, a partir de 2013, sendo absorvida como atividade rotineira e permanente.

Indicador: **Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,23	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Out	nov	dez
0,27	0,31	0,19	0,31	0,46	0,34	0,46	0,53	0,47	0,41	0,52	0,56

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

Esse indicador é fortemente influenciado pela sazonalidade, o que faz com que haja grande oscilação nos resultados ao longo do ano.

Na 8ª Região Fiscal, o despacho de exportação é fortemente influenciado pelos despachos nos dois principais aeroportos, Cumbica e Viracopos, que representam 73% da carga aérea internacional do Brasil e correspondem a 30% da exportação do estado de São Paulo.

Nestes dois aeroportos, há um tipo de despacho caracterizado pela finalização “a posteriori”, com controle por processo administrativo, no qual a mercadoria é efetivamente exportada, de forma antecipada, e o encerramento do despacho no sistema de controle Siscomex é realizado posteriormente, o que compromete qualquer mensuração de tempo neste tipo de operação.

Observações:

Destacamos que a 8ª Região Fiscal já fez proposta de que fosse expurgado dos resultados esse tipo de despacho.

Indicador: **Índice de crédito tributário garantido**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	6,40	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
5,40%	7,20%	7,50%	8,10%

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

O resultado desse indicador foi de 8,10%, atingindo 126,56% da meta estabelecida. Esse resultado demonstra um trabalho mais efetivo por parte das unidades descentralizadas da 8ª Região Fiscal nessa atividade, em conformidade com a relevância atribuída à garantia do crédito tributário dentro da RFB.

Também contribuiu para esse resultado, importante iniciativa regional de integração da RFB com a PFN, com desdobramentos importantes na área de garantia do crédito tributário.

Indicador: **Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
125,00%	155,56%	156,67%	165,85%	157,41%	153,00%	170,13%	168,54%	157,69%	153,85%	144,19%	141,30%

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:
Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).
- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

A 8ª Região Fiscal cumpriu a meta estipulada, superando-a em 41,30%. Esse resultado foi obtido em razão da realização de operações locais pela maioria das unidades descentralizadas, o que contribuiu significativamente para a evolução dos resultados desse indicador estratégico na região. Também foram empreendidas ações regionalmente, que contribuíram para o incremento dos resultados, entre elas o apoio às operações das Unidades do interior de São Paulo, DRF/Bauru, DRF/São José do Rio Preto e DRF/Marília, com capacitação de servidores e realização de uma operação prática de repressão em cada uma delas, bem como a implementação do GOR (Grupo de Operações de Vigilância e Repressão do Litoral Norte) na IRF/SSO (Inspetoria de São Sebastião).

Indicador: **Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
18,82%	28,33%	63,42%	99,21%

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** (0,25 x Indicador de Distorções da Arrecadação IDA) + (0,35 x Indicador do Setor Econômico ISE) + (0,40 x Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Este indicador afere o grau de execução das ações de acompanhamento dos maiores contribuintes, classificados em diferenciados e especiais, em razão de seu porte.

Os três sub-indicadores que compõem o IGAM visam mensurar as análises relativas às quedas de arrecadação e ao acompanhamento por setor econômico das pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado e mensurar os trabalhos realizados em processos com créditos e débitos tributários.

A 8ª Região Fiscal praticamente cumpriu a meta anual do IGAM, registrando o alcance de 99,21% para uma meta anual definida em 100% .

Observações:

Como ponto de melhoria desse indicador, há o desafio de torná-lo mais sensível à mensuração da qualidade das análises de distorções, além das quedas de arrecadação.

Indicador: **Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	105,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
11,63%	58,83%	76,59%	104,98%

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Apesar de restrições orçamentárias de 2012, o resultado deste índice foi substancial, sendo que, de 6.108 servidores ativos, 4.600 foram alcançados por alguma ação de capacitação, totalizando 151.998 horas de capacitação.

O orçamento para ações de capacitação e treinamento somente foi divulgado no último mês do 1º trimestre de 2012, fato que prejudicou o implemento de ações nesse período, com evidente reflexo no índice cumulativo. Todavia, a meta de 105% foi praticamente atingida, pois o resultado ao final do 4º trimestre de 2012 foi de 104,98%.

Indicador: **Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	75,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
72,64%	72,78%	72,59%	72,54%

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** (Quantidade de unidades adequadas / total de unidades avaliadas da RFB) x 100,

onde:

Unidades adequadas são aquelas com pontuação igual ou superior a 60.

- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual e pontos críticos:

Verifica-se pelos resultados trimestrais que as instalações físicas dos edifícios da 8ª Região Fiscal estão classificadas como adequadas (pontuação superior a 60), em 72,54% dos imóveis avaliados.

Dos 119 imóveis avaliados pelo sistema e que se encontram sob a jurisdição de unidades da 8ª Região Fiscal (SRRF08, ARFs, DRFs, Alfândegas, Delegacias Especiais e Inspetorias), já possuímos 58 (49%) imóveis com pontuação superior a 75.

Em 2012 iniciamos planejamento visando o projeto e construção de 16 novos Edifícios Sede para Agências da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal que estão hoje instaladas em prédios locados e não perfeitamente adequados às novas e importantes exigências de ambiência, tecnologia e acessibilidade.

Encontram-se também em fase de estudos e projetos novos Edifícios para as Delegacias DRF/Campinas, DRF/Franca, DRF/Ribeirão Preto e DRF/Bauru.

Encontram-se em obras as Delegacias de Marília, Santos, Araçatuba e a Delegacia Especial de Fiscalização de São Paulo

Esta 8ª Região Fiscal está ainda implementando extenso programa de adequação às normas de acessibilidade e outras obras emergenciais.

Com relação ao Sistema Edifica (fonte de dados do indicador), há um trabalho a ser feito de atualização das informações que apresentam algumas inconsistências, tais como duplicidade de registro de imóveis e ausência de avaliação dos novos imóveis construídos ou alugados.

Indicador: **Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
47,38%	75,27%	96,27%	96,31%

➤ **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).

➤ **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$,

onde:

ILE = valor arrecadado em leilões;

IEB = estoque base;

IPF = processos fiscais antigos.

➤ **Fonte dos Dados:** CTMA.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual e pontos críticos:

No aspecto global a 8ª Região Fiscal atingiu 96,31% da meta proposta para o índice de gestão de mercadorias apreendidas. As metas específicas de redução do estoque base e de redução de processos antigos foi plenamente atingida.

O resultado da arrecadação de leilões de mercadorias apreendidas ficou em 90,78% do estabelecido. O desempenho da arrecadação de leilões foi influenciado pela troca da empresa contratada para guarda de mercadorias do depósito regional de Araraquara, pois as mercadorias lá armazenadas não puderam ser incluídas pelas Delegacias nos leilões realizados ao longo de 2012.

Indicador: **Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	70,80%	85,20%	87,90%	100,50%	76,50%	96,10%	99,10%

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual:

Os resultados refletem o compromisso da Região em manter as despesas limitadas ao TETO contingenciado. A partir de setembro, momento em que ocorre o descontingenciamento, foi possível retomar os patamares de execução rotineiros com grande proximidade ao limite autorizado.

Pontos críticos:

Diversas aquisições necessárias durante o início do exercício permaneceram prorrogadas até o efetivo descontingenciamento e houve oscilação do fluxo orçamentário, ora forçando a redução da despesa em atendimento ao contingenciamento, ora sobrecarregando as atividades devido ao excesso de aquisições visando ao atendimento das demandas reprimidas.

Indicador: **Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	8,20%	60,10%	75,40%	78,90%	56,10%	59,50%	97,10%

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de investimento (obras destacadas, pequenos investimentos, TI e Outros) anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A execução final aproximou-se bastante do TETO disponibilizado devido à grande preocupação da 8ª Região Fiscal em proceder apenas o atendimento de suas demandas mais importantes, descartando outras de menor interesse ou que pudessem ser postergadas.

Pontos críticos:

Em meados do exercício, já com diversos procedimentos licitatórios em fase final, tivemos que redirecionar nossas aquisições para outras demandas, também de grande importância, porque houve nova orientação que transferiu para as Unidades Centrais várias aquisições realizadas centralizadamente.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 3: Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

O preenchimento do Quadro Avaliação do Sistema de Controles da UJ é o resultado da consolidação das informações prestadas por todas as Divisões vinculadas ao Gabinete da RFB/SRRF08.

A exemplo dos exercícios anteriores, o trabalho foi coordenado pelo Grupo de Trabalho instituído para elaboração do Relatório de Gestão da SRRF08, que distribuiu o referido Quadro às chefias de cada Divisão via mensagem eletrônica, solicitando que cada uma das áreas avaliasse internamente as afirmativas com base nas orientações de preenchimento constantes do referido Quadro, e as classificasse de acordo com a percepção da administração (gestores e servidores).

As informações recebidas foram consolidadas pelo Grupo de Trabalho, utilizando a moda estatística, e se encontram reproduzidas no Quadro a seguir.

Considerando a natureza das atividades finalísticas desenvolvidas pela RFB - auditoria fiscal e o perfil exigido do seu quadro técnico, por tradição, o “Ambiente de Controle” é um dos elementos que demanda especial atenção da Alta Administração e da maioria dos servidores da instituição, principalmente no que diz respeito à temas como: formalidade, definição de objetivos, hierarquia, padronização de procedimentos, normatização de atos, segurança da informação e retidão de conduta.

Com relação à “Avaliação de Riscos”, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última ainda é feita com base na experiência, ou seja, não está sistematizada nem uniformizada internamente. Seguindo os princípios e diretrizes estipulados pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, a RFB instituiu sua Política de Gestão de Riscos, com a edição a Portaria nº 2.027, de 17/08/2012. Com esta iniciativa, aliada à estruturação e à capacitação de uma rede de gerenciamento de riscos, espera-se que a cultura e a metodologia de gestão de riscos sejam efetivamente disseminadas e implementadas internamente na Instituição. Este é um dos desafios estabelecidos pela RFB para 2013.

Com a edição da mencionada Portaria nº 2.027, de 17/08/2012, espera-se que a cultura de gestão de riscos seja efetivamente disseminada e implementada internamente na Instituição. Este é um dos desafios estabelecidos pela RFB para 2013.

A RFB vem aprimorando os seus “Procedimentos de Controle”, com ênfase para as ações preventivas, tais como: padronização de procedimentos, manualização de rotinas, controle de acesso a sistemas e informações, capacitação de servidores, divulgação de boas práticas, informatização de documentos e processos, mapeamento de processos, implementação da gestão de riscos, melhoria da comunicação interna, entre outras. Na área de detecção, podemos citar: o trabalho da corregedoria e da área de pesquisa e investigação, a atuação da auditoria interna, as ações de acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno e a atuação da ouvidoria.

Devido à amplitude de sua atuação, à necessidade de interação com diferentes públicos, à capilaridade de suas unidades, ao expressivo número de servidores, a “Informação e Comunicação” têm fundamental importância para o desenvolvimento das atividades da RFB. A Receita Federal implementou algumas ações relevantes nesta área, tais como: a reformulação da Internet e da Intranet e a publicação do caderno Fato Gerador. Apesar dos esforços empreendidos no sentido de aprimorar a comunicação interna e externa e de agilizar a informação, dentre os desafios da RFB para 2013, figuram ações de melhoria da comunicação.

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. (*)	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco (**)	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. (***)				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade				X	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica:

Item 4 – Código de Ética: A RFB ainda não possui um código de ética próprio (razão pela qual foi atribuído ao item a avaliação igual a 1). Entretanto, cumpre destacar que seus servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS em seu Plano de Ação está prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB (complementar à legislação citada acima) e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB.

Em 04/03/2013, a CEPS disponibilizou a minuta do Código de Conduta da Receita Federal do Brasil para consulta interna dos servidores, objetivando ampla discussão do tema no âmbito de todas as unidades da RFB e a apresentação de sugestões, de modo a resultar em um código que traduza a conduta de integridade com a qual os agentes públicos da RFB se identificam e querem ser reconhecidos pela sociedade.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 4: Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira
(Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

4.1 - Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal do Brasil e pela descentralização de recursos às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF’s, às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento - DRJ’s, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA do Ministério da Fazenda e aos Conselhos Administrativos de Recursos Fiscais.

Essas atividades são centralizadas na Unidade Gestora 170010 que possui a responsabilidade de gerir parte do programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). As informações referentes aos programas de trabalho e às suas ações são descritas, detalhadas, comentadas e analisadas no Processo de Prestação de Contas do Órgão Central.

O Programa 0906 - Operações Especiais - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), composto da Ação 0284 - Amortização e Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa, se refere ao pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa junto ao BID.

Importante programa de trabalho da RFB em 2012 foi o Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda, que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”. O Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda é composto por 36 ações, sendo que serão objeto de comentário neste Relatório apenas as ações citadas a seguir, específicas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 08ª Região Fiscal.

- 10AX - Construção do Edifício Sede da DRF Santos - SP;
- 10B0 - Construção do Edifício Sede da DRF Piracicaba - SP;
- 147X - Construção do Edifício Sede da RFB em Franca - SP; e
- 141F - Obra de recuperação do Edifício Sede do MF de São Paulo - SP.

QUADRO 3 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	10AX - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO - SEDE DA DRFem SANTOS - SP					
Descrição	Desenvolver o projeto executivo a construir do Edifício SEDE da DRF Santos, adequando o espaço físico às novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.					
Unidade Responsável	170141 - DRF Santos					
Unidade Orçamentária	25103					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000.000,00	10.333.334,00	7.000.000,00	404.950.04,00		6.595.049,96	404.950,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	29	37	10.333.334,00	404.950,00

Cumprimento das metas físicas:

A obra foi retomada em 2012, chegando a 37% de execução em Dezembro.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Crédito extraordinário aberto em 27 de dezembro, não disponibilizado para uso no exercício de 2012.

Identificação da Ação						
Código		10B0 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA DRF em PIRACICABA - SP				
Descrição		Desenvolver o projeto executivo a construir o Edifício-SEDE da DRF Piracicaba, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal.				
Unidade Responsável		170321 - DRF Piracicaba				
Unidade Orçamentária		25103				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.100.000,00	600.000,00	600.000,00	218.948,92	0,00	381.051,08	218.948,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	7	100	600.000,00	218.949,00

Cumprimento das metas físicas:

Obra concluída e inaugurada em 2012.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Sem problemas em 2012.

Identificação da Ação						
Código		147X - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA RFB em FRANCA - SP				
Descrição		Construção destinada à Sede da RFB em Franca SP				
Unidade Responsável		170323 - DRF/FCA				
Unidade Orçamentária		25103				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.764.000,00	2.097.333,00	324.900,00	4.086,14	0,00	320.813,86	4.086,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	9	2	2.097.333,00	4.086,14

Cumprimento das metas físicas:

O contrato de desenvolvimento do projeto básico foi assinado em novembro de 2011 e encontra-se em andamento normal. Espera-se licitar a execução da obra ao longo de 2013.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Sem problemas em 2012.

Identificação da Ação						
Código	141F - OBRA DE RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO MF DE SÃO PAULO - SP					
Descrição	Obra de recuperação do Edifício Sede do MF de São Paulo SP					
Unidade Responsável	170133 - SRRF08					
Unidade Orçamentária	25103					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.160.000,00	5.493.333,00	14.200,00	0,00	0,00	14.200,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	3	0	5.493.333,00	0,00

Cumprimento das metas físicas:

Obra conduzida pelo Ministério da Fazenda, com participação eventual da Receita Federal.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Problemas técnicos e administrativos para a conclusão do projeto básico.

4.2 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

QUADRO 4 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f)	143.477.204,65	123.913.259,92	104.478.943,06	106.818.188,81
a) Convite	0,00	32.000,21	0,00	32.000,21
b) Tomada de Preços	250.873,95	689.312,79	238.373,95	631.762,81
c) Concorrência	30.597.639,58	28.275.201,04	14.140.183,41	24.496.786,82
d) Pregão	112.628.691,12	94.916.745,88	90.100.385,70	81.657.638,97
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g + h)	50.528.824,89	38.810.039,56	38.416.831,51	32.683.477,22
g) Dispensa	45.726.628,53	34.397.159,78	34.183.618,31	28.723.612,91
h) Inexigibilidade	4.802.196,36	4.412.879,78	4.233.213,20	3.959.864,31
3. Regime de Execução Especial	71.994,67	92.610,21	71.994,67	92.610,21
i) Suprimento de Fundos	71.994,67	92.610,21	71.994,67	92.610,21
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	4.793.351,42	3.506.016,90	4.793.351,42	3.506.016,90
j) Pagamento em Folha	231.980,79	153.601,76	231.980,79	153.601,76
k) Diárias	4.561.370,63	3.352.415,14	4.561.370,63	3.352.415,14
5. Outros	4.809.240,37	8.746.485,59	4.591.329,49	8.522.582,11
6. Total (1+2+3+4+5)	203.680.616,00	175.068.412,18	152.352.450,15	151.622.875,25

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 5 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	231.980,79	153.601,76	231.980,79	153.601,76	0,00	0,00	231.980,79	153.601,76
08 - Outros Benef.Assistenciais	231.980,79	147.671,30	231.980,79	147.671,30	0,00	0,00	231.980,79	147.671,30
92 – Desp. Exerc. Anteriores	0,00	5.930,46	0,00	5.930,46	0,00	0,00	0,00	5.930,46
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	167.015.051,05	155.944.771,30	150.867.191,62	139.139.785,83	16.147.859,43	16.804.985,47	149.981.987,48	138.895.626,28
39 –	92.508.777,83	82.139.750,81	82.501.208,91	72.075.591,57	10.007.568,92	10.064.159,24	82.113.351,18	72.031.412,44

Outros.Serv.Pes.Jurídica									
37 – Locação de Mão de Obra	53.808.096,75	46.502.670,00	49.643.457,54	41.602.426,75	4.164.639,21	4.900.243,25	49.203.871,02	41.463.967,89	
14 - Diárias - Pessoal Civil	4.561.370,63	3.352.415,14	4.561.370,63	3.352.415,14	0,00	0,00	4.561.370,63	3.352.415,14	
Demais elementos do grupo	16.136.805,84	23.949.935,35	14.161.154,54	22.109.352,37	1.975.651,30	1.840.582,98	14.103.394,65	22.047.830,81	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
4 – Investimentos	36.433.584,16	18.970.039,12	2.138.481,88	12.580.889,38	34.295.102,28	6.389.149,74	2.138.481,88	12.573.647,21	
51 – Obras e Instalações	23.464.581,23	11.973.616,69	1.070.377,19	8.606.853,42	22.394.204,04	3.366.763,27	1.070.377,19	8.599.611,25	
52 – Equipam. Mat.Permanente	12.942.589,57	5.981.741,45	1.041.691,33	2.959.354,98	11.900.898,24	3.022.386,47	1.041.691,33	2.959.354,98	
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	26.413,36	0,00	26.413,36	0,00	0,00	0,00	26.413,36	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	1.014.680,98	0,00	1.014.680,98	0,00	0,00	0,00	1.014.680,98	
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Com relação ao Quadro 4, observamos incremento de 15,8% nos Valores Liquidados das Despesas por Modalidade de Licitação de 2011 a 2012, decorrente principalmente do aumento de despesas na Modalidade Pregão com incremento de 18,65% e, em contrapartida o acentuado decréscimo na Modalidade Tomada de Preços de 63,6%.

Na Modalidade Concorrência verifica-se pequeno acréscimo nas Despesas Liquidadas de 8,1% refletindo a contratação em 2012 da obra da DRF/ATA R\$ 7 milhões, e da DEFIS R\$ 6,5 milhões, prorrogação do contrato de locação do Ed. Sede da DERAT/SP R\$ 8,4 milhões, contratação de Laboratório de Análise de Amostras para identificação de Mercadorias da ALF/STS R\$ 6,2 milhões e reforços nos empenhos das obras DRF/MRA R\$ 1,8 milhões e DRF/PCA 0,6 milhões.

O maior incremento observado decorre da Modalidade de Pregão escolhida de forma sempre prioritária para aquisição de bens e serviços comuns, com acréscimo nas Despesas Liquidadas de 18,6%.

As Contratações Diretas obtiveram incremento de 30,1% nas Despesas Liquidadas. Salientamos que, nas Dispensas, a grande maioria dos processos tem como objeto a contratação de Concessionárias de Energia Elétrica, ECT, Locação de Imóveis destinados a abrigar Delegacias, Agências, CACs, Depósitos de Mercadoria Apreendida e Treinamentos Midas, Cenofisco e FGV conferindo acréscimo de 32,8%. Já as Inexigibilidades com acréscimo de 9%, refletem, nas Despesas Liquidadas, a contratação de serviços de expedição de correspondências, Água/Esgoto, publicação de editais em veículos de comunicação e Treinamentos efetuados.

Os valores Liquidados a título de Diárias sofreram um acréscimo de 36,3% devidos principalmente ao grande incremento em treinamento de servidores promovido pela 8ª Região Fiscal.

Com relação ao Quadro 5, observa-se acréscimo de apenas 7% nas Despesas Empenhadas em Outras Despesas Correntes ao comparar 2011 a 2012, o que retrata a manutenção dos serviços essenciais, de forma geral, nos mesmos patamares do exercício anterior acrescidos dos reajustes e repactuações dos contratos, sendo que 87,6% dessas Despesas foram relativas a Contratação de Serviços Pessoa Jurídica e Locação de Mão de Obra. Em 2012 foram Liquidadas 90,4% das Despesas Empenhadas, semelhante a 2011 quando foram Liquidadas 89%.

Lembramos que estão inseridas no Grupo 3 as Despesas com a Manutenção das Unidades como:

- manutenção e conservação de bens imóveis;
- despesas com armazenagem e controle de mercadorias apreendidas;
- aquisição de material de consumo;
- despesas com deslocamento a serviço;
- treinamento para servidores no âmbito da RF08;
- contratos de locação de imóveis;
- contratos de terceirização dos serviços de limpeza, vigilância e apoio administrativo;
- despesas operacionais: água, luz, telefone, manutenção, abastecimento e seguro da frota de veículos etc.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 5: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 6 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	231.367,62	7.077,72	201.774,36	22.515,54
2010	3.041.184,60	76.342,91	2.964.841,69	0,00
2009	3.021.355,85	1.276,29	3.020.079,56	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	23.258.224,25	1.878.370,55	19.084.606,32	2.295.247,38
2010	16.603.177,58	918.616,24	15.620.472,30	64.089,04
2009	22.791.043,30	1.653.853,55	18.151.670,56	2.985.519,19

Fonte: SIAFI Operacional

Análise Crítica

SRRF08 – SÃO PAULO – 170133

Restos a pagar processados:

Os valores de R\$ 7.032,22 (empenhos 2011NE800058 e 59) referem-se a valores de resíduo devido a empresa contratada que ficou retido para custear possíveis ações trabalhistas, uma vez que a empresa desapareceu e não cumpriu o contrato.

O valor de R\$ 9.937,22 (empenho 2011NE800429) refere-se ao último pagamento devido a empresa contratada e que ficou retido para custear possíveis ações trabalhistas, uma vez que a empresa desapareceu e não cumpriu o contrato.

Restos a pagar não processados

Os valores R\$ 7.677,27 (empenho 2011NE80058 e 59) referem-se a parte questionada de recebimento dentro do valor contratual dos contratos SRRF08 n°s 06 e 08/2009. A empresa desapareceu, os funcionários continuaram a trabalhar por um período, mas houve um período em que os funcionários não vieram trabalhar e o Juiz poderia entender que o pagamento desse período seria devido. Por prudência decidimos aguardar decisão do Ministério do Trabalho.

O valor de R\$ 13.120,00 refere-se a compra de mobiliário (gaveteiro). A pedido da SRRF08, em face da indefinição da nova Delegacia de Pessoa Física, prorrogamos o prazo de entrega dos mobiliários até se ter informação mais precisa. Houve a doação de dois andares para a DEFIS (Pessoa Física), momento em que foi solicitado a entrega do mobiliário e este foi entregue em 19/12/2012, porém não houve financeiro para efetivação do respectivo pagamento.

DRF/ARACATUBA – 170134

Restos a Pagar Processados

O valor de R\$ 313,50, inscrito em 2010, é relativo à fatura da empresa Vivo S/A, CNPJ: 02.449.992/0056-38, com valor equivocado. O erro foi constatado pela própria empresa e emitida

nova fatura, a qual já se encontra paga. O valor, por um lapso, não foi excluído. No momento, o valor está em processo de cancelamento.

Restos a Pagar Não Processados

O valor de R\$ 19.802,88, inscrito em 2010, relativo à empresa Telecomunicações de São Paulo S/A, CNPJ 02.558.157/0001-62, foi reinscrito no ano de 2011 e completamente quitado no ano de 2012, não restando mais pendências referentes ao ano de 2010, no que tange a restos a pagar não processados.

Quanto ao saldo de R\$ 286,60, inscrito em 2011, corresponde a despesas com a empresa Telecomunicações de São Paulo S/A, CNPJ 02.558.157/0001-62, que sempre faturou em CNPJ divergente do vencedor da licitação. O impasse provocou o atraso do pagamento das despesas, que foram totalmente quitadas no ano de 2012. Por cautela, devido a um questionamento por parte da empresa no que tange a valores, a Unidade julgou conveniente manter um saldo.

Quanto ao saldo de R\$ 10.799,95, inscrito em 2011, corresponde à despesa com a empresa Fabio Augusto Camargo Abrantes, responsável pelo Projeto Básico do Centro de Convivência no edifício-sede da DRF/Araçatuba, que até o presente momento não obteve recebimento definitivo por parte desta Delegacia.

DRF/CAMPINAS – 170136

Os pagamentos dos Restos a Pagar foram realizados entre os meses de janeiro a dezembro de 2012 (RP processados, em janeiro e julho, e RP não processados, de janeiro a agosto e em dezembro de 2012).

O valor total pago no exercício 2012 quanto aos Restos a Pagar foi R\$ 546.782,60.

Os RPs remanescentes em 31 de dezembro de 2012 se referiram aos empenhos de 2011, prorrogados pelos Decretos 7.654, de 23 de dezembro de 2011 e 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Os eventos que prejudicaram a gestão de RP em 2012 foi a impossibilidade de liquidar e pagar notas fiscais/faturas devido a pendências na documentação das empresas correspondentes; não emissão/envio por parte das empresas de notas fiscais/faturas para pagamento ou envio com erro.

DRF/RIBEIRÃO PRETO – 170138

Restos a Pagar não Processados

O saldo a pagar em 31/12/2012 valor de R\$ 187.990,41, empenhado em 2011 encontra-se aguardando a entrega do Projeto Básico e seu recebimento definitivo para liquidação e pagamento.

DRF/GUARULHOS – 170144

Restos a Pagar não Processados

O valor de R\$ 12.439,58 refere-se a serviço prestado em outubro/2011 e até a presente data não houve faturamento por parte da empresa, apesar de termos feitos inúmeras solicitações a mesma.

DRF/OSASCO – 170146

Restos a Pagar não Processados

O valor de R\$ 26.662,97 - referem-se a serviços prestados pelas Contratadas no mês de dezembro de 2011, mas que não puderam ser pagos, pois, tratando-se de empresas prestadoras de serviços com locação de mão de obra e há a liberação do pagamento somente depois de comprovados os

pagamentos dos salários e demais benefícios, além da comprovação da retenção dos tributos devidos e da manutenção das condições de contratação.

O saldo de R\$ 4.013,39 – no ano de 2010, refere-se a parte das despesas não liquidadas com a empresa responsável pela reforma da ARF/Cotia, M THOMAZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 06.226.944/0001-68, Contrato DRF/OSA nº 09/2010. A empresa não havia cumprido integralmente os termos contratados. Tendo regularizado a situação, o pagamento foi realizado em 2012.

ALF/AEROPORTO GUARULHOS – 170150

Restos a Pagar não Processados

O cancelamento de Restos a Pagar Processado de 2011, no valor de R\$ 396,00, refere-se a Processo de Reembolso de servidor, considerado indevido em janeiro de 2011.

O cancelamento de Restos a pagar não processado de 2012, no valor de R\$ 19.566,16 foi efetuado em virtude do valor realizado ter sido inferior ao valor estimado.

O Saldo de Restos a Pagar Não Processado de 2011, no valor de R\$ 7.800,00, refere-se à contratação de serviço que foi finalizado apenas no final de 2012. No presente momento, o prestador já executou o serviço e está na pendência de entregar o recibo de pagamento.

DRF/JOSÉ DOS CAMPOS – 170262

Restos a Pagar não Processados

A unidade paga as faturas referentes aos serviços prestados no mês de dezembro somente em janeiro do ano subsequente. Dessa forma, todo ano temos a inscrição de restos a pagar não processados, em função de faturas não vencidas até 31 de dezembro. Por vezes, os empenhos para pagamento de despesas de custeio são estimativos, em função da impossibilidade de prever o valor exato como no caso das faturas de água, energia elétrica, correios e outros. Nesses casos, existem sempre duas possibilidades, ter que cancelar parte do empenho não utilizado, ou solicitar de recursos referentes a exercícios anteriores para complementar o valor empenhado a menor. Além disso, é comum recebermos recursos para aquisição de material permanente em dezembro. Normalmente, esses valores são empenhados num exercício, mas o bem só é recebido no exercício seguinte, havendo a necessidade de inscrição dos valores respectivos em restos a pagar.

No ano de 2012, houve uma modificação na sistemática de inscrição de restos a pagar, ficando a UG responsável por sua inscrição. Entretanto, nada foi dito a respeito de valores que já estivessem inscritos do exercício anterior. Esta UG entendeu que esses valores seriam automaticamente cancelados, porém isso não ocorreu. Dessa forma, o valor de R\$ 2.894,49 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) permaneceu na conta de restos a pagar não processados. Tão logo esta unidade percebeu que o valor não tinha sido cancelado automaticamente, providenciou seu cancelamento, o que ocorreu somente em janeiro de 2013. Esse valor referia-se a faturas de telefonia não pagas em função de divergência de valores e que até o momento não foram solucionadas

DRF/MARÍLIA – 170287

Restos a Pagar Processados

Saldo remanescente do empenho 2011NE800021 (valor R\$ 811,76) que não foi utilizado durante o decorrer do exercício. O empenho será anulado no presente exercício.

Restos a Pagar não Processados

Valor referente ao não pagamento à empresa Teto Construções Comércio Empreendimentos Ltda, responsável pela obra de reforma do edifício sede da DRF Marília, tendo em vista o descumprimento do contrato por parte da empresa. Existe processo de penalidade.

O saldo de R\$ 143,77 existente em 31/12/2012 é referente a pagamento menor efetuado à empresa GMIESKI & OUTROS LTDA ME CNPJ 09.566.376/0001-32 (2010NE900826) na 3ª medição da Construção do Muro do Depósito de Mercadorias Apreendidas, quando foi apresentada a Nota Fiscal nº 12 no valor total de R\$ 23.961,60, contabilizado o pagamento de R\$ 23.817,83.

DERAT/SÃO PAULO – 170312

Restos a Pagar não Processados

Do montante inscrito em RP não processados em 2011, 98% correspondem a despesas contratuais de execução continuada, com periodicidade de desembolso mensal. Destes, 77% corresponderam às parcelas de dezembro/2011, cuja liquidação somente poderia ser realizada no mês subsequente, isto é, já no exercício de 2012, decorrendo, portanto, a necessidade de sua inscrição em restos a pagar não processados. Dentre as despesas de caráter continuado, incluiu-se também o montante de R\$ 628.900,00 (21% do total inscrito) depositados judicialmente em 2012, correspondentes a despesas empenhadas e não pagas com mão-de-obra terceirizada, realizadas no exercício de 2011. Os restantes 2% do total inscrito referiram-se a aquisição de materiais diversos, cujos empenhos emitidos em 2011 ainda estavam pendentes de adimplemento pelos respectivos fornecedores no final do exercício.

DRF/JUNDIAÍ – 170318

Restos a Pagar Processados

Valor de R\$ 832,30 pendente de ordem judicial, pois a empresa não pagou todas as verbas rescisórias de seus funcionários.

Restos a Pagar não Processados

Os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados referem-se a despesas referentes ao mês de Dezembro, cujos valores não podem ser previamente determinados, tais como, energia elétrica, água encanada, correspondências, reprografia, combustível e despesas que embora tenham seu montante previamente conhecido possuem seus pagamentos parcelados (Contratos).

Esta unidade realiza seus pagamentos em consonância com os artigos 62 e 63 da Lei 4320/64, somente após a efetiva prestação dos serviços. Dessa forma, todas as citadas despesas são inscritas em Restos a Pagar Não processados aguardando sua efetiva liquidação.

No saldo de R\$92.939,63, encontra-se o valor de R\$62.807,38 (sessenta e dois mil, oitocentos e sete reais e trinta e oito centavos), apurado em Restos a Pagar não processados cancelados e a Pagar em 31/12/2012 referente a duas repactuações de contratos de serviços de vigilância e de recepção, cujos valores não puderam ser pagos, devido às empresas deixarem de atender as obrigações contidas na Instrução Normativa nº 02/2008 do Ministério do Planejamento.

Os valores de R\$9.761,30 pendente de ordem judicial, pois a empresa não pagou todas as verbas rescisórias de seus funcionários.

DRF/ BARUERI – 170551

Restos a Pagar não Processados

Via de regra, na DRF/Barueri ficam inscritos em restos a pagar somente os valores referentes às notas fiscais/faturas relativas aos serviços prestados durante o mês de dezembro e bens adquiridos, cujos prazos de entrega alcançam o mês de janeiro. Portanto, no mês de janeiro do ano seguinte geralmente são totalmente liquidados e pagos.

Não ocorrem impactos na gestão financeira desta UG advindos do pagamento de RP de exercícios anteriores. Consideramos como fator positivo receber os créditos orçamentários para pagamentos de despesas relativas ao mês de dezembro e sua inscrição em restos a pagar, pois o pagamento destas despesas com créditos do exercício corrente (339092) compromete os gastos do orçamento corrente. A única situação em que a DRF/Barueri permaneceu com RP não processados por mais de um exercício financeiro foi referente à liquidação de faturas de uma empresa de prestação de serviços terceirizados que teve seu contrato rescindido, e entregou notas fiscais desacompanhadas da documentação obrigatória, não comprovando a quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. O montante de R\$ **10.756,95** foi inscrito em RP no ano de 2011, e o processo remetido à Advocacia Geral da União para que tomasse providências para realização de depósito judicial, o que não ocorreu durante o exercício seguinte. Entretanto, neste caso houve prorrogação de sua vigência por decreto.

O fator negativo que em algumas ocasiões leva ao cancelamento de restos a pagar ocorre nos casos em que o valor mensal do serviço não é fixo, estimando-se um valor para a despesa. Nestas situações, algumas vezes o valor inscrito é inferior ao valor efetivo da fatura, que só é conhecida no mês de janeiro do exercício seguinte, tornando-se insuficiente para a liquidação total da despesa.

5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO 7 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 170133	SRRF08	-	335,00	5.365,25	5.700,25
UG 170134	DRF Araçatuba	-	-	2.104,64	2.104,64
UG 170135	DRF Bauru	-	200,00	3.769,58	3.969,58
UG 170136	DRF Campinas	-	-	375,99	375,99
UG 170137	DRF Presidente Prudente	-	-	5.438,93	5.438,93
UG 170138	DRF Ribeirao Preto	-	-	3.985,28	3.985,28
UG 170139	DRF São José do Rio Preto	-	70,00	2.059,65	2.129,65
UG 170141	DRF Santos	-	-	-	-
UG 170142	DRF Sorocaba	-	-	1.520,61	1.520,61
UG 170143	DRF Taubaté	-	-	4.456,08	4.456,08
UG 170144	DRF Guarulhos	-	-	3.025,79	3.025,79
UG 170145	DRF Limeira	-	-	-	-
UG 170146	DRF Osasco	-	-	158,00	158,00
UG 170147	DRF Santo André	-	-	1.272,60	1.272,60
UG 170148	ALF Viracopos	-	-	-	-
UG 170150	ALF Guarulhos	-	190,30	2.923,15	3.113,45
UG 170168	ALF Santos	-	-	-	-
UG 170259	IRF SP	-	-	198,46	198,46
UG 170261	DRF São Bernardo do Campo	-	-	3.139,07	3.139,07
UG 170262	DRF São José dos Campos	-	-	5.064,50	5.064,50
UG 170287	DRF Marília	-	-	1270,20	1270,20
UG 170312	DERAT	-	-	1.460,00	1.460,00
UG 170313	DEINF	-	-	2.011,21	2.011,21
UG 170318	DRF Jundiaí	-	-	-	-
UG 170320	DEMAC	-	-	4.873,47	4.873,47
UG 170321	DRF Piracicaba	-	-	-	-
UG 170322	DRF Araraquara	-	-	183,17	183,17
UG 170323	DRF Franca	-	-	4.015,20	4.015,20
UG 170385	DEFIS	-	-	4.557,44	4.557,44
UG 170533	ALF SP	-	-	2.339,14	2.339,14
UG 170551	DRF Barueri	-	-	6.383,64	6.383,64
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	795,30	71.951,05	72.746,35

Fonte: SIAFI

QUADRO 8 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG :	170133	Limite de Utilização da UG	192.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Benjamin Menezes Gadagnotto	068.773.768-03	192.000,00	335,00	5.365,25	5.700,25
Total Utilizado pela UG			335,00	5.365,25	5.700,25
Código da UG :	170134	Limite de Utilização da UG:	24.000,00		
João Carlos Farias	179.289.231-49	8.000,00	-	696,92	696,92
Ireu Bonfim	475.406.808-49	8.000,00	-	616,24	616,24
Cláudio Violato	705.441.158-72	8.000,00	-	791,48	791,48
Total Utilizado pela UG			-	2.104,64	2.104,64
Código da UG :	170135	Limite de Utilização da UG:	15.000,00		
Claudinei Cincotto Soares	078.943.808-90	15.000,00	200,00	3.769,58	3.969,58
Total Utilizado pela UG			200,00	3.769,58	3.969,58

Código da UG :	170136	Limite de Utilização da UG:		27.500,00	
Marcelo Zanelli Grotti	117.284.238-80	15.500,00	-	105,99	105,99
Bruno Christensen	338.723.868-16	4.000,00	-	270,00	270,00
Total Utilizado pela UG			-	375,99	375,99
Código da UG :	170137	Limite de Utilização da UG:		31.000,00	
Isabel Dias Gazon	023.178.398-12	31.000,00	-	5.438,93	5.438,93
Total Utilizado pela UG			-	5.438,93	5.438,93
Código da UG :	170138	Limite de Utilização da UG:		100.000,00	
Jose Luiz Alves	862.598.828-68	100.000,00	-	3.985,28	3.985,28
Total Utilizado pela UG			-	3.985,28	3.985,28
Código da UG :	170139	Limite de Utilização da UG:		8.000,00	
Luiz Antonio P. Anchieta	974.680.458-57	8.000,00	70,00	2.059,65	2.129,65
Total Utilizado pela UG			70,00	2.059,65	2.129,65
Código da UG :	170142	Limite de Utilização da UG:		8.000,00	
Clayton Manoel Pascoal	276.860.388-07	2.000,00	-	732,60	732,60
Tercio Valim Ormonde	202.600.768-30	2.000,00	-	788,01	788,01
Total Utilizado pela UG			-	1.520,61	1.520,61
Código da UG :	170143	Limite de Utilização da UG:		15.000,00	
Jorge André S. Fischer	011.101.847-19	6.366,72	-	2.583,48	2.583,48
Solange Lima	038.878.768-65	4.000,00	-	1.872,60	1.872,60
Total Utilizado pela UG			-	4.456,08	4.456,08
Código da UG :	170144	Limite de Utilização da UG:		20.000,00	
Rondinele Souza Santos	282.437.328-88	10.000,00	-	3.025,79	3.025,79
Total Utilizado pela UG			-	3.025,79	3.025,79
Código da UG :	170146	Limite de Utilização da UG:		2.000,00	
Roberto Tadashi Watanabe	145.165.458-88	2.000,00	-	158,00	158,00
Total Utilizado pela UG			-	158,00	158,00
Código da UG :	170147	Limite de Utilização da UG:		16.000,00	
Alexandre Bertoni Freire	081.331.048-23	8.000,00	-	914,60	914,60
Veronica Motomura Paes	156.452.468-02	8.000,00	-	358,00	358,00
Total Utilizado pela UG			-	1.272,60	1.272,60
Código da UG :	170150	Limite de Utilização da UG:		10.500,00	
Paulo Moreira de Araújo	134.948.448-28	10.500,00	190,30	2.923,15	3.113,45
Total Utilizado pela UG			190,30	2.923,15	3.113,45
Código da UG :	170259	Limite de Utilização da UG:		28.000,00	
Sebastião Augusto Lira	756.593.528-04	13.500,00	-	109,00	109,00
Alexandre Soares Costa	220.913.048-40	13.500,00	-	89,46	89,46
Total Utilizado pela UG			-	198,46	198,46
Código da UG :	170261	Limite de Utilização da UG:		12.000,00	
Flavio Alves Ferreira	071.612.776-80	12.000,00	-	3.139,07	3.139,07
Total Utilizado pela UG			-	3.139,07	3.139,07
Código da UG :	170262	Limite de Utilização da UG:		100.000,00	
Vera Lucia Domingos	019.394.138-42	20.000,00	-	1.136,74	1.136,74
Airton Aparecido Pires	663.816.148-20	20.000,00	-	3.927,76	3.927,76
Total Utilizado pela UG			-	5.064,50	5.064,50
Código da UG :	170287	Limite de Utilização da UG:		46.200,00	
Anaildes dos Santos Santana	003.933.748-07	46.200,00	-	1270,20	1270,20
Total Utilizado pela UG			-	1270,20	1270,20
Código da UG :	170312	Limite de Utilização da UG:		100.000,00	
Adriana Shiramizu	273.669.988-26	6000,00	-	1460,00	1460,00

Total Utilizado pela UG			-	1460,00	1460,00
Código da UG :	170313	Limite de Utilização da UG:		30.000,00	
Celso Mitsumori Uhima	101.125.838-22	8.000,00	-	2.011,21	2.011,21
Total Utilizado pela UG			-	2.011,21	2.011,21
Código da UG :	170320	Limite de Utilização da UG:		30.000,00	
Claudia Nogueira	056.960.408-70	30.000,00	-	4.873,47	4.873,47
Total Utilizado pela UG			-	4.873,47	4.873,47
Código da UG :	170322	Limite de Utilização da UG:		8.000,00	
Marco da Silva Fogaccia	091.626.228-62	6.000,00	-	183,17	183,17
Total Utilizado pela UG			-	183,17	183,17
Código da UG :	170323	Limite de Utilização da UG:		14.000,00	
João Mauricio Santos Lopes	026.894.747-35	14.000,00	-	4.015,20	4.015,20
Total Utilizado pela UG			-	4.015,20	4.015,20
Código da UG :	170385	Limite de Utilização da UG:		96.000,00	
Manoel David Affonso Jankops	662.933.758-15	48.000,00	-	4.557,44	4.557,44
Total Utilizado pela UG			-	4.557,44	4.557,44
Código da UG :	170533	Limite de Utilização da UG:		3.500,00	
Antonio Carlos Soares	047.637.648-37	3.500,00	-	2.339,14	2.339,14
Total Utilizado pela UG			-	2.339,14	2.339,14
Código da UG :	170551	Limite de Utilização da UG:		55.000,00	
Luiz Carlos Alves	943.279.398-20	55.000,00	-	6.383,64	6.383,64
Total Utilizado pela UG			-	6.383,64	6.383,64
Total Utilizado pela UJ			795,30	71.951,05	72.746,35

Fonte: SIAFI

QUADRO 9 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	10	795,30	299	71.951,05	72.746,35
2011	-	-	20	7.946,24	373	84.675,97	92.622,21
2010	-	-	37	4.318,50	353	82.423,16	86.741,66

Fonte: SIAFI

Verificamos as seguintes diferenças em relação ao Relatório do ano passado:

- R\$ 17,91 a menos nas faturas de 2011:
 - R\$ 20,00 a menos na UG 170385 – DEFIS proveniente de inclusão equivocada do saque na soma de faturas;
 - R\$ 2,09 a mais na UG 170287 – DRF Marília proveniente de erro de arredondamento;
- R\$ 361,06 a mais nas faturas de 2010:
 - R\$ 238,91 a menos na UG 170133 – SRRF08 proveniente de fatura informada em duplicidade;
 - R\$ 599,40 a mais na UG 170385 – DEFIS proveniente de falta de inclusão de uma fatura no valor de R\$ 599,00 e R\$ 0,40 de erro de soma na conciliação;
 - R\$ 0,57 a mais na UG 170287 – DRF Marília proveniente de erro de arredondamento;

- R\$ 547,70 a menos nos saques de 2010, proveniente de não dedução de devolução por GRU para a UG 170133 – SRRF08.

QUADRO 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	117	72.746,35	140	92.622,21	132	86.741,66

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As despesas com Cartão Corporativo na UJ, somente são realizadas quando, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e para as quais outras formas de aquisição se apresentem antieconômicas. Observando-se os princípios que regem a Administração Pública - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o princípio da isonomia e da aquisição mais vantajosa para a Administração Pública.

Outrossim, tais aquisições via CPGF são aprovadas exclusivamente para atender despesas de caráter excepcional e de pequeno vulto, cujo valor, em cada caso, não ultrapasse o limite estabelecido na Portaria MF nº 95/2002. Os saques são efetuados quando as despesas são inevitáveis e não há empresas que aceitem o cartão corporativo. Em casos especiais, tem determinadas Unidades Gestoras que utilizam saques para despesas com pedágios, os quais exigem o pronto pagamento em espécie, em viagens autorizadas, com os veículos oficiais da UJ.

Aspecto positivo: transparência nas aquisições, agilidade nas compras, possibilidade de uso para compras a distância, a cobrança pela instituição financeira é mais rápida e através de pagamento de fatura.

Aspecto negativo: Baixo limite do valor da despesa – R\$ 800,00, se pensarmos no custo operacional (sistema/servidores/formalização de processo) de uma dispensa/cotação eletrônica.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) foi executado dentro do modelo de trabalho do Relatório de Prestação de Contas Receita Federal do Brasil – RFB adotado desde 2010. Dessa forma foram realizadas extrações dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep da RFB, que foram subsidiados e homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio das Regiões Fiscais e a utilização de sistema interno de controle de atividades administrativas, cujos dados não são contemplados pelo Siape de forma gerencial.

As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal.

Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação aos novos quadros do SISAC, que tratam de um processo de trabalho ainda recente na estrutura de atividades de Gestão de Pessoas da RFB.

O quadro da folha de pagamento foi ajustado totalmente à nova instrução de execução da Prestação de Contas 2012/2013, com uso do DW Siape associado ao tratamento da conversão dos resultados de Unidade Pagadora – UPAG para Região Fiscal – RF, inclusive para a extração dos valores relativos aos dois anos anteriores. Tal implantação tem por objetivo reduzir os impactos da extração nos processos futuros e facilitar a conversão de conhecimento necessária para extração da informação.

As remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada” conforme solicitado na Prestação de Contas. Porém, acreditamos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional nos parece sem sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Considerando-se as Regiões Fiscais, a informação também não nos parece coerente, pois há remoções dentro da própria região e não se quantifica quantos servidores estão entrando, apenas os que saem. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, todavia poderiam estar em quadro separado.

Foram superadas barreiras de extração de dados sobre a classificação de escolaridade dos servidores das Delegacias da Receita Federal de Julgamento – DRJ e também em relação aos servidores ocupantes de funções comissionadas. Também foi aperfeiçoada a extração do nível de escolaridade dos cargos vinculados às carreiras administrativas do Ministério da Fazenda – MF.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. O problema é agravado após a saída do servidor para o novo órgão pela perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede, por exemplo, identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

QUADRO 11 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	11.394	5.448		304
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3		
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112**		5		
1.2.6 Outros ***		36		
2. Servidores em Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	11.394	5.492	-	304

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

- Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Detalhamento da linha 1.2.1		
Carreira	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva
Carreira ARFB	11.394	4.547
Carreira PECFAZ	0	901

- Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
- Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
- Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
- Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
- A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2013 em relação ao dia 31/12/2012. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

QUADRO 12 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	36
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	ND
1.2. Exercício de Função de Confiança	ND

1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)*	36
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)**	192
3.1. De ofício, no interesse da Administração	78
3.2. A pedido, a critério da Administração	77
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	3
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	30
3.6. Por Decisão Judicial	3
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	6
4.1. Doença em pessoa da família	5
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	2
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	136
6.1 Licença Prêmio por assiduidade	23
6.2 Licença Gestante	23
6.3 Licença para tratamento de saúde	85
6.4 Reclusão	5
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	377

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:
 DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
 OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.
3. Para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 6 de fevereiro de 2013 e vigentes em 31 de dezembro de 2012. Eventos iniciados em 2012, mas encerrados até 30 de dezembro de 2012 foram desconsiderados do número. Ocorrências lançadas após o dia 6 de fevereiro de 2013, retroativas ao ano de 2012, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas Ordinárias Anual.
4. As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente
5. Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2012. Os números são computados de acordo com a origem do servidor removido, independentemente do destino.
6. Incluído item 3.6 para Remoções via decisão judicial.

7. De acordo com instrução da Prestação de Contas Ordinárias Anual, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.4), por serem considerados relevantes quanto ao número de ocorrências ou quanto ao tempo de duração do afastamento.
8. ND = informação não disponível

QUADRO 13 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	301	298	74	71
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2		
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	723	684	223	230
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	1024	984	297	301

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro A.6.1
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

QUADRO 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	193	806	1.428	1.628	411
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4 Outros*		9	6	24	3
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	50	122	106	19
2.3. Funções gratificadas	22	148	257	213	44

3. Totais (1+2)	218	1.013	1.813	1.971	477
------------------------	-----	-------	-------	-------	-----

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro A.6.1 - Força de Trabalho

QUADRO 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				11	705	3750	442	112	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Outros*						36			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					4	294	80	19	4
2.3. Funções gratificadas					85	599	97	22	4
3. Totais (1+2)				11	794	4679	619	153	32

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2. Para as tipologias Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

QUADRO 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	813.499.725,04	81.672,69	66.103.491,96	22.946.728,12	21.749.497,76	27.242.821,74	385.417,52	103.610,82	5.111.590,78	957.224.556,43
	2011	854.362.501,33	54.175,48	70.394.761,13	24.283.559,44	23.361.166,56	27.939.831,62	319.141,05		6.482.248,63	1.007.197.385,24
	2010	839.073.960,59	34.017,64	71.859.251,89	24.049.718,86	23.209.075,90	24.908.426,58	302.576,22	67.172,11	7.077.403,61	990.581.603,40
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	9.152.805,32	10.245,38	727.197,18	249.720,09	157.490,33	319.285,67	269,47		75.710,07	10.692.723,51
	2011	9.757.321,21	7.578,04	799.558,57	298.922,37	175.492,34	313.320,03	70,17		94.133,38	11.446.396,11
	2010	10.263.006,83	5.788,76	713.854,44	297.126,87	188.182,01	307.372,73			94.625,27	11.869.956,91
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	70.715.132,01	6.160.947,50	6.408.845,10	2.242.632,62	1.321.375,36	2.097.327,59	47.513,46	13.549,25	372.697,38	89.380.020,27
	2011	70.477.160,47	6.068.225,09	6.318.245,60	2.204.939,44	1.320.425,14	2.347.056,80	37.561,89	0,00	492.458,81	89.266.073,24
	2010	69.391.158,17	6.190.489,31	6.457.194,45	2.277.694,97	1.174.214,21	2.089.537,58	29.235,65	7.536,01	482.018,03	88.099.078,38
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	118.758.115,48	3.302.823,18	10.116.401,78	3.470.566,17	2.849.796,95	3.332.579,23	125.078,22	18.155,60	536.550,06	142.510.066,67
	2011	119.645.389,77	3.291.734,95	10.352.225,41	3.602.177,30	2.905.218,50	3.351.778,23	108.589,70	0,00	747.656,95	144.004.770,81
	2010	118.466.411,33	3.330.031,80	10.600.651,76	3.564.816,61	2.882.521,59	3.211.978,04	78.775,19	16.030,56	901.946,84	143.053.163,72

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados referentes a 2010 e 2011 foram extraídos no modelo da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2012/2013. Com a reclassificação de rubricas de acordo com as definições da Decisão Normativa TCU 119/2012, não é possível comparar os resultados dos anos de 2010 e 2011 com as Tomadas de Contas anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 1. As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 2. Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 3. As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 4. A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
 5. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome "afastamento". Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
 6. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2012

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	TOTAL
8ª RF	622.696,16	4.576.322,30	7.374,05	19.800,00	231.980,79	5.458.173,30

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.
2. Em relação à Prestação de Contas Ordinárias Anual anterior, foi incorporada a rubrica para auxílio funeral.

Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais, não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Segundo dados da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Corregedoria-Geral da RFB, não existem atualmente casos de acumulação indevida.

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo;

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2012
8ª RF	2,01%	2,11%	2,65%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, **extraído em 28/01/2013**

O aumento do indicador de absenteísmo pode ser resultado do impacto da redução do quadro da RFB (diminuição do denominador na fórmula), bem como do aumento do perfil etário dos servidores (maior probabilidade de licenças médicas).

As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente, o que pode agravar o resultado do indicador.

Para sanar o problema de tempestividade do lançamento das ocorrências SIASS, foi encaminhada mensagem eletrônica ao Ministério do Planejamento comunicando o fato e solicitando ações corretivas e instruções de como proceder na coordenação entre o trabalho das unidades da RFB e as unidades SIASS.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

Indicador apurado no Relatório Nacional.

- Rotatividade (*turnover*);

Indicador apurado no Relatório Nacional.

- Educação Continuada;

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2012 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2012 a 8ª RF capacitou 75,31% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2012. Dessa forma, em 2012 a 8ª RF alocou em média 33,04 horas de capacitação em cada um dos 75,31% dos seus servidores capacitados em 2012.

UNIDADE	AMPLITUDE	APROFUNDAMENTO
8ª RF	75,31%	33,04H

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

- Disciplina;

Indicador apurado no Relatório Nacional.

- Aposentadoria versus reposição do quadro.

Grau de Reposição de Aposentadorias em 2012.

Fórmula: $(\sum \text{entradas} - \sum \text{vacâncias} - \sum \text{exonerações}) / \sum \text{aposentadorias}$

As entradas consideraram provimento originário e derivado.

UNIDADE	GRAU 2011	GRAU 2012
RF08	-31,28%	-25,22%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Resultado:

Negativo significa que os ingressos não foram suficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Zero significa que as aposentadorias foram supridas com as novas entradas, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Positivo significa incremento do quadro em relação às aposentadorias, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários

6.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal,													
UG/Gestão: 170133 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0117-71							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	SRRF08 N° 03/2008	Açoforte Segurança e Vigilância Ltda. 07.447.264/0001-37	12/05/2008	11/05/2013	18	13					P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba/SP													
UG/Gestão: 170134/00001						CNPJ: 00.394.460/0119-33							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	Contrato DRF/ATA 16/2007	Strategic Security Proteção Patrimonial Ltda (05.345.091/0001-10)	17/12/2007	16/12/2012	37	5	0	32	0	0	E
2012	V	O	Contrato DRF/ATA 07/2012	Grandseg Segurança e Vigilância Ltda – EPP (11.413.243/0001-78)	13/12/2012	12/12/2017	37	5	0	32	0	0	A
2011	L	O	Contrato DRF/ATA 03/2011	Fest Clean Limpeza, Portaria e Serviços Gerais Ltda – ME (10.362.943/0001-18)	19/05/2011	18/05/2016	13	12	0	1	0	0	P
Unidade Contratante													

Nome: DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU													
UG/Gestão: 170135/0001					CNPJ: 00.394.460/0120-77								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	Fest Clean 10.362.943/0001-18	21/03/2011	20/07/2014	11	11					A
2007	V	O	04/2007	Aço Forte 07.447.264/0001-37	01/12/2007	28/02/2013			23	23			A
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas													
UG/Gestão: 170136/00001					CNPJ: 00.394.460/0121-58								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	Ordinária	10/2011	49.727.241/0001-26	21/11/11	20/07/13	22	22					A
2011	V	Ordinária	06/2011	05.345.091/0001-10	12/07/11	26/12/12			32	37			E
2012	V	Ordinária	10/2012	05.408.389/0001-22	27/12/12	12/12/13			39	39			A
Observações: O contrato 10/2012 teve início de vigência em 13/12/2012 e início de execução em 27/12/2012.													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE													
UG/Gestão: 170137/00001					CNPJ: 00.394.460/0122-39								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	Nº 08/2007	00.332.087/0001-02	06/12/2007	05/06/2013	25	25					P
2009	L	O	Nº 05/2009	06.279.924/0001-55	29/06/2009	31/10/2013	9	9					P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO – SP.													
UG/Gestão: 170138					CNPJ: 00.394.460/0126-62								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

2010	L	O	16/2010	08.439.717/0001-46	20/05/2010	19/09/2013	14	18					P
2010	V	O	18/2010	07.447.264/0001-37	01/06/2010	30/09/2013	16	20					P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto - SP													
UG/Gestão: 170139/00001					CNPJ: 00.394.460/0124-09								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	04/2010	08.850.292/0001-63	09/06/10	08/10/13	16	16					P
2007	V	O	06/2007	05.345.091/0001-10	19/12/07	18/12/12	34	34					E
2012	V	O	04/2012	10.478.353/0001-55	19/12/12	18/12/13	34	34					A
Observações:													
Os Editais não previam exigência de nível de escolaridade													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos													
UG/Gestão: 170141 - 00001					CNPJ: 00.394.460/0123-10								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	71.444.400/0001-34	02/05/2011	01/01/2013	12	12					E
2012	L	O	04/2012	10.964.698/0001-19	28/12/2012	27/12/2013	12	12					A
2010	V	O	01/2010	64.037.591/0001-54	21/05/2010	20/05/2012			52	38			E
2011	V	O	01/2012	05.408.389/0001-22	18/05/2012	17/05/2013			34	34			A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA													
UG/Gestão: 170142 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0127-43								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	03/2008	05.576.482/0001-46	20/03/2008	19/03/2013	20	19	-	-	-	-	P
2011	V	O	05/2011	08.818.229/0001-40	01/11/2011	31/10/2013	-	-	35	35	-	-	P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP													
UG/Gestão: 170143 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0125-81								

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	06/2007	07.447.107/0001-21	14/12/2007	13/12/2013			27	24			P
2011	L	O	08/2011	00.482.840/0001-38	30/09/2011	29/09/2013	17	17					P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal em Guarulhos													
UG/Gestão: 170144							CNPJ: 00.394.460/0128-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	06/2011	10.297.576/0001-16	01/05/11	31/08/14	11	11	-----	-----	-----	----	P
2012	V	O	02/2012	07.447.264/0001-37	01/06/12	31/01/13	20	20	-----	-----	-----	----	A
2008	V	O	24/2008	03.038.653/0001-58	01/01/09	31/01/12	20	20	-----	-----	-----	----	E
2012	V	O	01/2012	03.038.653/0001-58	01/02/12	31/05/12	20	20	-----	-----	-----	----	E
Observações: Processos nº16105.000013/2011-10, nº16105.000011/2012-01, nº10875.000094/2008-47 e nº16105.000046/2011-51													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira													
UG/Gestão: 170145/00001							CNPJ: 00.394.460/0129-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	07/2009	07.447.264/0001-37	01/01/10	31/12/13			8	8			P
2011	L	O	02/2011	56.977.937/0001-76	01/04/11	31/07/14	22	22					P
2012	V	O	05/2012	11.170.458/0001-60	11/07/12	10/03/14			5	5			A
Observações: Os contratos de vigilância da DRF e das ARF são segregados, já que o primeiro, que também atendia as ARF, foi suprimido, em face da contratação de vigilância eletrônica. Entretanto, percebeu-se necessidade de ajustes, com o que se resolveu através da contratação de vigilantes em regime 44 horas semanais, exclusivamente para as ARF.													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO – SP													
UG/Gestão: 170146/000001							CNPJ: 00.394.460/0130-49						
Informações sobre os Contratos													

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	(L)	(O)	SRRF 08 N° 3/2009	09.508.389/0001-55	22/07/2009	30/06/2014	14	14					(P)
2011	(V)	(O)	DRF/OSA N° 4/2011	07.447.264/0001-37	01/07/2011	30/06/2013	28	28					(P)
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André													
UG/Gestão: 170147/00001					CNPJ: 00.394.460/0131-20								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	71.444.400/0001-34	06/04/2011	05/12/2012	18	18					E
2012	L	O	13/2012	10.643.999/0001-40	27/11/2012	26/11/2013	14	14					A
2008	V	O	01/2008	05.457.677/0001-77	19/03/2008	18/03/2012	17	16					P
Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos													
UG/Gestão: 170148 / 0001					CNPJ: 00.394.460/0133-91								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	ALFVCP 04/2012	10.722897/0001-10	19.06.2012	18.06.2013	9	9					A
Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos													
UG/Gestão: 170150/0001					CNPJ: 00.394.460/0132-00								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	ALF/GRU 02/2011	67.668.194/0001-79	01/2012	12/2012			28	28			E
2007	L	O	ALF/GRU 01/2008	49.727.241/0001-26	01/2008	12/2012	13	13					E

Observações: O contrato de vigilância não foi prorrogado, pois a unidade optou por contratar vigilância desarmada. E o contrato de limpeza e higiene foi encerrado por não poder ser mais prorrogado.

ALF/GRU 02/2011 – Processo nº 10814.003147/2011-00

ALF/GRU 01/2008 – Processo nº 10814.020673/2008-21

Unidade Contratante

Nome: ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS

UG/Gestão: 170168

CNPJ: 00.394.460/0364-13

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	12/2011	10.722.897/0001-10	08/12/11	07/08/13 (60 meses 07/12/16)	31	31					A
2007	V	O	18/2007	67.668.194/0001-79	01/12/07	30/11/12	14 POSTOS	14 POSTOS					E
2012	V	O	05/2012	11.413.243/0001-78	30/11/12	29/11/13 (60 meses 29/11/17)	14 POSTOS	14 POSTOS					A

Unidade Contratante

Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

UG/Gestão: 170259

CNPJ: 00.394.460/0348-01

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	01/2011	03.038.653/0001-58	01/03/2011	28/02/2014	40	40					P
2011	L	O	07/2011	07.409.625/0001-50	28/11/2011	27/11/2013	17	17					P

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo e Agência da Receita Federal do Brasil em Diadema

UG/Gestão:170261/001

CNPJ:00.394.460/0362-51

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	DRF/SBC 02/2009	10.643.999/0001-40	02/05/2009	01/05/2014	10	9		1			P
2008	V	O	DRF/SBC	02.344.300/0001-13	11/02/2008	10/02/2013			22	22			P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo – DERAT/SPO													
UG/Gestão: 170312/00001					02.417.398/0001-91								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	09/2010	07.409.625/0001-50	01/07/10	31/10/13	43	43					P
2010	V	O	17/2010	07.447.264/0001-37	30/12/10	29/03/13	40	33	2	2			P
2012	V	O	05/2012	04.067.408/0001-31	12/04/12	11/12/13	15	13	1	1			A
2007	V	O	11/2007	54.506.589/0001-23	16/04/07	15/04/12	15	15	1	1			E
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da RFB de Instituições Financeiras em São Paulo													
UG/Gestão: 170313 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0480-04								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	04/2009	09.508.389/0001-55	01/01/2010	31/12/2013	12	12					P
2011	V	O	05/2011	66.063.256/0001-56	01/01/2012	31/12/2013	11	11					P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá – DRF/Jundiá													
UG/Gestão: 170318/00001					CNPJ: 00.394.460/0471-05								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Contrato 02/2011	00.482.840/0001-38	17/03/2011	16/07/2014	10	10					P
2010	V	O	Contrato 05/2010	03.038.653/0001-58	30/06/2010	31/10/2013	14	14					P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em São Paulo													
UG/Gestão: 170320/000001					CNPJ: 00.394.460/0476-10								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

2010	L	O	Demac nº 10/2010	10.565.981/0001-78	06/09/10	05/05/14	6	6					P
2010	V	O	Demac nº 09/2010	64.037.591/0001-54	01/09/10	30/04/12			12	12			E
2012	V	O	Demac nº 02/2012	10.710.336/0001-00	01/05/12	31/12/13			12	12			A
Observações: Processos 10.752.000092/2010-69 e 10752.000087/2010-56 e 16643.000011/2012-14													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP													
UG/Gestão: 170321/00001							CNPJ: 00.394.460/0479-62						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	03/2007	00.482.840/0001-38	01/01/2008	14/05/2012	0	9	0	20	0	0	P
2012	L	O	02/2012	11.305.804/0001-15	09/05/2012	08/01/2014	0	0	0	17	0	0	A
2007	V	O	02/2007	67.668.194/0001-79	01/01/2008		0	7	0	4	0	0	E
2012	V	O	03/2012	11.107.458/0001-15	15/05/2012	14/01/2014	0	0	0	42	0	0	A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA													
UG/Gestão: 170322/00001							CNPJ: 00.394.460/0453-23						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	170133 04/2009	09.508.389/0001-55	30/11/2012	29/07/2014	19	19					A
2012	V	O	06/2012	05.457.677/0001-77	01/08/2012	31/07/2013	14	14					A
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca													
UG/Gestão: 170323 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0474-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	3/2008	03.038.653/0001-58	15/08/2008	14/08/2013	21	19					P
2011	L	O	2/2011	11.154.589/0001-07	18/08/2011	06/02/2012	7	7					E

2012	L	O	1/2012	11.301.568/0001-69	01/03/2012	17/04/2013	7	7					A
Unidade Contratante													
Nome: DEFIS/SPO													
UG/Gestão: 170385/00001					CNPJ: 00.394.460/0456-76								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	06/2009	09.508.389/0001-55	15/09/2009	14/09/2014	14	14					P
2006	V	O	13/2005	54.506.589/0001-23	03/01/2006	27/09/2011			23	23			E
2011	V	O	02/2011	10.478.353/0001-55	28/09/2011	27/09/2013			15	15			P
Observações: O contrato nº 13/2005 foi prorrogado em caráter excepcional de acordo com o parágrafo 4º do art. 57 da lei 8.666/93.													
Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DE SÃO PAULO													
UG/Gestão: 170533-0001					CNPJ: 00.394.460/0527-02								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Observações: UG NÃO TEM CONTRATO DE LIMPEZA E VIGILÂNCIA POIS TAIS SERVIÇOS SÃO CONTRATADOS PELA IRF/SPO (UG 170259), JÁ QUE OCUPA O MESMO PRÉDIO.													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI													
UG/Gestão: 170551/00001					CNPJ: 00.394.460/0448-66								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	2/2007	03.038.653/0001-58	01/01/12	31/12/12	13	13					E
2010	L	O	4/2010	10.214.412/0001-88	15/07/12	15/07/13	5	5					P
Observações: O Contrato de Limpeza e Higiene, firmado em 2010, teve início em 15/07/2010, sendo prorrogado até 15/07/2013 quando vencido o segundo ano de execução dos serviços.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIASG

QUADRO 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal,													
UG/Gestão: 170133					CNPJ: 00.394.460/0117-71								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	SRRF08 nº 17/2011	Foccus Adm Serviço 05.897.975/0001-88	01/08/2011	31/03/2013			8	8			A
2011	5	O	SRRF08 nº 18/2011	RJ Agenciamento de Pessoal Ltda 11.000.980/0001-49	01/09/2011	30/04/2013			8	8			A
2011	12	O	SRRF08 nº 20/2011	Higilimp Serviços Ltda 06.983.541/0001-63	01/11/2011	15/01/2013	8	8					E
2011	5	O	SRRF08 nº 26/2011	Higilimp Serviços Ltda 06.983.541/0001-63	17/11/2011	15/01/2013			24	24			E
2009	11	O	SRRF08 nº 07/2009	Esperança Serviços 51.265.841/0001-61	04/09/2009	03/09/2013			16	16			P
2011	11	O	SRRF08 nº 04/2011	Alternativa Adm.de Mão de Obra 00.239.0006/0001-16	28/02/2011	28/10/2013					16	16	A
2010	2	O	SRRF08 nº 05/2010	GVP Consultoria e Produção de Eventos 04.356.735/0001-03	25/04/2010	25/12/2013							P
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP													
UG/Gestão: 170134/00001					CNPJ: 00.394.460/0119-33								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	4	O	DRF/ATA 01/2007	Conserv Engenharia e Serviços Gerais Ltda (00.668.584/0001-89)	30/03/2007	29/03/2012	1	1	0	0	0	0	E

2012	4	O	DRF/ATA 04/2012	Guilherme Henrique de Souza – EPP (11.015.977/0001-07)	01/03/2012	28/02/2017	1	1	0	0	0	0	A
2011	9	O	DRF/ATA 04/2011	Luz & Rossi Manutenção Predial e Industrial Ltda – EPP (08.014.891/0001-47)	05/09/2011	04/05/2016	1	1	1	1	0	0	A
2011	5	O	DRF/ATA 01/2011	Dominum Terceirização Ltda (06.036.724/0001- 71)	05/04/2011	31/01/2012	0	0	25	11	0	14	E
2012	5	O	DRF/ATA 01/2012	Serhtec Empreendimentos, Consultoria e Serviços Gerais Ltda (06.886.119/0001-90)	02/01/2012	01/01/2017	0	0	24	11	0	13	A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA RECEITA FEDERAL EM BAURU

UG/Gestão: 170135 / 001

CNPJ: 00.394.460/0120-77

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	10	O	02/2010	01.211.015/0001-61	10/03/2010	09/11/2012			2	2			A
2011	12	O	12/2010	56.851.611/0002-89	01/01/2011	31/08/2012	25	25	19	19	1	1	A
2011	12	O	12/2011-SRRF	01.307.379/0001-40	27/06/2011	26/06/2012			3	3			A

Observação: : 02/2010 - Empresa CIBAM – manutenção predial
12/2010 - Empresa DÍNAMO – administração do depósito regional de mercadorias apreendidas
12/2011-SRRF – EMPRESA CNC – digitalização de processos

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas

UG/Gestão: 170136/00001

CNPJ: 00.394.460/0121-58

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	09/2011	03.848.916/0001-94	10/10/11	09/06/13	1	1					A
2011	5	O	03/2011	04.271.959/0001-12	22/02/11	24/05/12			14	9			E

2012	5	O	04/2012	13.944.843/0001-98	24/05/12	23/05/13			10	10			A
2009	11	O	04/2009	69.207.850/0001-61	23/04/09	21/07/12	2	2					E
2012	11	O	05/2012	12.922.080/0001-11	27/07/12	26/07/13	2	2					A
2011	11	O	02/2011	01.048.117/0001-08	22/02/11	21/10/12			2	2			E
2011	9	O	04/2011	08.014.891/0001-47	04/03/11	03/07/14			1	1			A
2009	9	O	05/2009	01.211.015/0001-61	28/07/09	08/05/12	1	1	1	1			E
2012	9	O	09/2012	08.014.891/0001-47	13/08/12	12/08/13	1	1	1	1			A

Observações: O contrato 04/2012 teve início de vigência em 24/05/2012 e início de execução em 28/05/2012.

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE

UG/Gestão: 170137/00001

CNPJ: 00.394.460/0122-39

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	4	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013	01	01					P
2007	5	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013			03	03			P
2007	12	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013			09	09			P
2007	2	O	Nº 10/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013	01	01					P
2007	12	O	Nº 09/2007	03.927.256/0001-37	26/12/2007	25/06/2013	02	02					P
2011	7	O	Nº 24/2011	06.983.541/0001-63	01/12/2011	31/07/2013			02	02			A

Unidade Contratante

Nome: DRF/RPO

UG/Gestão: 170138

CNPJ: 00.394.460/0126-62

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	17/2010	08.439.717/0001-46	20/05/2010	19/09/2013	1	1					P
2011	5	O	28/2011	04.798.395/0001-70	21/11/2011	20/07/2013			10	10			A
2010	9	O	15/2010	08.014.891/0001-47	01/04/2010	11/03/2012			*3	*3			E
2012	9	O	01/2012	67.645.002/0001-09	12/03/2012	11/11/2013			*3	*3			A
2010	12-1	O	14/2010	07.188.842/0001-68	01/05/2010	31/08/2013	1	1					P
2010	12-2	O	12/2010	07.188.842/0001-68	01/05/2010	31/08/2013			2	2			P
2011	12-3	O	05/2011	08.604.419/0001-64	03/10/2011	02/06/2013	1	1					A
2011	12-4	O	22/2011	04.798.395/0001-70	21/11/2011	20/07/2013	1	1					A
2011	12-5	O	25/2011	06.983.541/0001-63	21/11/2011	20/01/2013			7	7			E

Observações: *Nos contratos de Área 9 a formação é técnica, de acordo com o tipo de serviço.													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto - SP													
UG/Gestão: 170139/00001					CNPJ: 00.394.460/0124-09								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	9	O	01/2008	07.718.194/0001-04	22/02/08	21/02/12	-	-	2	-	-	-	E
2009	12	O	05/2009	10.299.217/0001-06	11/05/09	10/05/14	2	2					P
2011	4	O	04/2011	69.207.850/0001-61	01/09/11	01/05/13	6	6					A
2012	5	O	01/2012	04.798.395/0001-70	06/01/12	16/09/13			20	20			A
2012	9	O	02/2012	08.014.891/0001-47	12/07/12	11/07/13			02	02			A
Observações: Os Editais não previam exigência de nível de escolaridade.													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS													
UG/Gestão: 170141 - 0001					CNPJ: 00.394.460/0123-10								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	08/2011	08.604.419/0001-64	02/12/2011	01/08/2013			01	01			A
2011	4	O	02/2011	09.369.335/0001-56	01/02/2011	30/09/2012	01	01					E
2012	4	O	03/2012	04.798.395/0001-70	28/09/2012	27/05/2014	01	01					A
2011	5	O	05/2011	11.733.844/0001-68	01/06/2011	30/09/2014			23	20			P
2010	9	O	05/2010	08.014.891/0001-47	03/01/2011	02/09/2012			03	03			P
2011	11	O	01/2011	09.369.335/0001-56	01/02/2011	30/09/2012			03	03			E
2012	11	O	02/2012	04.798.395/0001-70	28/09/2012	27/05/2014			03	03			A
2011	12	O	SRRF 13/2011	04.894.089/0001-38	05/04/2011	18/01/2012			05	05			E
2012	12	O	SRRF 02/2012	04.833.107/0001-71	06/02/2012	05/10/2013			05	05			A
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA													
UG/Gestão: 170142 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0127-43								
Informações sobre os Contratos													

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	9	O	02/2008	07.485.335/0001-96	01/02/2008	30/01/2013	1	1	2	2	-	-	P
2011	12	O	04/2011	08.283.259/0001-07	20/07/2011	03/10/2012	2	2	-	-	-	-	E
2012	5	O	01/2012	05.400.513/0001-03	01/11/2012	31/10/2013	-	-	12	12	-	-	A
2012	12	O	02/2012	11.444.462/0001-14	01/11/2012	10/01/2013	2	2	-	-	-	-	E
2012	12	O	03/2012	02.780.863/0001-54	17/12/2012	16/12/2013	2	2	-	-	-	-	A
Observações:													
Contrato nº 04/2011 rescindido em 03.10.2012.													
Contrato nº 02/2012 rescindido em 10.01.2013.													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP													
UG/Gestão: 170143 / 00001				CNPJ: 00.394.460/0125-81									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	04/2012	04.039.911/0001-83	02/07/2012	01/07/2013			4	4			A
2012	12	O	05/2012	04.039.911/0001-83	02/07/2012	01/07/2013	2	2					A
2012	4	O	08/2012	04.039.911/0001-83	02/08/2012	01/08/2013	1	1					A
2012	11	O	06/2012	00.482.840/0001-38	02/07/2012	01/07/2013			14	14			A
2012	12	O	09/2012	56.851.611/0002-89	13/12/2012	12/12/2013	8	8	7	7			A
2012	9	O	03/2012	09.274.298/0001-00	01/06/2012	31/01/2014	1	1	1	1			A
2007	9	O	02/2007	64.655.251/0001-97	25/04/2007	30/04/2012	1	1	1	1			E
2007	5	O	03/2007	00.482.840/0001-38	02/05/2007	01/07/2012			4	4			E
2007	12	O	03/2007	00.482.840/0001-38	02/05/2007	01/07/2012	2	2					E
2007	4	O	03/2007	00.482.840/0001-38	02/05/2007	01/07/2012	5	5					E
2007	11	O	03/2007	00.482.840/0001-38	02/05/2007	01/07/2012			12	14			E
2006	12	O	11/2006	56.851.611/0002-89	01/12/2006	30/11/2012	8	8	7	7			E
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS													
UG/Gestão: 170144				CNPJ: 00.394.460/0128-24									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	17/2010	00.482.840/0001-38	01/10/10	31/01/14			3	3			P

2012	5	O	03/2012	06.090.065/0001-51	01/06/12	31/05/13			14	14			A
2011	2	O	10/2011	09.445.502/0001-09	29/11/11	28/07/13			1	1			A
2011	11	O	11/2011	07.951.388/0001-55	01/01/12	31/12/12			8	6			E
2007	9	O	20/2007	00.077.362.0002-61	19/12/07	18/12/12			4	4			E

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira

UG/Gestão: 170145/00001

CNPJ: 00.394.460/0129-05

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	5	O	04/2009	10.299.217/0001-06	01/09/09	31/08/13	1	1					P
2009	4	O	03/2009	10.299.217/0001-06	01/09/09	31/08/13	1	1					P
2011	9	O	01/2011	08.014.891/0001-47	01/02/11	13/05/14			2	2			P
2011	8	O	07/2011	05.029.862/0001-60	01/06/11	31/01/13			1	1			A
2012	7	O	01/2012	10.299.217/0001-06	01/05/12	31/12/13			2	2			A
2012	12	O	02/2012	10.227.498/0001-83	15/05/12	14/01/14			1	1			A
2012	5	O	03/2012	03.133.738/0001-15	01/08/12	30/04/14			7	7			A
2012	12	O	06/2012	05.483.831/0001-85	02/01/13	31/08/14	3	3					A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO – SP

UG/Gestão: 170146/00001

CNPJ: 00.394.460/0130-49

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	(5)	(O)	DRF/OSA Nº 2/2012	03.623.340/0001-67	03/04/2012	02/04/2013			22	22			(A)
2009	(9)	(O)	DRF/OSA Nº 10/2009	00.077.362/0002-61	04/12/2009	30/11/2012	1	1					(E)
2012	(9)	(O)	DRF/OSA Nº 4/2012	01.011.976/0004-75	01/12/2012	30/11/2013	1	1	1	1			(A)
2012	(12)	(E)	DRF/OSA Nº 1/2012	08.268.712/0001-06	30/01/2011	31/12/2012	2	2					(E)
2011	(12)	(E)	DRF/OSA Nº 3/2011	08.268.712/0001-06	01/05/2011	31/12/2012			1	1			(E)

Observações:

DRF/OSA Nº 1/2012 – Operador de carga e descarga

DRF/OSA Nº 3/2011 - Motorista													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André													
UG/Gestão: 170147/00001				CNPJ: 00.394.460/0131-20									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	02	O	04/2012	10.227.498/0001-83	18/12/2012	17/12/2013	1	1	1	1			A
2011	08	O	03/2011	12.139.246/0001-28	29/04/2011	28/04/2014	1	1	1	1			P
2012	05	O	02/2012	68.970.680/0001-00	24/01/2012	23/09/2013			10	10			A
Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos													
UG/Gestão: 170148 / 0001				CNPJ: 00.394.460/0133-91									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	1	O	ALFVCP 05/2012	10.478.353/0001-55	28.03.2012	27.03.2013			10	10			A
2010	4	O	ALFVCP 08/2010	57.695.058/0001-14	03.01.2012	02.01.2013	1	1					P
2012	3	O	ALFVCP 08/2012	03.623.340/0001-67	27.07.2012	26.07.2014	10	10					A
2011	12	O	ALFVCP 02/2011	10.299.217/0001-06	25.03.2012	24.03.2013	2	2					A
Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos													
UG/Gestão: 170150				CNPJ: 00.394.460/0132-00									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	ALF/GRU 06/2012	02.088.746/0001-24	06/2012	02/2014			03	03			A
2012	12	O	ALF/GRU 07/2012	02.088.746/0001-24	06/2012	02/2014			01	01			A
2012	03	O	SRRF08/DIP	02.942.678/0001-19	07/2012	03/2014			06	06			A

			OL 06/2012											
2012	04	O	ALF/GRU 05/2012	10.227.498/0001-83	06/2012	02/2014			03	03				A
2012	12	O	ALF/GRU 03/2012	01.568.515/0001-55	03/2012	02/2013			43	43				A
Observações: No contrato ALF/GRU 03/2012 são 21 postos, 37 funcionários e 06 folguistas.														
Unidade Contratante														
Nome: ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS														
UG/Gestão: 170168					CNPJ: 00.394.460/0364-13									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	2	O	06/2011	03.790.751/0001-47	16/06/2011	15/02/2013 (60 meses 15/06/2016)	2	1						A
2007	4	O	17/2007	08.450.123/0001-36	01/10/2007	30/09/2012	2	2						E
2012	4	O	03/2012	04.293.000/0001-88	01/10/2012	31/05/2014 (60 meses 30/09/2017)	2	2						A
2011	5	O	05/2011	12.441.717/0001-58	16/06/2011	15/02/2013 (60 meses 15/06/2016)			2	2				A
2008	8	O	05/2008	08.325.767/0001-00	17/04/2008	16/04/2013	2	2	1	1				P
2010	9	O	10/2010	09.274.298/0001-00	01/07/2010	31/10/2013 (60 meses 30/06/2015)	4	4	5	5	1	1		P
2010	12	O	12/2010	08.594.305/0001-80	19/07/2010	18/03/2012 (60 meses 18/07/2015)			2	2				E
2011	12	O	SRRF 23/2011	07.244.760/0001-93	28/12/2011	27/08/2013 (60 meses 27/12/2016)			2	2				A
2010	12	O	13/2010	08.594.305/0001-80	19/07/2010	18/03/2012 (60 meses 18/07/2015)			4	4				E
2011	12	O	SRRF08 21/2011	06.983.541/0001-63	30/12/2011	29/08/2013 (60 meses 29/12/2016)			4	4				A

2007	12	O	16/2007	40.235.871/0001-09	01/10/2007	30/09/2012			8	8			E
2011	12	O	SRRF08 12/2011	01.307.379/0001-40	27/06/2011	26/06/2013 (60 meses 26/06/2016)			2	2			P
2012	12	O	SRRF08 07/2012	08.800.421/0001-09	02/07/2012	01/03/2014 (60 meses 01/07/2017)			7	7			A

Unidade Contratante

Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

UG/Gestão: 170259

CNPJ: 00.394.460/0348-01

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	01/2012	04.039.911/0001-83	01/09/2012	31/08/2013	2	2	0	0	0	0	A
2012	5	O	01/2012	04.039.911/0001-83	01/09/2012	31/08/2013	0	0	13	13	0	0	A
2012	12*	O	01/2012	04.039.911/0001-83	01/09/2012	31/08/2013	15	15	8	8	0	0	A
2011	8	O	06/2011	62.082.821/0001-71	17/10/2011	16/10/2013	-	-	1	1	1	1	P
2011	9	O	05/2011	67.645.002/0001-09	03/10/2011	02/10/2013	1	-	4	5	-	-	P
2008	9	O	07/2008	05.823.840/0001-78	23/06/2008	22/06/2012	-	-	-	-	-	-	P
2008	12**	O	01/2008	56.851.611/0002-89	11/02/2008	11/02/2013	43	43	-	-	-	-	P
2011	10	O	02/2011	03.038.653/0001-58	01/03/2011	28/02/2014	4	4	-	-	-	-	P

Observações:

- Todas as áreas mencionadas (4, 5 e 12) estão contempladas em um só contrato (01/2012)
- (*) A área 12 refere-se a ajudante (3), motorista (4), telefonista (4) e contínuo (12)
- (**) A área 12 refere-se a 01 fiel, 01 auxiliar de fiel, 10 conferentes, 20 ajudantes, 02 operadores de ponte rolante, 01 operadores de empilhadeira, 01 assistente, 02 auxiliares 03 digitadores e 01 artífice

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo e Agência da Receita Federal do Brasil em Diadema

UG/Gestão:170261/001

CNPJ:00.394.460/0362-51

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	DRF/SBC 04/2010	08.268.712/0001-06	01/08/2010	04/11/2013			2	2			P

2010	5	O	DRF/SBC 06/2010	68.970.680/0001-00	08/12/2010	08/08/2013			16	16			P
2008	9	O	DRF/SBC 11/2008	68.287.143/0001-60	02/01/2009	01/01/2014	1	1	5	5			P

Observações:

O contrato DRF/SBC 06/2010 sofreu acréscimo no número de postos no ano de 2012. Este contrato foi avençado em decorrência de licitação remanescente.

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

UG/Gestão: 170262/0001

CNPJ: 00.394.460/0363-32

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	12 *	O	Contrato DRF/SJC nº 13/2011	Moriah Empreendimentos Ltda. ME CNPJ nº 07.781.620/0001-54	08/07/2011	07/03/2013	1	1						A
2009	9	O	Contrato DRF/SJC nº 12/2009	CIBAM Engenharia Ltda. CNPJ nº 01.211.015/0001-61	12/11/2009	11/03/2013	4	2		2				P
2011	12 **	O	Contrato DRF/SJC nº 22/2011	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. CNPJ nº 00.482.840/0001-38	30/09/2011	29/05/2013	2	1		1				A
2012	5	O	Contrato DRF/SJC nº 01/2012	PH Serviços e Administração Ltda. CNPJ 06.090.065/0001-51	26/06/2012	25/06/2013			18	17			1	A
2011	4	O	Contrato DRF/SJC nº 23/2011	Setercom Serviços Terceirizados Ltda. CNPJ nº 10.299.217/0001-06	09/11/2011	08/07/2013	1	1						A
2011	5	O	Contrato DRF/SJC nº 12/2011	P.S. Service System Temporária Ltda. CNPJ nº 08.385.647/0001-90	01/06/2011	29/04/2012			17	17				E

Observações: * motorista

**** auxiliar serviços gerais e mensageiro**

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília

UG/Gestão: 170287				CNPJ: 00.394.460/0361-70				Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	DRF/MRA n° 02/2011	Ezzata (03.369.335/0001-56)	13/06/2011	12/02/2013			8	8			A
2012	5	O	DRF/MRA n° 02/2013	Zenega Tecnologia da Informação Ltda (03.133.738/0001-15)	26/12/2012	25/08/2014			21	21			A
2008	4	O	DRF/MRA n° 19/2008	Liderança (00.482.840/0001-38)	11/12/2008	10/12/2012	1	1					E
2010	9	O	DRF/MRA n° 12/2010	Marinho (07.589.739/0001-20)	01/09/2010	31/08/2013			1	1			P
2011	12	O	DRF/MRA n° 04/2011	Presta (10.446.523/0001-10)	13/06/2011	12/02/2013			2	2			A
2012	12	O	DRF/MRA n° 03/2012	RCA (69.207.850/0001-61)	01/08/2012	31/03/2014			1	1			A
2012	12	O	DRF/MRA n° 05/2012	RCA (69.207.850/0001-61)	01/08/2012	31/03/2014	2	2					A
2012	12	O	DRF/MRA n° 06/2012	SACE (11.444.462/0001-14)	06/08/2012	05/04/2014			2	2			E
2012	11	O	DRF/MA n° 20/2008	Plansul (78.533.312/0001-58)	11/12/2008	10/12/2012			20	21			E
2012	12	O	DRF/MRA n° 16/2008	Sétima (07.618.334/0001-72)	11/12/2008	01/08/2012			1	1			E
2012	12	O	DRF/MRA n° 17/2008	Sétima (07.618.334/0001-72)	11/12/2008	01/08/2012	1	1					E
2012	12	O	DRF/MRA n° 06/2009	Sétima (07.618.334/0001-72)	12/08/2009	01/08/2012	1	1					E
2012	12	O	DRF/MRA n° 07/2011	Moriá (13.433.624/0001-44)	05/09/2011	26/06/2012			2	2			E
Observações:													
No contrato DRF/MRA n° 20/2008 foi aditivado um posto (1° Termo Aditivo).													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária – DERAT													
UG/Gestão: 170312/00001				02.417.398/0001-91									
Informações sobre os Contratos													
Ano do	Área	Natureza	Identificação	Empresa Contratada	Período Contratual de		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.

Contrato			do Contrato	(CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	DERAT/SP 24/2008	02.970.430/0001-61	12/05/08	11/05/11	2	2	2	2			P
2008	8 e 9	O	19/2008	68.287.143/0001-60	01/03/08	28/02/13	17	13	3	3	2	2	P
2011	5	O	DERAT/SP 09/2011	06.090.065/0001-51	19/09/11	15/05/13			64	64			A
2011	9	O	derat/sp 05/2011	62.082.821/0001-71	22/08/12	21/04/13	1	1	1	1			A
2012	4	O	DERAT/SP 03/2012	02.297.586/0001-23	01/03/12	31/10/13	2	2					A
2012	12	O	DERAT/SP 07/2012	07.951.388/0001-55	03/10/12	31/08/13	7	7					A
2012	12	O	DERAT/SP 04/2012	06.090.065/0001-51	30/09/11	29/05/13	43	43					A
2012	5	O	DERAT/SP 04/2012	06.090.065/0001-51	30/09/11	29/05/13			27	27			A
2011	2	O	DERAT/SP 06/2011	62.082.821/0001-71	22/08/11	21/04/13			1	1			A
2011	5	O	derat/sp 11/2011	07.951.388/0001-55	27/09/11	26/05/13			35	35			A
2011	12	O	15/2011	03.002.122/0001-77	07/12/11	06/12/13			21	21			P
2011	2	O	07/2011	09.445.502/0001-09	29/08/12	28/08/13			5	5			A
2011	12	O	SRRF08 n° 12/2011	01.307.379/0001-40	27/06/12	26/06/13	18	18					A
2010	5	O	16/2010	66.700.295/0001-17	30/12/12	29/12/13			2	2			
2012	5	O	06/2012	07.447.264/0001-37	16/04/12	15/12/13			1	1			A
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da RFB de Instituições Financeiras em São Paulo													
UG/Gestão: 170313 / 00001				CNPJ: 00.394.460/0480-04									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	14	O	03/2012	02.590.700/0001-09	02/01/2012	01/01/ 2016			1	1			A

2011	11	O	03/2011	68.287.143/0001-60	08/08/2011	07/08/2016			2	2			A
2011	11	O	04/2011	62.082.821/0001-71	01/09/2011	31/08/2016			2	2			A
2011	14	O	32/2011	06.983.541/0001-63	02/01/2012	31/12/2012	1	1					E
2011	14	O	33/2011	07.951.388/0001-55	02/01/2012	05/10/2016			1	1			A
2011	14	O	34/2007	06.983.541/0001-63	02/01/2012	31/12/2012	2	2					E
2011	14	O	35/2011	07.951.388/0001-55	02/01/2012	31/12/2016			13	13			A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá – DRF/Jundiá

UG/Gestão: 170318/00001

CNPJ:00.394.460/0471-05

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	06/2009	01.211.015/0001-61	05/01/2010	04/09/2012			2	2			E
2012	9	O	06/2012	01.211.015/0001-61	01/10/2012	30/09/2013			2	2			A
2012	5	O	01/2012	11.015.977/0001-07	20/01/2012	19/09/2013			14	14			A
2010	12	O	09/2010	00.482.840/0001-38	11/08/2010	10/12/2013			2	2			P
2010	4	O	10/2010	05.405.098/0001-80	01/10/2010	31/01/2014	1	1					P
2009	12	O	01/2009	03.623.340/0001-67	01/06/2009	31/05/2012	1	1					E
2012	12	O	03/2012	10.299.217/0001-06	25/07/2012	24/07/2013	1	1					A
2007	12	O	06/2007	07.306.691/0001-03	26/09/2007	25/09/2012	1	1					E
2012	12	O	05/2012	02.088.746/0001-24	26/09/2012	25/09/2012	1	1					A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia Especial da Receita Federal de Maiores Contribuintes

UG/Gestão: 170320/000001

CNPJ: 00.394.460/0476-10

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	SRRF08 06/2010	04.356.735/0001-03	17/08/2010	16/12/2013			2	2			P
2010	8	O	Demac 07/2010	04.894.089/0001-38	13/09/2010	06/01/2012			2	2			E
2010	12	O	Demac 07/2010	04.894.089/0001-38	13/09/2010	06/01/2012			2	2			E
2010	6	O	Demac 08/2010	07.781.620/0001-54	17/09/2010	16/05/2012			2	2			E
2012	6	O	Demac	02.297.586/0001-23	15/06/2012	14/02/2014			2	2			A

			03/2012											
2011	12	O	SRRF08/29/2011	06.983.541/0001-63	26/12/2011	22/11/2012			1	1				E
2011	12	O	SRRF08/30/2011	06.983.541/0001-63	26/12/2011	22/11/2012			1	1				E
2010	11	O	Demac/06/2010	67.645.002/0001-09	18/11/2010	17/03/2014			3	3				P

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP

UG/Gestão: 170321/00001

CNPJ: 00.394.460/0479-62

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	7	O	05/2010	66.059.510/0001-42	03/12/2010	26/02/2014	0	0	0	1	0	1	A
2011	4	O	01/2011	07.951.388/0001-55	11/02/2011	10/10/2012	0	0	0	1	0	1	E
2012	4	O	04/2012	03.133.738/0001-15	08/11/2012	08/07/2014	0	0	0	2	0	0	A
2011	2	O	03/2011	01.048.117/0001-08	10/03/2011	09/11/2012	0	0	0	1	0	0	E
2011	12	O	04/2011	10.446.523/0001-10	01/03/2011	31/10/2012	0	0	0	3	0	0	E
2012	12	O	05/2012	10.299.217/0001-06	14/11/2012	14/07/2014	0	0	0	4	0	0	A
2011	5	O	27/2011	04.798.395/0001-70	10/11/2011	09/07/2013	0	0	0	12	0	0	A
2008	9	O	01/2008	07.718.194/0001-04	02/04/2008	01/04/2013	0	0	0	2	0	0	P

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

UG/Gestão: 170322/00001

CNPJ: 00.394.460/0453-23

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	9/8	O	03/2008	07.718.194/0001-04	01/04/2012	31/03/2013	02	02					A
2010	5	O	06/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014			11	11			A
2010	5	O	07/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014			02	01			A
2010	5	O	08/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014			02	01			A
2010	7	O	09/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014			02	01			A
2010	12	O	10/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014	02	02					A
2010	4	O	11/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014	02	02					A
2010	2	O	12/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2012	31/03/2014	02	02					A

Unidade Contratante

Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA													
UG/Gestão: 170323/00001					CNPJ: 00.394.460/0474-58								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	2/2011	11.154.589/0001-07	18/08/2011	06/02/2012	7	7					E
2012	1	O	1/2012	11.301.568/0001-69	01/03/2012	17/04/2013	8	8					A
2008	3	O	3/2008	03.038.653/0001-58	15/08/2008	14/08/2013	20	20					P
2012	7	O	2/2012	07.618.334/0001-72	07/05/2012	06/01/2014			17	17			A
2012	4	O	2/2012	07.618.334/0001-72	07/05/2012	06/01/2014	1	1					A
2010	14	O	1/2010	10.836.886/0001-61	23/08/2010	16/03/2012	9	9					E
2010	4	O	1/2010	10.836.886/0001-61	23/08/2010	16/03/2012	1	1					E
2010	11	O	002/2010	08.014.891/0001-47	30/09/10	10/10/2013	1	1					P
Unidade Contratante													
Nome: DEFIS/SPO													
UG/Gestão: 170385/00001					CNPJ: 00.394.460/0456-76								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	2	O	01/2006	01.085.584/0001-08	31/10/2006	30/10/2011			2	2			E
2011	2	O	05/2011	05.058.935/0001-42	07/11/2011	06/07/2013			2	2			A
2007	4	O	01/2007	01.085.584/0001-08	13/03/2007	12/03/2011			1	1			E
2012	4	O	01/2012	13.737.597/0001-01	08/06/2012	07/02/2013			1	1			A
2007	8	O	05/2007	00.028.986/0001-08	13/12/2007	12/12/2012							E
2010	5	O	02/2010	08.594.305/0001-80	07/07/2010	28/09/2011			6	6			E
2011	5	O	01/2011	08.594.305/0001-80	15/03/2011	21/09/2011			16	16			E
2013	5	O	01/2013	03.133.738/0001-15	14/01/2013	13/09/2014			22	22			A
2008	12	O	02/2008	63.363.725/0001-64	23/01/2008	17/08/2011			25	31			E
2009	12	O	07/2009	01.085.584/0001-08	28/09/2009	28/05/2011	4	4					E
2011	12	O	07/2011	13.737.597/0001-95	23/11/2011	22/07/2013	4	4					A
2011	12	O	06/2011	01.068.730/0001-97	16/11/2011	31/12/2012			31	31			A
2010	9	O	01/2010	64.655.251/0001-97	15/01/2010	03/06/2013			4	4			A
2009	6	O	10/2009	46.266.771/0001-26	23/12/2009	22/12/2013							A
2009	6	O	09/2009	07.432.517/0003-60	23/12/2009	22/12/2013							A
2009	6	O	11/2009	00.339.640/0001-20	23/12/2009	22/12/2013							A
2011	10	O	03/2011	10.478.353/0001-55	28/09/2011	27/09/2013			2	2			P

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo													
UG/Gestão: 170533					CNPJ: 00.394.460/0527-02								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2, 4, 5 e 7	O	ALF/SPO 02/2012	04.039.911/0001-83	01/09/2012	31/08/2013	1	0	15	14		2	A
2012	12	O	ALF/SPO 01/2012	01.568.515/0001-55	03/08/2012	02/08/2013			10	10			A
Observações:													
Área 2, 5 e 7: no mínimo ensino médio completo													
Área 4: no mínimo ensino fundamental completo													
Área 12: Operadores de scanner – exigência de 2º grau completo													
Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI													
UG/Gestão: 170551 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0448-66								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	2/2007	03.038.653/0001-58	01/01/2012	31/12/2012	13	13					E
2011	9	O	1/2011	08.014.891/0001-47	01/01/2012	31/12/2012	1	1					P
2011	12	O	5/2011	10.651.081/0001-43	01/01/2012	26/01/2012			1	1			E
2012	12	O	2/2012	02.931.592/0001-90	08/02/2012	31/08/2012			1	1			E
2012	12	O	6/2012	10.498.227/0001-83	03/09/2012	31/12/2012			1	1			A
2011	4	O	4/2011	10.651.081/0001-43	01/01/2012	26/01/2012	1	1					E
2012	4	O	01/2012	02.931.592/0001-90	08/02/2012	21/07/2012	1	1					E
2012	4	O	05/2012	10.498.227/0001-83	23/07/2012	31/12/2012	1	1					A
2011	12	O	06/2011	10.651.081/0001-43	01/01/2012	26/01/2012	1	1					E
2012	12	O	03/2012	02.931.592/0001-90	08/02/2012	13/06/2012	1	1					E
2012	12	O	4/2012	10.498.227/0001-83	14/06/2012	31/12/2012	1	1					A
2011	5	O	7/2011	06.983.541/0001-63	01/01/2012	30/09/2012			5	5			E
2012	5	O	7/2012	68.970.680/0001-00	01/10/2012	31/12/2012			5	5			A
2011	12	O	8/2011	02.931.592/0001-90	01/01/2012	31/12/2012			16	16			E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG

6.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área Fim					
1.2. Área Meio	830	835	799	785	4.804.602,88
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim					
2.2. Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: DW Siape

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais.
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio e Auxílio Transporte Estagiário, sem considerar os descontos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU Nº 119/2012)

7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, IN MARE nº 9 de 26/08/1994 e Decreto nº 6.403, de 17/03/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos é recurso material indispensável para o pleno funcionamento das UGs da RF08, permitindo a realização das atividades de forma ágil e eficaz, tanto no transporte de servidores diariamente para desempenho das funções de fiscalização tributária, controle aduaneiro, vigilância e repressão, destruição de mercadorias, cumprimento de mandados, ofícios judiciais, diligências, audiências, mandados de segurança, assim como entrega e retirada de documentos com prazo exíguo entre UGs, agências e DMAs, entre RFB, PRFN, PF etc.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ (Grupo Fiscalização/Serviço): 242

d) Média anual de Km rodados (Grupo Fiscalização/Serviço): 9.136

e) Idade Média da frota (Grupo Fiscalização/Serviço): 8 anos

f) Custos associados à Manutenção da frota (Grupo Fiscalização/Serviço): R\$ 1.123.833,82

g) Plano de substituição da frota:

O Plano de substituição da Frota é Nacional e centralizado no OC.

h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação:

Veículos adquiridos durante Programa de Modernização da Administração Tributária PMATA, entre 2005 e 2006, desde então não houve disponibilidade orçamentária que nos permitisse tal análise para substituição da frota.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Registro dos deslocamentos em fichas de controle diário de trafego, por veículo, por dia, identificando data, hora e odômetro iniciais e finais, condutor, descrição da atividade/roteiro/destino, autorização e ateste do serviço. Agendamento prévio visando a otimização do percurso, definido antecipadamente, utilizando agrupamento de diferentes demandas em um só veículo. Contratação de sistema informatizado de gerenciamento da frota com emissão de relatórios, abastecimentos, Km percorrida, manutenção, consumo etc.

7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	SÃO PAULO	58	55
	AMPARO	1	0
	ARAÇATUBA	1	1
	ARARAQUARA	1	1
	ARARAS	1	1
	BARRETOS	1	1
	BAURU	2	2
	BOTUCATU	1	1
	BRAGANÇA PAULISTA	1	1
	CAMPINAS	3	2
	CATANDUVA	1	1
	COTIA	1	1
	DIADEMA	1	1
	FRANCA	1	0
	GUARUJÁ	1	1
	GUARULHOS	1	1
	ITANHAÉM	1	1
	JACAREÍ	1	1
	LIMEIRA	1	1
	MARÍLIA	2	2
	MAUÁ	1	1
	MOGI DAS CRUZES	1	1
	MOGI GUAÇU	1	1
	OSASCO	2	2
	OURINHOS	1	1
	PIRACICABA	1	1
	PIRASSUNUNGA	1	1
	PORTO FERREIRA	1	1
	PRESIDENTE PRUDENTE	0	1
	REGISTRO	1	1
	RIBEIRÃO PRETO	2	2
	RIO CLARO	1	1
	SANTO ANDRÉ	1	1
SANTOS	3	3	
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1	1	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	1	0	
SÃO JOAQUIM DA BARRA	1	1	
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	1	1	

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2	2
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1	1
SÃO PAULO	5	4
SÃO SEBASTIÃO	1	1
SOROCABA	2	2
TABOÃO DA SERRA	1	1
TAUBATÉ	1	2
TUPÃ	1	1

Fonte: SPIUnet

QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	SÃO PAULO	74	71
	Adamantina	1	1
	Americana	1	1
	Amparo	1	1
	Andradina	1	1
	Araçatuba	2	2
	Araraquara	1	1
	Assis	1	1
	Avaré	1	1
	Barretos	1	1
	Barueri	1	1
	Batatais	1	1
	Bebedouro	1	1
	Botucatu	1	1
	Bragança Paulista	1	1
	Campinas	1	0
	Campos do Jordão	1	1
	Capivari	1	1
	Catanduva	1	1
	Cruzeiro	1	1
	Dracena	1	1
	Fernandópolis	1	1
	Franca	1	1
	Franco da Rocha	1	1
	Guaratinguetá	1	1
	Guarujá	1	1
	Guarulhos	1	1
Ibitinga	1	1	

Indaiatuba	1	1
Itanhaém	1	1
Itapetininga	1	1
Itapeva	1	1
Itu	1	1
Jaboticabal	1	1
Jales	1	1
Jaú	2	2
Jundiaí	1	1
Lins	1	1
Mogi das Cruzes	1	1
Mogi Guaçu	1	1
Olímpia	1	1
Ourinhos	1	1
Penápolis	1	1
Pereira Barreto	1	1
Pindamonhangaba	1	1
Piracicaba	2	2
Piraju	1	1
Presidente Prudente	1	1
Presidente Venceslau	1	1
Ribeirão Preto	1	0
Santos	1	1
São Caetano do Sul	1	1
São Carlos	1	1
São João da Boa Vista	1	1
São Joaquim da Barra	1	1
São José dos Campos	1	1
São Paulo	8	7
São Roque	1	1
Suzano	1	1
Tatuí	1	1
Taubaté	1	1
Tietê	1	1
Tupã	1	1
Ubatuba	1	1
Votuporanga	1	1

Fonte: SPIUnet + Controle Interno

QUADRO 22 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170318	6137000035007	13	8	240.000,00	18/02/11	240.000,00	0,00	0,00
170134	6155000095008	13	4	1.855.391,24	06/09/11	1.855.391,24	3.819,30	99.075,87
170322	6163000075008	13	5	15.996.229,76	13/09/11	15.996.229,76	0,00	31.672,68
170145	6165000045008	13	2	431.689,19	23/09/11	431.689,19	0,00	5.536,56
170323	6209000325006	13	8	17.505,57	20/09/11	19.178,45	0,00	0,00
170135	6219000515007	13	4	3.873.238,74	28/09/11	3.906.623,74	0,00	82.648,96
170135	6219000525002	13	4	5.792.000,52	20/10/11	25.638.200,00	0,00	0,00
170135	6249000095000	13	8	15.965,48	11/10/11	14.854,33	0,00	0,00
170318	6251000045004	13	3	208.189,33	01/01/11	212.147,13	0,00	226,28
170136	6291000565007	13	3	9.021.313,31	05/09/11	9.298.469,36	0,00	222.183,28
170136	6291000445001	13	8	7.297.654,48	29/09/11	7.328.012,16	0,00	0,00
170136	6291000555001	13	7	748.477,02	09/03/12	3.276.316,29	0,00	0,00
170139	6323000385000	13	8	43.970,62	13/09/11	46.339,21	0,00	0,00
170146	6361000075004	13	2	582.166,46	31/10/11	582.166,46	0,00	17.398,41
170261	6377000035009	13	3	800.000,00	31/08/11	800.000,00	0,00	79.327,20
170323	6425000185004	13	8	1.060.403,00	13/04/11	1.060.403,00	0,00	0,00
170168	6475000245003	13	6	775.086,58	12/04/12	858.724,34	0,00	24.070,80
170144	6477000115009	13	3	3.993.197,55	08/09/11	4.118.993,43	0,00	139.651,66
170141	6543000145007	13	8	155.057,01	21/09/11	314.493,26	0,00	0,00
170262	6589000075007	13	2	307.940,88	22/12/11	557.409,57	0,00	5.596,18
170145	6639000065001	13	1	12.383.328,23	23/09/11	12.469.518,94	150.000,00	135.421,29
170287	6681000185008	13	5	3.021.679,72	13/09/11	5.111.072,28	927.958,40	148.783,38
170287	6681000295008	13	5	2.300.000,00	13/09/11	2.300.000,00	0,00	0,00
170147	6689000035001	13	6	475.649,54	22/08/12	339.241,82	0,00	0,00
170262	6713000115001	13	8	1.374.840,00	14/09/11	1.374.840,00	0,00	0,00
170145	6715000085001	13	8	36.767,32	14/09/11	188.945,00	0,00	0,00
170146	6789000175004	13	8	162.840,39	04/10/11	192.751,02	0,00	36.128,34
170146	6789000165009	13	3	1.373.320,65	04/10/11	2.133.477,28	0,00	79.482,34
170287	6795000085000	13	8	10.446,00	15/08/12	39.168,00	0,00	0,00

170321	6875000115008	13	8	1.291.079,96	20/09/11	4.709.865,22	0,00	0,00
170145	6887000135002	13	4	537.133,98	23/09/11	548.593,63	0,00	7.800,84
170138	6915000085004	13	3	238.953,40	31/08/11	253.911,40	0,00	0,00
170141	6953000095002	13	4	585.659,96	20/09/12	416.234,55	0,00	17.621,34
170138	6969000285002	13	4	5.763.289,66	31/08/11	6.016.740,01	0,00	33.372,76
170138	6969000275007	13	7	1.605.067,83	31/08/11	1.981.248,65	0,00	0,00
170321	6979000035003	13	3	523.391,23	20/09/11	531.143,23	0,00	18.184,38
170147	7057000065007	13	2	16.259.774,66	15/09/11	16.636.295,73	0,00	211.609,68
170168	7071001585000	11	5	21.368.880,09	28/09/11	21.872.058,33	0,00	256.189,06
170168	7071001205002	13	4	1.679.504,45	28/09/11	1.744.228,33	0,00	47.341,92
170141	7071001405001	13	4	4.078.354,92	20/09/12	7.687.656,64	0,00	0,00
170261	7075000065005	13	3	6.322.757,78	08/09/11	11.175.550,20	0,00	26.651,80
170145	7083000145000	13	8	404.036,37	02/06/11	404.036,37	0,00	0,00
170323	7089000035009	13	6	275.222,90	20/09/11	332.595,37	0,00	0,00
170145	7095000035003	13	3	622.628,32	14/09/11	622.628,32	0,00	9.269,62
170139	7097000225003	13	3	6.215.196,88	05/09/11	6.293.846,88	0,00	94.730,94
170139	7097000525007	13	6	915.587,36	05/09/11	1.142.330,53	0,00	3.710,20
170262	7099004935001	13	3	5.058.298,03	05/09/11	5.301.243,63	0,00	227.035,85
170385	7107004725001	13	6	10.475.862,76	21/09/11	10.475.862,76	441.230,29	277.218,45
170259	7107004645008	13	3	5.762.540,16	24/05/12	25.310.932,64	0,00	0,00
170259	7107005075000	13	3	4.958.992,59	24/05/12	11.668.702,83	0,00	412.866,49
170313	7107004745002	13	4	6.574.672,92	05/09/11	7.391.433,00	97.100,00	578.565,95
170133	7107006115006	13	4	9.521.786,33	16/02/12	9.521.786,33	0,00	362.843,34
170262	7115000355006	11	4	1.077.586,19	05/09/11	1.106.550,04	0,00	83.190,10
170142	7145002145000	13	5	16.681.063,29	20/09/11	16.716.622,64	0,00	242.912,43
170142	7145002165001	13	8	93.916,20	20/09/11	125.163,15	0,00	0,00
170146	7157000045002	13	4	1.708.463,20	31/10/11	3.700.788,38	15.000,00	22.400,57
170143	718300195003	13	1	238.130,54	05/05/12	10.757.698,72	0,00	139.388,38
170287	7201000095000	13	8	47.357,79	07/08/12	66.050,25	0,00	0,00
Total							1.635.107,99	3.937.194,90
Fonte: SPIUnet, SIAFI, SIASG e informações unidades								

Análise Crítica

Com relação ao quadro 20, que apresenta o número de imóveis da União sob responsabilidade das Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, nos finais dos exercícios 2012 e 2011, constata-se que houve a devolução à Secretaria do Patrimônio da União de dois imóveis que não mais apresentavam viabilidade em sua utilização, a saber:

- 1 imóvel no município de Presidente Prudente, antiga sede da Delegacia, que agora funciona em imóvel alugado;
- 1 imóvel no município de Taubaté, antiga sede da Delegacia, que agora funciona em edifício, também da União, inaugurado no exercício de 2012;

Por outro lado, houve a regularização da situação do imóvel sito à Rua Florêncio de Abreu nº 770, RIP imóvel 7107 006110500-6 e RIP Utilização 7107000131.500-7, cuja entrega se deu em 20/12/2011, com a transferência de UG da SPU/SP para a 170133, no exercício de 2012. Houve, também, o recebimento de terrenos em Amparo, Franca e São João da Boa Vista, onde se planeja construir e instalar as sedes das unidades da Receita Federal do Brasil naqueles municípios, que atualmente estão abrigadas em imóveis alugados. Constata-se, ainda, o recebimento de imóvel no município de Campinas.

O quadro 21, que trata dos imóveis locados de terceiros sob responsabilidade das Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, aponta para o aumento do número em 2012, comparativamente ao final de 2011.

Destacam-se novas locações nos municípios de Campinas, onde foi instalado o Centro de Atendimento ao Contribuinte, e de Ribeirão Preto, para abrigar o Serviço de Fiscalização - SEFIS daquela Delegacia.

O CAC-Itaquera, instalado em imóvel pertencente à PRODESP – Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, sob contrato de “Inexigibilidade para Rateio de Despesas Condominiais”, foi cadastrado no SPIUnet com o regime “locação de terceiros”.

Além das locações informadas, há 3 agências, Lençóis Paulista, Praia Grande e Sumaré, que funcionam em imóveis pertencentes às respectivas Prefeituras Municipais, com as quais foram celebrados contratos de comodato. Neles, a União figura como Comodatária e, tratando-se de hipótese não prevista no SPIUnet, os respectivos imóveis não deveriam constar no referido sistema. A exclusão do cadastro do imóvel de Lençóis Paulista deu-se satisfatoriamente, porém, quanto aos demais, as diversas tentativas efetuadas pelas unidades envolvidas resultaram infrutíferas. Em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União estuda-se forma de providenciar o devido saneamento.

No tocante ao quadro 22, cabe informar que na coluna “RIP” foram mencionados os números de RIP imóvel, enquanto os valores das colunas “valor histórico” e “valor reavaliado” referem-se aos valores do RIP utilização, que só são idênticos aos do RIP imóvel quando a fração ideal é igual a 1 (um).

Na coluna “valor histórico” foram repetidos os valores informados no relatório do exercício de 2011, que, por sua vez, por orientação da COPOL Contabilidade, são os informados no relatório do exercício de 2010.

Foi adotado, para os casos dos imóveis sem benfeitorias (15 casos), o estado de conservação 8 (sem valor).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 8: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

QUADRO 23 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
<p>Foram incluídos nos editais de licitações realizadas, nos termos da IN MPOG/SLTI n 1/2010, requisitos relacionados à conservação dos recursos naturais e ambientais pertinentes ao objeto licitado</p>					
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
<p>Diminuição do consumo de energia elétrica e água canalizada</p>					
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
<p>Papel Reciclado</p>					
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
<p>Sim ()</p>			<p>Não ()</p>		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Comunicação eletrônica (via Notes)				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Comunicado Eletrônico incentivando a proteção e preservação dos recursos naturais.				
Considerações Gerais: Os procedimentos licitatórios da 8ª Região Fiscal foram realizados com observância da legislação pertinente à gestão ambiental e licitações sustentáveis. A UJ efetuou pesquisa junto às Ugs, utilizando-se do presente formulário.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO 24 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA
Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-						
-						
-						
-						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	75.397	88.341	106.109	611.582,99	659.340,24	930.783,97
Água	101.286,23	103.530,08	104.710,35	1.592.604,68	1.546.722,92	1.514.671,93
Energia Elétrica	17.716.143,94	20.292.760,61	20.108.796,97	7.660.251,13	8.188.828,68	7.864.959,27
			Total	9.864.438,80	10.394.891,84	10.300.415,17

Fonte: Siafi – Faturas e Processos de Pagamentos

Visando a redução/uso racional de energia elétrica e água, realiza-se campanha informativa (correio eletrônico) conscientizando os servidores/funcionários, alertando-os para a importância de tal postura, objetivando despertar atitudes a serem incorporadas no dia-a-dia.

Em diversas Unidades desta Região Fiscal foram substituídas as torneiras e lâmpadas antigas por torneiras com desligamento automático e lâmpadas econômicas.

Com relação à redução do papel foi implementada em toda 8ª RF o e-processo. Esta Administração procura estimular o uso racional do papel, orientando que as impressões sejam realizadas frente e verso. Estimulamos também os servidores/funcionários a imprimir apenas o que for necessário, mantendo seus arquivos em meio digital.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 9: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

9.1 - Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

QUADRO 25 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203333	3.1.2.1	Ofício nº 26/2012 – DIPOL/SRRF08/RFB de 24/04/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Realização de saques por meio do CPGF em valor superior ao permitido.</p> <p>Recomendação 1: Recomendamos à Unidade que não autorize a realização de saques com o Cartão de Pagamento do Governo Federal em montante superior ao previsto no inciso II do Decreto nº 93.872/86.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIPOL			
Síntese da Providência Adotada			
Quando da Concessão do Suprimento de Fundos já se determina o valor máximo de saque.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento da legislação por parte do suprido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
A legislação está sendo cumprida.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203333	3.1.2.2	Ofício nº 26/2012 – DIPOL/SRRF08/RFB de 24/04/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Falhas formais nas concessões e prestações de contas relativas à utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal.</p> <p>Recomendação 1: Recomendamos aos gestores que providenciem o encaminhamento das prestações de contas pelos supridos dentro dos</p>			

prazos previstos nas concessões de suprimentos de fundos, deixando transparecer nos processos todas as suas etapas e o respeito à devida segregação de funções.

Recomendação 2:

Recomendamos aos gestores que, ao conceder suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, zelem pela determinação dos limites destinados a pagamentos com cartão e à efetivação de saques.

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIPOL			
Síntese da Providência Adotada			
A legislação vigente sobre Suprimentos de Fundos foi encaminhada ao Suprido, com a determinação que a mesma seja cumprida. Os limites para saques já estão sendo previstos na própria Concessão de Suprimentos de Fundos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Fiel cumprimento da legislação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Cumprir a legislação vigente sobre Suprimentos de Fundos.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório parcial referente à análise dos dados provenientes da Apuração Especial nº 004/2011	1 “a” até “d”	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco – SP			3352
Descrição da Recomendação			
Verificar situações de uso do Portal IRPF – pouco uso, uso em diversas máquinas da rede, uso intenso e uso por servidores em diferentes cargos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco – SP			3352
Síntese da Providência Adotada			
Desabilitação dos servidores cujo acesso ao sistema apurou-se desnecessário à sua atual ocupação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Os servidores foram questionados a cerca do uso e da necessidade de manterem-se habilitados no sistema, de acordo com as planilhas apresentadas pela AUDIT. Foram mantidos habilitados aqueles que justificaram a necessidade do uso. A apresentação das planilhas e de questionamentos pontuais foi facilitador para a adoção das providências. Não houve aspectos que prejudicaram.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203333	3.2.1.1	Ofício 14787/2013/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté – SP			3381

Descrição da Recomendação			
Constatação: <i>Incompatibilidade entre as metas física e financeira, apresentadas no Relatório de Gestão, referentes à Ação 10BI – Construção do Edifício-Sede da DRF Taubaté/SP .</i>			
Recomendação 1: <i>Recomendamos à Unidade atentar para a compatibilidade das informações registradas no Relatório de Gestão.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté – SP			3381
Síntese da Providência Adotada			
Houve equívoco na informação anteriormente prestada, uma vez que no Relatório de Gestão deveria ter constado o valor de 4,49% referente à Meta Realizada no exercício 2011 e, não, 89,97%, valor informado no Relatório de Gestão, o qual refere-se às etapas de toda a obra.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	002250005962011-74	2.1.1.1	Ofício 35597/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Comissão Permanente de Leilões da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Santos que, ao estipular o público-alvo de um leilão para mercadorias apreendidas leve em conta a natureza dos certames realizados por outras Unidades da RFB em relação a objetos semelhantes. Quando o objeto licitado for de grande materialidade, é recomendável a realização de pesquisa junto a fornecedores privados para apurar se a maioria de seus clientes é constituída de pessoas físicas ou jurídicas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Síntese da Providência Adotada			
O Sistema de Leilão Eletrônico da RFB foi alterado em dezembro de 2012, de modo que todos os certames poderão contar com público alvo misto. Desta maneira, todos os lotes serão direcionados às Pessoas Jurídicas e alguns, inclusive, no contexto da recomendação pertinente, também para participação de Pessoas Físicas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida com a providência adotada, conforme análise da CGU Nota Técnica nº 132/2013/CGUSP/CGU/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Os procedimentos adotados já estavam em andamento no Órgão, restando apenas a finalização do projeto.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	002250005962011-74	2.1.1.1	Ofício 35597/2012-CGU/SP

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Comissão Permanente de Leilões que, na medida das possibilidades inerentes ao objeto a ser alienado, realize cotações com pelo menos 03 fornecedores para apurar os preços efetivamente praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Síntese da Providência Adotada			
Em lotes de grande valor, principalmente em se tratando de mercadoria única, serão realizadas cotações com fornecedores e nos moldes sinalizados pela CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida com a providência adotada, conforme análise da CGU Nota Técnica nº 132/2013/CGUSP/CGU/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Análise prejudicada, tendo em vista que após a elaboração do plano de providências não foram realizados novos leilões.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	002250005962011-74	2.1.1.1	Ofício 35597/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
À Comissão Permanente de Leilões que, a partir do preço apurado nas pesquisas de mercado, utilize índices objetivos para os descontos a serem realizados por eventuais depreciações ou pela ausência de garantias, respaldando os percentuais utilizados com análises e consultas feitas junto ao mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Síntese da Providência Adotada			
Nos casos em que forem realizadas as cotações descritas no item 2.a, serão estes os valores utilizados, utilizando, se e quando necessário, critérios objetivos para deduções seja a que título for.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida com a providência adotada, conforme análise da CGU Nota Técnica nº 132/2013/CGUSP/CGU/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Análise prejudicada, tendo em vista que após a elaboração do plano de providências não foram realizados novos leilões.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	002250005962011-74	2.1.1.1	Ofício 35597/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
À Comissão Permanente de Leilões que, nos certames realizados para alienação de poucos itens, dê o máximo de publicidade possível ao valor dos lances mínimos, de maneira a atrair o maior número de participantes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Síntese da Providência Adotada			
Juntamente com todos os Editais de Leilões, disponibilizados na página da RFB, é publicada a relação de mercadorias ofertadas com os seus respectivos valores mínimos; contudo, nos próximos Leilões que tiverem a quantidade máxima de 05 lotes, as informações sobre os valores mínimos dos lotes serão incluídas também nos Avisos de Licitação - Leilão publicados nos jornais de grande circulação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida com a providência adotada, conforme análise da CGU Nota Técnica nº 132/2013/CGUSP/CGU/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Análise prejudicada, tendo em vista que após a elaboração do plano de providências não foram realizados novos leilões.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203372	1.1.2.1	Ofício 14787/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que os responsáveis pela Alfândega do Porto de Santos providenciem a inclusão da totalidade dos serviços prestados pela Unidade na Carta de Serviços da Receita Federal do Brasil.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Síntese da Providência Adotada			
Em dezembro/2012, foi inaugurado novo sítio na internet da RFB, cuja novidade foi a criação do grupo de serviços em destaque, que prioriza o atendimento ao contribuinte. Todos os serviços prestados pelas unidades da RFB, incluindo os relacionados à Alfândega do Porto de Santos, estão sendo padronizados e inseridos no sítio para consulta por parte dos cidadãos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Cidadão, agora, é plenamente informado dos serviços prestados pelas Alfândegas (já que os serviços são os mesmos em todas as unidades aduaneiras da RFB e devem ser prestados de forma padronizada), através dos quadros de avisos afixados na unidade, bem como pelas informações contidas no sítio da RFB, na internet.			
A padronização, bem como a definição de prazos e padrões de qualidade do atendimento são de competência do Órgão Central da RFB.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

06	201203372	1.1.2.1	Ofício 14787/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que os responsáveis pela Alfândega do Porto de Santos providenciem que seja afixada em local de fácil acesso ao público, nos respectivos locais de atendimento, a Carta de Serviços referente a sua esfera de competência, em cumprimento ao §4º do Art. 11 do Decreto nº 6.932/2009.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Síntese da Providência Adotada			
Em cumprimento ao § 4º que exige que a “divulgação” da Carta de Serviços ao Cidadão” nas unidades, foram afixados em locais estratégicos informe divulgando a Carta de Serviços ao Cidadão e o sítio de internet da RFB, no qual constam várias informações e procedimentos relacionados à Aduana e Comércio Exterior. No informe também estão incluídas informações para navegação no sítio, de modo a auxiliar o contribuinte na localização dos assuntos relacionados à Alfândega do Porto de Santos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Cidadão, agora, é plenamente informado dos serviços prestados pelas Alfândegas (já que os serviços são os mesmos em todas as unidades aduaneiras da RFB e devem ser prestados de forma padronizada), através dos quadros de avisos afixados na unidade, bem como pelas informações contidas no sítio da RFB, na internet.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve aspectos negativos que prejudicaram a adoção da recomendação.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203379	1.1.1	SA nº 2012.03379/05
2	201203379	4.1.1.2.	SA nº 2012.03379/05
3	201203379	4.2.1.1.	SA nº 2012.03379/05
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO			58238
Descrição da Recomendação			
1. Recomenda-se à DEFIS/SPO que envie esforços no sentido de atender aos aspectos que compõem o questionário do quadro “A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis” do Relatório de Gestão, conforme Portaria TCU nº 123, de 12/05/2011.			
2. Recomenda-se à DEFIS/SPO que se abstenha de atrasar a disponibilização de informações e documentos necessários à formulação de propostas pelas empresas interessadas em participarem de licitação.			
3. Recomendamos que o gestor negocie com o fornecedor a retirada desse item contratual da planilha de custo ou aplique penalidade multa diária e/ou rescisão contratual, caso ainda sim não haja o fornecimento dos uniformes previstos à mão de obra contratada.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
1. EQLIC/SEPOL/DEFIS 2. EQLIC/SEPOL/DEFIS 3. EQGEC/SEPOL/DEFIS			
Síntese da Providência Adotada			
1. Dado ciência e ordem à EQLIC/SEPOL/DEFIS da necessidade de atender à recomendação; 2. Dado ciência e ordem à EQLIC/SEPOL/DEFIS da necessidade de atender à recomendação; 3. Aplicado penalidade à contratada que passou a fornecer os uniformes adequadamente.			

Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51/2011	AUDIT/COPEA/DIAAD Nº 2011/51	ITEM 1	16/11/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO			114432
Descrição da Recomendação			
<ul style="list-style-type: none"> ⤴ Aplicação de penalidade ao depositário quando do descumprimento do prazo para comunicação de abandono das mercadorias no recinto.; ⤴ Lavratura dos procedimentos fiscais em até 30 dias a contar do vencimento do prazo de permanência das mercadoria nos recinto; ⤴ Normalização da situação do controle necessário, para com as mercadorias em abandono e para com as condições de destinação. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO			114433
Síntese da Providência Adotada			
<p>À vista da primeira recomendação, foram formalizados os devidos autos de infração para aplicação de penalidades. Quanto à segunda recomendação, a Unidade entende que a mesma carece de melhor apreciação, já que não há determinação do prazo citado em lei específica, sendo a recomendação exarada por analogia em outro procedimento fiscal que não guarda relação com objeto em análise. À luz da última recomendação, há parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional que respalda a conduta da Unidade, e por fim, observa-se que os procedimentos estabelecidos na Nota Cosit nº 115/2004 estão sendo obedecidos por esta Alfândega</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Processos de penalização 15771.720541/2012-46, 15771.720708/2012-79, 15771.720711/2012-92, 15771.720727/2012-03, 15771.720725/2012-14, 15771.720858/2012-82 e 15771.720860/2012-51 formalizados e procedimentos fiscais conformes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			

QUADRO 26 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203372	1.1.1.1	Ofício 14787/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Alfândega do Porto de Santos conclua o inventário de processos realizado entre julho/2007 e junho/2008, adotando as providências necessárias para tal fim.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Durante as ações para finalização do inventário, foi constatado que houve divergências nos procedimentos dos levantamentos efetuados pelos setores. A principal está relacionada às datas das pesquisas adotadas. Desta maneira, a unidade está aproveitando a digitalização dos processos para realizar nova busca nos processos que não foram localizados e concluir os trabalhos em conjunto com o novo inventário visando a otimização dos trabalhos. Prazo de conclusão dezembro de 2013			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Durante a digitalização foram encontrados processos que constavam como extraviados, grudados a outro processo.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203372	1.1.1.1	Ofício 14787/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Alfândega do Porto de Santos realize inventários periódicos até que todo o estoque de processos seja composto apenas por processos eletrônicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O novo inventário está em andamento. A primeira etapa encontra-se em finalização e consiste na tarefa de transformar em e-processos os processos em papel, de modo a diminuir significativamente a circulação e o arquivamento dos processos físicos nos setores, facilitando o novo levantamento. Cerca de 85% dos processos já foram digitalizados. A conclusão do novo inventário está prevista para julho 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Os procedimentos de inventários demandam serviços de organização e conferência que absorvem significativas horas de trabalho. Devido a falta de funcionários na unidade para atuar na Comissão sem prejuízo das atividades normais, os procedimentos estão sendo efetuados de acordo com as possibilidades disponíveis, e não a que consideramos ideal.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203372	1.1.1.2	Ofício 14787/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que os próximos levantamentos de processos físicos realizados na Unidade sejam executados por servidores de setor diverso daquele que está sendo objeto do inventário, em atendimento ao princípio da segregação de funções.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando a realização do novo inventário para implantar a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor.			
Aguardando a realização do novo levantamento para avaliação dos resultados.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	002250005962011-74	2.1.1.1	Ofício 35597/2012-CGU/SP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Descrição da Recomendação			
Que os gestores, em nome do princípio da autotutela, tomem providências junto às instâncias competentes, no sentido de apurar a situação patrimonial do adquirente do iate Shamballa, assim como da destinação final do mesmo, tendo em vista que o leilão para pessoas físicas não prevê a comercialização das mercadorias adquiridas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS			4273
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O órgão regional acompanhou também essa ocorrência, determinando à Inspeção da Receita Federal em São Paulo a realização do procedimento fiscal de diligência junto ao arrematante da embarcação, visando colher subsídios para confirmar ou não irregularidade sobre algum aspecto. Contudo, diante de algumas dúvidas com relação a isso, ou seja, se as providências adotadas à época pela IRF/SP já estariam ou não no contexto das recomendações feitas pela CGU, foi efetuada consulta ao órgão regional solicitando realização de trabalho visando atender a demanda da CGU com a brevidade possível. A recomendação será concluída até 30/06/2013, dentro do prazo estipulado pela CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os procedimentos solicitados dependem de informações de outras unidades da Receita Federal para serem concluídos, o que prejudica o tempo de atendimento à recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB 8ª REGIÃO FISCAL - SRRF08			3163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224864	2.1	Solicitação de auditoria n. 2012.03379/03
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO			58238
Descrição da Recomendação			
Informar as medidas adotadas com relação ao fato apontado no Relatório n. 224864 de Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício 2008, relativo à documentação da situação cadastral de imóveis junto aos órgãos competentes (Corpo de Bombeiros, Prefeitura e SPU/MPOG) que à época não estava disponível.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
EQAES			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Solicitado AVS – Auto de Regularização de Segurança à Prefeitura cujo prazo inicial dado por essa foi prorrogado por mais 360 dias, a contar de 11/07/2012; Solicitado ARE – Auto de Regularização de Edificação à Prefeitura, foi indeferido sob a alegação de invasão de recuos, coeficiente de aproveitamento e gabarito superiores ao permitido, situação essa que somente será regularizada em uma futura e eventual anistia promovida pela Prefeitura; Quanto aos demais aspectos (Corpo de Bombeiros, Acessibilidade, SPU/MPOG), serão atendidos com a conclusão da Obra de Reforma do Edifício da Delegacia, que se encontra em execução.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

A auditoria interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) foi criada em 2007, por meio da aprovação do Regimento Interno da RFB, Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007. No atual Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está representada no organograma das Unidades Centrais pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), como órgão de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da RFB.

Desde a sua criação, a Audit foi estruturada de forma centralizada, não possuindo projeções nas Unidades Descentralizadas desta RFB.

Neste contexto, todas as ações de auditoria interna conduzidas pela Audit são planejadas, programadas, coordenadas e acompanhadas de forma centralizada, podendo ser operacionalizadas por intermédio de equipe própria, ou com o auxílio de colaboradores cedidos pelas demais unidades desta Secretaria.

A Audit mantém controle e realiza acompanhamento sistemático do cumprimento das recomendações emitidas.

Diante do exposto, e em atendimento ao item 1 do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 124, de 05/12/2012, informamos que esta Superintendência Regional não possui unidade própria de auditoria interna, sendo auditada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB.

Cumprir registrar que, no exercício de 2012, foram concluídas 15 auditorias internas das 21 iniciadas em 2011, sendo que 6 continuam em andamento. Ainda em 2012 outras cinco auditorias internas tiveram início na 8ª Região Fiscal.

As recomendações emitidas foram atendidas e comunicadas à Audit, e deixaram de constar deste Relatório de Gestão por estarem protegidas por sigilo.

9.3 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

A evolução do trabalho relativo à DBR - Declaração de Bens e Rendas apresentou um grande avanço em comparação a 2011, inclusive em relação à capacidade de identificar de forma sistêmica as pendências dos ocupantes de funções comissionadas.

Não utilizamos o quadro original previsto no manual da Prestação de Contas pelas seguintes razões:

1. As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não existem na RFB, seria utilizada apenas a última linha;
2. As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

Diante de uma matriz de uma linha (quadro de servidores) e uma coluna (autorização de acesso), temos a necessidade de abordar o acompanhamento da rotina de regularização de pendências de entrega de DBR.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

QUADRO 27 - DEMONSTRATIVO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR							
REGIÃO FISCAL	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS1011	FGR0001	FGR0002	FGR0003	TOTAL
8	SRRF/8RF	7					7
TOTAL		7					7

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Análise Crítica do Quadro

Durante o 1º semestre de 2013 devem ser atualizados 7 registros resultantes da entrega da DBR 2012 ano base 2011, além das novas DIRPF 2013 ano base 2012 cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2013.

Em relação aos servidores ocupantes de função, não existe pendência para 2013.

Resultado do trabalho de saneamento de pendências até fevereiro/2013:

RF/UC	PENDÊNCIAS 2011	PENDÊNCIAS 2012	REDUÇÃO
8	76	7	-90,79%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A redução das pendências na ordem de 90,79% envolveu um grande esforço da Rede de Gestão de Pessoas da RFB sendo necessária a definição de servidores para tratar da coleta dos documentos necessários à atualização das pastas funcionais.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3. O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

A preferência dos servidores da RFB é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho da entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

9.4 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV

Eu, MARCIO AUGUSTO PIAGENTINI, CPF nº 035.687.828-71, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª RF, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art.19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 28 de Março de 2013

MARCIO AUGUSTO PIAGENTINI

CPF Nº 035.687.828-71

Chefe da Divisão de Programação e Logística/SRRF08

Observação:

Declaração digitalizada encontra-se na página 217, como Anexo deste Relatório de Gestão.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

1) Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada, informa que, quanto à:

a) **Depreciação** - redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência:

- **Bens Móveis**

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e

- Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 1.4.2.12.02.00 - Aeronaves e 1.4.2.12.20.00 - Embarcações, não previstos na norma da anterior.

Cálculo da depreciação

Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações - **Método das Cotas Constantes.**

As taxas utilizadas para os cálculos são as definidas no quadro abaixo

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10

142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

- **Bens Imóveis**

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece, no âmbito da União, o cronograma para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

A depreciação dos bens imóveis da União, sob responsabilidade da RFB, será discutida e implantada no âmbito do Órgão Ministério da Fazenda, assim como foi com a depreciação de bens móveis. Ao longo do exercício de 2013, as Setoriais de Contabilidade da RFB e do Ministério da Fazenda irão desenvolver trabalhos voltados para a discussão e realização do registro da depreciação dos bens imóveis.

b) Amortização - redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Em relação à amortização, a RFB possui registros contábeis de bens intangíveis e ao longo do exercício de 2013 iniciará o registro da amortização desses bens.

Ressaltamos que, de acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão - redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Quanto à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Unidade Jurisdicionada informa que, houve reconhecimento, na UG 170010 - Órgão Central, de ativos e passivos de acordo com os princípios da competência e oportunidade.

Por tratar-se de informações administradas nacionalmente, no Relatório de Gestão do Órgão Central constam informações a respeito da contabilização de tais ativos e passivos.

10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão

Declaração do Contador de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Setorial Contábil da RFB na 08ªRF			170548
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) à análise global dos demonstrativos contábeis citados acima, incluindo qualquer análise do Balanço Orçamentário, pois estas são feitas pelo Órgão (Ministério da Fazenda) e não por esta Setorial Contábil regionalizada, que apenas realiza a Conformidade Contábil mensal de acordo com o roteiro de orientações DITAB/COPOL (acompanhamos um grupo de contas contábeis e não a totalidade);</p> <p>b) à análise dos demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, pois não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Paulo (SP)	Data	21 / 02 / 2013
Contador Responsável	Adriana Nunes	CRC nº	1SP253622/O-1

ANEXO

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 10.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012

Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Eu, Marcio Augusto Piagentini, CPF nº 035.687.828-71, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª RF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 28 de março de 2013.



Marcio Augusto Piagentini
035.687.828-71

Chefe da Divisão de Programação e Logística/SRRF08